



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DIANA DIAS SAMPAIO

**Trajetórias do sonho à real conquista: formação sócio espacial e
luta pela moradia em Goiânia**

GOIÂNIA
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Diana Dias Sampaio

3. Título do trabalho

TRAJETÓRIAS DO SONHO À REAL CONQUISTA: FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL E LUTA PELA MORADIA EM GOIÂNIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Batista De Deus, Diretor**, em 03/07/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diana Dias Sampaio, Usuário Externo**, em 10/07/2026, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6312587** e o código CRC **B7E5608D**.

DIANA DIAS SAMPAIO

**Trajetórias do sonho à real conquista: formação sócio espacial e
luta pela moradia em Goiânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Sócio Espacial Urbana.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar.

GOIÂNIA
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sampaio, Diana Dias

Trajetórias do sonho à real conquista [manuscrito]: formação sócio espacial e luta pela moradia em Goiânia / Diana Dias Sampaio. - 2026.

127 f.:

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus ; co-orientadora: Dra. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2026.

Anexo.

Apêndice.

Bibliografia.

Inclui: lista de figuras, lista de tabelas.

1. Moradia. 2. Ocupação. 3. Especulação Imobiliária. 4. Solo Urbano.
I. Deus, João Batista de, orient. II. Aguiar, Maria do Amparo Albuquerque, co-orient. III. Título.

CDU 911



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Diana Dias Sampaio

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007), a partir das treze horas e trinta minutos, no Mini-Auditório do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do(a) mestrando(a) **Diana Dias Sampaio** que apresentou o Tema: "Trajetórias do Sonho à Real Conquista: Formação Sócio Espacial e Luta pela Moradia em Goiânia". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 050/07 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores: Presidente: Profa. Dr. João Batista de Deus, Membros: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato, Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro. Os examinadores argüíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 13h40 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Batista de Deus - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Presidente da Banca - Prof. Dr. João Batista de Deus

Ass. _____

Resultado final: Aprovado (x) Reprovado ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, secretário, e pelos membros da Banca Examinadora.

Secretário.....

Charles Calisto Souza
Ass. em 17/10/2007
MAT. 1516367

RESUMO

TRAJETÓRIAS DO SONHO À REAL CONQUISTA: FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL E LUTA PELA MORADIA EM GOIÂNIA

A ocupação do Parque Oeste Industrial em fevereiro de 2004, em Goiânia, revelou um problema social que ocorre na maioria das metrópoles brasileiras. Em busca do sonho da casa própria organizou-se espontaneamente uma luta pelo direito à moradia que pode ser considerado o direito à própria cidade e ao espaço urbano. O objetivo desse estudo é investigar os interesses que permitiram a ocorrência daquele conflito que redundou na maior operação de despejo urbano de Goiás e que nos diz muito a respeito da luta pela moradia em Goiânia. Neste trabalho buscou-se identificar as correlações de forças envolvidas nos processos de ocupação e edificação do “Sonho Real” e desocupação da área do Parque Oeste Industrial. A partir das perspectivas geográfica e sócio-econômica, além das percepções de ordem política e sócio-cultural, visou-se chegar, mediante análise daquele evento, a uma maior compreensão dos mecanismos de acumulação capitalista no espaço urbano que, por meio do monopólio da terra urbana, promovem a segregação sócio-ocupacional nas grandes cidades. A especulação imobiliária, por exemplo, foi identificada como um dos mecanismos que mais favorecem a manutenção dos espaços vazios visando sua valorização futura em partes urbanizadas da cidade, enquanto os espaços destinados às moradias populares se distanciam cada vez mais do centro. O mercado fundiário urbano promoveu a captura do Estado e este tem legislado em prol dos interesses do capital imobiliário. Em Goiás, como resultado da própria linha de planejamento urbano adotada, das políticas públicas de habitação populistas do passado e devido à ação do Estado atrelado aos interesses do mercado imobiliário, temos hoje um território extremamente fragmentado e segregado. E durante o processo de formação sócio-espacial de Goiânia, não obstante a realidade do estado, potencializou-se quantitativa e qualitativamente os resultados e conseqüências da segregação urbana. Portanto, para uma melhor reflexão sobre a formação sócio-espacial e luta pela moradia optou-se pela realização de um estudo de caso que retratasse a realidade de segregação e do déficit habitacional em Goiânia. Desse modo, trabalhou-se dialeticamente com o estudo do fenômeno de ocupação no Parque Oeste Industrial que era o mais recente e elucidativo episódio capaz de alterar o espaço urbano goianiense, mediante a força da pressão popular.

Palavras-chave: moradia, ocupação, especulação imobiliária, solo urbano, sistema de forças.

ABSTRACT

TRAJECTORIES OF THE DREAM TO THE REAL CONQUEST: SOCIAL SPACIAL FORMATION AND THE FIGHT FOR THE RIGHTS OF A HOUSING IN GOIÂNIA

The occupation of the Parque Oeste Industrial in February of 2004, in Goiânia, disclosed a social problem that occurs in the majority of the Brazilian metropolises. In search of 'dream of the proper house' organized a fight for the right to the housing that can be considered the right to the proper city and the urban space. The objective of this study is to investigate the interests that had allowed the occurrence of this conflict that resulted in the biggest urban ousting operation of Goiás and that it very says them regarding the fight for the housing in Goiânia. In this work one searched to identify the correlations of involved forces in the occupation processes, construction of the "Sonho Real" and inoccupation of the area in the Parque Oeste Industrial. From the geographic and economic perspectives, beyond the order perceptions cultural and politics, it was aimed at to arrive, by means of analysis of this urban phenomenon, to a bigger understanding of the mechanisms of capitalist accumulation in the urban space that, by means of the monopoly of the urban land, promotes the partner-occupational segregation in the big cities. The real estate speculation, for example, was identified as one of the mechanisms that more maintenance of the empty spaces favors aiming at its future valuation in urbanized parts of the city, while the spaces destined to the popular housings is more distant of the center, each time. The urban market promoted the capture of the State and it is legislating in favor of the interests of the real estate capital. In Goiás, as resulted of the proper line of adopted urban planning, of populist the public politics of habitation of the past and due to action of the State to the interests of the real estate market, we today have a territory extremely broken up and segregated. And, during the process of space formation of Goiânia, not fairway from the reality of the state, increased quantitatively and qualitatively the results and consequences of the urban segregation. Therefore, for one more good reflection on the urban space formation and fights for the housing was opted to the accomplishment of a case study of the segregation reality and the deficit of homes in Goiânia and on this way, worked with the study of the phenomenon of occupation in the Parque Oeste Industrial that was the most recently and elucidative episode capable to modify the goianiense urban space, because it means a lot of the popular pressure force.

Key-Words: housing, occupation, real estate speculation, urban land, system of forces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de satélite da área do P.O.I. em 2006 (após desocupação)	16
Figura 2 - Barraca reservando um lote na ocupação do P.O.I. - “Sonho Real”	18
Figura 3 - Moradia um direito de todos	19
Figura 4 - Mensagem do Vereador Elias Vaz.....	19
Figura 5 - Assembléia na ocupação do P.O.I. - Força popular e palanque político	20
Figura 6 - Forças Políticas - Deputada Estadual Isaura Lemos (PDT), Vereador Euler Ivo (PDT), Deputado Mauro Rubens (PT) e Pinheiro Salles (PT).	21
Figura 7 - Resistência & Medo. Barricada na Rua das Magnólias - P.O.I.	22
Figura 8 - Mapa de Goiânia com a Localização do P.O.I.	23
Figura 9 - Mapa de localização do P.O.I. e principais vias de acesso	25
Figura 10 - Imagem de satélite do Parque Oeste Industrial - 2002	27
Figura 11 - Mapa da área ocupada no P.O.I.	29
Figura 12 - Foto da força policial montada na desocupação do P.O.I.....	31
Figura 13 - Incursão Policial	31
Figura 14 - Manchete do jornal O Popular de 17/02/2005	32
Figura 15 - Foto - A demolição do “Sonho”	33
Figura 16 - Foto da demolição em contraste com a verticalização.....	34
Figura 17 - Foto dos ex-ocupantes do P.O.I. nos ginásios A	35
Figura 18 - Fotos dos ex-ocupantes do P.O.I. nos ginásios B	35
Figura 19 - Foto do acampamento provisório no setor Grajaú.....	38
Figura 20 - Foto das barracas no acampamento provisório do Grajaú	39
Figura 21 - Anteprojeto do Arq. Atilio Correia Lima para a cidade de Goiânia	45
Figura 22 - Trajetórias temporais & Fatos históricos de Goiânia.....	46
Figura 23 - Mapa do Zoneamento de Goiânia - 1997.....	60
Figura 24 - Vantagens localizacionais oferecidas como marketing imobiliário	76
Figura 25 - Rede urbana no cosmos da casa.....	86
Figura 26 - Sistema de Forças Urbanas	90
Figura 27 - Adesivo da campanha (eleições 2006) para deputado estadual pelo PSOL de Américo Novais, uma liderança entre os sem-teto, ex-ocupantes do P.O.I.	93
Figura 28 - Uma das várias Igrejas Pentecostais que se instalaram no acampamento provisório do Grajaú.	94
Figura 29 - Força religiosa no Grajaú (representante da Igreja Católica)	94
Figura 30 - Manifestação da decepção com a ação política	95
Figura 31 - Equipe da UFG em visita ao acampamento provisório no Grajaú em 25/08/2006.	96
Figura 32 - Sustentabilidade empírica ou necessidade de sobrevivência	98
Figura 33 - Crianças do acampamento provisório do Grajaú	99
Figura 34 - Foto do Residencial Real Conquista em agosto de 2006.....	100
Figura 35 - Mapa de Localização das Áreas Ocupada (P.O.I.), Provisória e Definitiva	102

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Dimensões estimadas da ocupação do P.O.I.	26
Quadro 2 - Loteamentos urbanos implantados pelo poder público na década de 1980	55
Tabela 1 - População total e participação relativa da população urbana	48
Tabela 2 - Evolução da população de Goiânia 1940 - 2000	50
Tabela 3 - Densidade demográfica de Goiânia 1940 - 2000	51

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
LISTA DE QUADROS E TABELAS	6
1 INTRODUÇÃO	9
2 TRAJETÓRIAS DA OCUPAÇÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL	13
2.1 O CASO P.O.I.	13
2.2 DESCRIÇÃO DA ÁREA OCUPADA.....	22
2.2.1 Localização	22
2.2.2 Vias de acesso e mobilidade	24
2.3 A DESOCUPAÇÃO	30
2.3.1 Operação Triunfo.....	30
2.3.2 Repercussão na mídia - Após a desocupação do P.O.I.....	33
2.3.3 Inserir subdivisão para distinguir seções do texto	39
3 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO GOIANIENSE	42
3.1 PROCESSO DE MUDANÇA DA CAPITAL E CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA	42
3.2 OCUPAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO GOIANIENSE - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	47
3.3 TRAJETÓRIAS DA LUTA PELA MORADIA E CONFLITOS URBANOS NA FORMAÇÃO DE ESPAÇOS EM GOIÂNIA.....	53
3.4 FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA.....	56
3.4.1 Expansão do tecido urbano de Goiânia	58
4 TRAJETÓRIAS DE REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE URBANA	62
4.1 SURGIMENTO E URBANIZAÇÃO DAS METRÓPOLES	62
4.2 A ORDEM NA DESORDEM - DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS	64
4.3 RENDA DA TERRA, VALORIZAÇÃO FUTURA E ESPECULAÇÃO URBANA... ..	65
4.4 MERCANTILIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO DO SOLO URBANO	67
4.5 VANTAGENS LOCALIZACIONAIS E VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA ..	74
4.6 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL.....	78
5 LUTA PELO DIREITO À Moradia E FORÇAS URBANAS.....	83
5.1 SUBJETIVIDADES DA MORADIA: SEUS SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS	83
5.2 SISTEMA DE FORÇAS URBANAS	88
5.3 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA DE CAMPO	95
5.4 RELATOS SOBRE O RESIDENCIAL REAL CONQUISTA.....	100
6 CONCLUSÃO.....	103

REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A - Trajetórias do “Sonho Real” à Real Conquista.....	111
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO - “Sonho Real”	112
ANEXO I - SÍNTESE DAS TRAJETÓRIAS TEMPORAIS DO CASO P.O.I.	114
ANEXO B - FORÇAS URBANAS LIGADAS À QUESTÃO DA HABITAÇÃO	115
ANEXO C - FORÇAS QUE ATUARAM NO P.O.I.	117
ANEXO D - LISTA DE NOMES	120
ANEXO E - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	121
ANEXO F - CLIPPING DA MÍDIA INDEPENDENTE INTERNACIONAL.....	122
ANEXO G - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO	123
ANEXO H - MAPA DIVISÃO REGIONAL - GOIÂNIA	124
ANEXO I - ACERVO FOTOGRÁFICO	125

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um estudo geoeconômico da formação sócio espacial e manifestações de luta pela direito à moradia em Goiânia. Seu objetivo geral consiste em promover uma ampla investigação sobre as trajetórias sócio-ocupacionais de constituição da metrópole goiana, a fim de identificar os mecanismos e forças que atuam na formação de suas espacialidades urbanas segregadas. Buscou-se descobrir porque existem, historicamente em Goiânia, problemas pela falta de moradias populares que, em alguns momentos, resultaram em processos conflituosos como no caso da ocupação do Parque Oeste Industrial. Para tanto, a realização deste estudo foi direcionada, especialmente, à busca por respostas a questionamentos como: de que forma ocorreu e ainda ocorre a segregação residencial em Goiânia; que processos urbanos contribuíram na trajetória de sua formação sócio-espacial segregada; e quais são as forças urbanas atuantes capazes de intervir na composição geoeconômica da habitação.

O título deste estudo engloba as trajetórias de luta e resistência pelo direito à moradia ocorridas durante quatro momentos distintos embora, paradoxalmente, interligados: o processo de ocupação da área do Parque Oeste Industrial; a tentativa de edificação do bairro Sonho Real e sua posterior demolição, em cumprimento à ordem judicial de despejo e reintegração de posse; o período de alojamento provisório em ginásios de esportes e no acampamento do Grajaú; a edificação de casas populares para os sem-tetos na área definitiva, denominada “Real Conquista”.

Inicialmente, recorreu-se à investigação do fenômeno de ocupação da área no Setor Parque Oeste Industrial¹ (P.O.I.), no ano de 2004, que se configurou como o fato mais recente que trouxe à tona a necessidade de pensar a questão de moradia popular em Goiânia. E mediante a adoção de um olhar crítico sobre o processo de ocupação do P.O.I., procurou-se entender os mecanismos de articulação do sistema de forças que atua na organização e uso do solo urbano na cidade de Goiânia.

Posteriormente, foi elaborada uma síntese histórica da formação sócio-espacial de Goiânia com o objetivo de informar sobre a atuação das forças institucionais e outros poderes locais que colaboraram para a fragmentação e a sócio-segregação do espaço urbano goianiense.

Com o objetivo de desvendar a forma da segregação sócio-ocupacional de Goiânia, buscou-se entender de que forma ela se reproduz e para onde evolui na Região Metropolitana,

¹ Deste ponto, em diante, usar-se-á a sigla P.O.I. fazendo referência ao Parque Oeste Industrial.

pois, atualmente, contribuindo para o aumento da problemática de déficit habitacional e falta de infra-estrutura nos municípios circunvizinhos à Capital do Estado.

Mediante o estudo da ocupação do P.O.I. pretendeu-se, portanto, promover uma análise *geoeconômica* do conflito, a fim de compreender sobre o fenômeno de segregação habitacional e falta de moradia popular em Goiânia. E, ao traçar um perfil socioeconômico das famílias que ocuparam a área, buscou-se investigar as verdadeiras motivações que levaram à edificação do Residencial “Sonho Real” além de identificar os vários agentes e atores envolvidos nesse processo de ocupação, os quais representam diferentes forças de intervenção no espaço urbano e que possuem interesses, por vezes, contraditórios às motivações originais no processo de luta pela moradia.

Os parâmetros teóricos utilizados na metodologia de análise do tema em questão foram captados na geografia, ao abordar a formação sócio-espacial, e na geoeconomia, uma vez que o objeto da economia política é o estudo da produção e distribuição de bens e riquezas que satisfaçam as necessidades humanas, aqui representadas pelo direito à moradia.

Desse modo, entende-se que a aplicação de alguns conceitos teóricos, tomados emprestados da economia política, foram extremamente úteis para as análises geográficas desenvolvidas nesta pesquisa, pois, mediante essas se buscou entender a formação sócio espacial segregada de Goiânia, permitindo enxergar, além das suas diversas conseqüências, o resultado de um complexo jogo entre os funcionamentos do capital e do trabalho na constituição do espaço urbano. (SANTOS, 1994, p. 115)

Sabe-se que, desde os primórdios de sua existência, as análises econômicas foram feitas com base em estudos de determinados espaços geográficos, continentes, países, cidades ou em determinadas áreas de produção de alguns produtos específicos. Estes estudos geoeconômicos foram responsáveis pela formação básica das Ciências Econômicas, pois, revelaram alguns pressupostos teóricos, ao tentarem explicar os porquês das diferenças na acumulação de riquezas em determinados territórios, dando origem a algumas teorias como das vantagens comparativas e competitivas. “A economia política não pode prescindir do dado espacial” Milton Santos (1994).

As análises econômicas sempre levaram em conta a multiplicidade das causas, portanto, as questões espaciais não podem, jamais, serem desprezadas. O espaço, enquanto campo de luta entre as forças do capital e do trabalho, configura-se como resultado das relações que nele são estabelecidas. Nesse sentido, as grandes cidades o fruto das relações sócio-econômicas e

culturais que ocorrem no seu espaço, e essas, por sua vez, funcionam como o *locus* da produção, distribuição, consumo e acumulação. Além disso, elas são *habitat* da maior parte da população mundial. Por esse motivo, as metrópoles são, também, o *locus* da segregação sócio-ocupacional, além de constituírem, segundo Santos, um nó de comunicação conectado à rede global.

A metrópole, portanto, pode ser considerada tanto como um meio para a produção material quanto para a socialização da vida urbana, mesmo que de forma segregada e desigual. Nesse sentido pode-se afirmar que: “A cidade - sobretudo a grande cidade - constitui um meio material e um meio social...” e “A vida urbana induz à criação de meios coletivos...” (SANTOS, 1994, p. 120).

Pela existência de uma infinidade de variáveis que compõem as metrópoles e devido à complexidade das atuais redes urbanas (produtivas e sociais), pode-se dizer que, para melhor entendê-las, é necessário realizar estudos locais e setoriais. Dessa forma, o presente trabalho propõe o desenvolvimento de uma investigação geoeconômica da formação sócio-espacial de Goiânia, buscando estabelecer um diálogo entre o objeto empírico e o conteúdo teórico e para estruturar as hipóteses norteadoras desta pesquisa, fez-se uma série de indagações a respeito do objeto empírico de investigação, que é o fenômeno de ocupação do P.O.I., sobre quais foram suas implicações e conseqüências para a cidade. Portanto, investiga-se aqui os problemas da falta de habitação e da segregação residencial, a partir dos olhares geográfico e sócio-econômico que permitiram um melhor entendimento da trajetória de formação do espaço urbano goianiense.

A fim de descrever e situar esse recorte investigativo, locacional e temporalmente, indagou-se sobre: onde está e o que representa espacialmente o P.O.I.; quando se iniciou o processo de ocupação desta área e como se deu o processo de edificação do residencial “Sonho Real”. E, dada à necessidade de encontrar justificativas para o surgimento desse conflito urbano, buscou-se identificar as ‘forças’ que contribuíram para a formação do movimento reivindicatório do direito à moradia constituído a partir da ocupação e desocupação do P.O.I. em Goiânia Goiás, nos anos de 2004 e 2005 e os aspectos legais que sustentaram o processo da sua desocupação e demolição.

Nos questionamentos relacionados aos aspectos sócio-econômicos e políticos da formação do espaço das cidades é que se encontram as respostas para a maior parte dos problemas urbanos, que, em geral, são conseqüências produzidas pelas contradições das ações capitalistas na cidade, pois, ao mesmo tempo em que a especulação urbana favorece ganhos lucrativos para alguns, produz a escassez para outros. Dessa escassez é que surgem os conflitos,

as lutas e disputas pelo solo urbano. Essas manifestações, em geral, estão relacionadas ao déficit habitacional, à segregação sócio-ocupacional e vão contra a especulação imobiliária e a manutenção de espaços urbanos vazios nas cidades. Como exemplo disso, temos a ‘Reforma Urbana’.

Desse modo, enumerou-se várias questões que serviram de pano de fundo para o estudo do problema da habitação de interesse social como: a segregação sócio-ocupacional e o déficit habitacional de Goiânia e região metropolitana, sempre com o olhar voltado para o fenômeno da ocupação do P.O.I. e edificação do residencial “Sonho Real”, pois, mediante esse estudo de caso, acreditou-se ser possível identificar o problema habitacional em Goiânia, qualificando o movimento de luta pela moradia e suas forças oponentes.

Sobre o caso específico do P.O.I., buscou-se entender quais foram as razões que levaram ao processo de ocupação dessa área e possibilitou a ação coletiva de “invasão” desta propriedade privada, além de se buscar conhecer a correlação de forças que articulou, permitiu e fomentou o processo dessa ocupação. Investigou-se, também, se houve omissão do Estado ao permitir que esse fato chegasse aonde chegou. E ao passar o foco investigativo ao Estado, buscou-se identificar as razões que levam à manutenção de áreas ociosas na cidade (dos vazios urbanos) como a do loteamento abandonado no P.O.I. e os porquês da ausência de políticas eficazes de habitação de interesse social em Goiânia.

O texto desta dissertação encontra-se organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo contém um apanhado geral sobre o objeto empírico que é a ocupação do P.O.I., tornando possível a visualização do problema central que servirá de foco durante toda a análise desta pesquisa e que se trata da segregação urbana e sonegação do direito à habitação; no segundo capítulo, trabalhou-se com uma perspectiva histórica que visou retratar a trajetória de formação do espaço urbano (segregado) de Goiânia que, desde a sua origem enquanto nova capital do estado de Goiás, foi planejada de forma sócio-excludente; o terceiro capítulo traz uma síntese das reflexões que permitem o entendimento teórico-analítico da formação do espaço urbano e problemas que levam à falta de políticas de habitação de interesse social; o quarto e último capítulo buscou resgatar os sentidos e significados da moradia, além de sintetizar um sistema de forças urbanas que atuam para defender seus interesses distintos.

2 TRAJETÓRIAS DA OCUPAÇÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL

"Todo conflito surge da escassez" David Hume

Neste capítulo, montou-se um apanhado geral das principais características do objeto empírico dessa pesquisa que é a ocupação do P.O.I., pois, se assume que, introduzindo inicialmente o objeto, possibilita-se uma visualização do problema central, foco de toda a análise da pesquisa, que é a segregação urbana e luta pelo direito à habitação. Para tanto, promoveu-se uma pesquisa mediante um amplo acervo jornalístico que foi montado ao longo do processo, trabalhando-se, inicialmente, na perspectiva de descrição do fenômeno de ocupação do P.O.I. localizando e dimensionando sua área, identificando suas principais vias de acesso e delimitando, quantitativamente, as dimensões gerais dessa ocupação. Além disso, buscou-se descrever os processos de desocupação e demolição do 'Sonho Real'.

Desse modo, pode-se dizer que a opção em começar o texto por uma descrição do P.O.I. foi uma escolha estratégica invertendo-se a lógica tradicional de sempre iniciar uma pesquisa pelo seu objeto histórico. Neste trabalho, o objeto histórico será abordado no segundo capítulo. Esse procedimento foi adotado de forma consciente, uma vez que se chegou à conclusão de que o objeto empírico, que conta uma história mais recente da temática da luta pela habitação em Goiânia, deveria ser posto em evidência, mediante sua descrição geral, para então, posteriormente, promover-se um resgate histórico e aos poucos inserir e discutir temas e teorias que, dialogicamente, expliquem a ocorrência desse fato.

2.1 O CASO P.O.I.

Situado em Goiânia, na região oeste do município, o recorte espacial dessa investigação refere-se a uma área, aqui denominada P. O. I., que foi mantida vazia e abandonada por longos anos e que foi ocupada em 2004. Esta área era parte de um loteamento aprovado no ano de 1957, local onde se reservou uma área, de aproximadamente 80,5 hectares, que permaneceu ociosa até a sua ocupação 'ilegal' em 2004. A área que estava destinada à especulação imobiliária ou reserva de valor futuro, além de não cumprir a função social prevista na Constituição Federal de 1988² (Art. 182) para usos dos solos urbanos, também não contribuía

² O CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA - Art. 182, ver no ANEXO E.

com a arrecadação pública, uma vez que seus proprietários não recolhiam os devidos impostos e a área possuía uma dívida de mais de 5 milhões de reais, até 2004, junto à prefeitura.

Esta área pode ser considerada uma amostra representativa dos vazios urbanos, que vergonhosamente são mantidos em meio aos espaços urbanizados de Goiânia, em contradição à necessidade de espaços para moradias populares, que em geral se localizam cada vez mais longe do centro. A imensa área do P.O.I. que estava vazia e abandonada, apesar de sua localização, possui dimensões equivalentes as de uma ‘fazenda’ localizada em meio à cidade, numa região de grande adensamento populacional e circunvizinha a uma área de franca verticalização. Por isso, a manutenção desta área vazia com tal dimensão e localização, apenas aguardando uma maior valorização, configura-se um “escândalo urbano” (SOUZA, 2005). Talvez, por esse motivo além de outros que haveremos de descobrir ao longo da investigação empírica, a referida área começou a ser ocupada por famílias sem-teto, oriundas, ou não, dos movimentos de luta por moradia de Goiânia, em maio de 2004.

A ocupação do P. O. I. configura-se como um fenômeno social urbano de grande complexidade, em reação, talvez inconsciente por parte dos ocupantes, à segregação sócio-ocupacional, à ausência de políticas públicas de habitação de interesse social e à manutenção dos vazios urbanos. Este coletivo acabou por suscitar a necessidade de se repensar e de se rediscutir estes temas. E dessa forma, o grupo de ocupantes “legítimos” constituiu-se num exemplo de força reivindicatória do direito à moradia, ao longo da sua trajetória de resistência entre o ‘Sonho Real’ (demolido na área ocupada) e a ‘Real Conquista’ (edificado na área definitiva).

Este movimento representou um marco opositor às forças urbanas ligadas, à defesa ‘incondicional’ da propriedade privada que impede: a garantia do uso social da terra urbana e a especulação em solo urbano praticada no mercado imobiliário promovendo, principalmente, a segregação sócio-espacial das camadas mais pobres. Essas ações praticadas no mercado imobiliário especulativo contam com o auxílio do aparato do Estado e foram, historicamente, responsáveis pela fragmentação e composição segregada da capital goiana. O papel do Estado seria de regular essas ações, porém observa-se que, além de se omitir, ele tem sido condescendente ao permitir a manutenção de espaços urbanos vazios como no caso do Parque Oeste.

Para melhor entender o processo de ocupação³ do P. O. I., pesquisou-se nos poucos documentos disponíveis como cartas, manifestos e relatórios de organizações não governamentais e mediante investigação e apuração dos fatos levantados por jornais⁴ (editoriais e artigos de opinião), pois, esta foi considerada a maior fonte de informação disponível e por ter sido a principal fonte formadora da opinião pública em relação ao caso P.O.I. As tarefas de recortar, selecionar, catalogar e organizar os recortes de jornal, relacionados aos processos de ocupação, desocupação e transferência do P. O. I., contribuíram, *a posteriori*, para que se pudesse relatar, analisar e sistematizar as informações relevantes para esta pesquisa.

Na estruturação deste capítulo, organizou-se uma síntese temporal dos fatos mais importantes do caso P.O.I. com a intenção de demonstrar, cronologicamente, a sucessão dos fatos de maior relevância, ocorridos até então. A área do P.O.I. também foi descrita física e espacialmente, além de buscar-se desenvolver uma prévia análise dialética do objeto sob o ponto de vista geoeconômico. E mediante a descrição dos aspectos geográficos e sócio-econômicos do caso P.O.I., contidos neste capítulo, foi possível tecer uma compreensão inicial do objeto empírico que, posteriormente, será investigado com maiores detalhes, tendo em vista, uma análise dos resultados somados das pesquisas teórica e empírica, possibilitando elaborar maiores corroborações ao verificar as hipóteses levantadas previamente e obter conclusões.

Neste capítulo são encontrados os dados básicos e um apanhado geral dos principais fatos ocorridos durante a ocupação do P.O.I., pois, acreditou-se que partindo desta investigação inicial do objeto, metodologicamente, seria possível identificar algumas das particularidades que somadas, às análises teóricas dos problemas urbanos e ao estudo da formação sócio-espacial goianiense, seriam extremamente relevantes à construção dialética dessa pesquisa. Portanto, busca-se, mediante este, descrever e retratar uma face representativa da atual luta pela moradia em Goiânia.

O recorte espacial dessa investigação empírica, ou seja, a área do P.O.I. (Figura 01) ocupada em 2004, era, no passado, antigo sítio de propriedade do falecido comerciante⁵ e político Sr. Sebastião Júlio de Aguiar, localizado na zona Oeste de Goiânia, às margens da BR 060, saída para Rio Verde-GO, que liga o estado de Goiás ao Mato Grosso. Há, portanto, uma

³ Usa-se a expressão ocupação para fazer referência ao fenômeno ocorrido no Parque Oeste Industrial, pois, este não se configurou como uma invasão, uma vez que a área estava vazia e encontrava-se abandonada há vários anos.

⁴ *Clipping* ou recortes do jornal *O Popular* de 05 de fevereiro a 24 de setembro de 2005, referentes ao caso Parque Oeste Industrial e pertencentes ao acervo do CEDOC da Casa da Juventude Padre Burnier (Caju).

⁵ Dono da extinta, porém, tradicional Lojas Aguiar - comércio de tecidos finos, na Rua 4 com Av. Araguaia no centro.

relativa proximidade com a região urbana do município, tanto que se tornou loteamento em 1957, quando foi parcelado e começou a ser comercializado. A família Aguiar reservou uma boa parcela para a sua própria moradia, que seria edificada no centro da extensão de 80,5 hectares.

Figura 1 - Imagem de satélite da área do P.O.I. em 2006 (após desocupação)



Fonte: Figura salva da visualização de Goiânia na imagem 2006 *Digital Globe* do Google Earth.

O Sr. Sebastião de Aguiar se encontrava em plena campanha eleitoral para Deputado Estadual, pelo PMDB, quando foi vítima de um trágico acidente de avião, que resultou na sua morte no ano de 1981. Neste mesmo ano do seu falecimento, o Sr. Íris Rezende (atual prefeito de Goiânia) que era seu amigo e colega de partido concorreu ao Governo do Estado de Goiás.

Segundo relatos, a viúva, D. Anália Severina Ferreira e seus três filhos, herdeiros da propriedade do P. O. I., nunca recolheram os devidos impostos territoriais urbanos devidos à referida área.

Para entender melhor o caso da ocupação do P.O.I. é necessário se olhar para um breve relato cronológico dos principais fatos ocorridos ao longo do processo:

- a) No dia 12 de maio de 2004, iniciou-se o processo de ocupação da área do P.O.I. Segundo relatos, foi o boca-a-boca e as notícias anunciando o início da ocupação que fomentaram a chegada de milhares de sem-tetos, que começam a montar rapidamente suas barracas, que aumentaram com o passar dos dias;
- b) No nono dia do mês de setembro (2004), a justiça concedeu liminar determinando a reintegração de posse da área ocupada no P.O.I. com prazo de 20 dias para a desocupação do terreno, contudo, não ocorreu;
- c) Durante todo o mês de novembro de 2004, buscou-se formar uma opinião negativa acerca da ocupação através das denúncias de comercialização de áreas no P.O.I. e alguns dos sem-tetos foram indiciados pelo comércio ilegal de lotes na ocupação;
- d) No mês de dezembro, a juíza substituta Grace Corrêa adiou, por mais de uma vez, o prazo para o cumprimento da ordem de despejo das famílias;
- e) Em janeiro de 2005 a Agência Goiana de Habitação - AGEHAB iniciou o cadastramento das famílias sem-teto que ocuparam o P.O.I.;
- f) A Secretaria Estadual de Segurança Pública e Justiça (S.S.P.J. - GO) adiou o processo de desocupação do P.O.I. para o dia 31 de janeiro de 2005, data em que a polícia cerca, mas não invade a área. No dia seguinte, primeiro de fevereiro, as famílias que ocupavam o P.O.I. decidiram que iriam resistir e que permaneceriam, mesmo sob forte pressão, na área cercada;
- g) No dia 05 de fevereiro o jornal “O Popular” traz matéria com declaração do secretário de segurança pública, afirmando que o despejo era irreversível e que estavam sendo esgotadas todas as possibilidades de negociação. Portanto, as ordens judiciais de desocupação e reintegração de posse deveriam ser cumpridas, inevitavelmente, depois do carnaval;

A “Operação Inquietação” permaneceria durante as madrugadas do feriado de carnaval, que segundo o secretário de segurança pública “consistem em rondas policiais durante a madrugada, cujo objetivo é inquietar e assustar os posseiros” (*O Popular* 05/02/2005).

Para que houvesse uma desocupação pacífica, foram oferecidos aos ocupantes do P.O.I., lote e cheque moradia no valor de R\$ 4 mil. Porém, estes seriam inicialmente removidos para uma área provisória, com barracas de lona que serviriam de abrigo temporário, onde passariam ‘por uma triagem e os selecionados seriam encaminhados ao loteamento definitivo. Os critérios seriam: residir no Estado, no mínimo, desde dezembro de 2000; ter renda familiar inferior a três salários mínimos; comprovar vínculo com a cidade de Goiânia e ter se cadastrado na AGEHAB. Porém os ocupantes do P.O.I. optaram pela resistência e permaneceram na área, na esperança de que seria dada outra solução ao caso.

A ação policial de desocupação do P.O.I. já estava sendo planejada há meses, por isso, era irreversível, uma vez que os ocupantes decidiram resistir, permanecendo na área. Estimava-se um custo para esta operação de R\$ 1 milhão de reais.

Conforme se pode observar (Figura 02), o residencial Sonho Real foi edificado rapidamente e os que não tinham condições materiais imediatas para construir, reservavam seus lotes como podiam, armando uma barraca, plantando uma bananeira e/ou dormindo no local, ao relento.

Figura 2 - Barraca reservando um lote na ocupação do P.O.I. - “Sonho Real”



Fonte: Da Autora.

Figura 3 - Moradia um direito de todos



Descrição: CEDOC - Casa da Juventude Pe. Burnier

Fonte: Da Autora.

O Movimento pela moradia garantiu, também, seu espaço no Sonho Real, edificando a sede do suposto “Conselho de Luta Pró-Moradia” apoiado pelo vereador Elias Vaz. (Figuras 03 e 04)

Figura 4 - Mensagem do Vereador Elias Vaz



Fonte: Da Autora.

Figura 5 - Assembléia na ocupação do P.O.I. - Força popular e palanque político



Fonte: Da Autora.

Aconteceram algumas assembléias antes da desocupação P.O.I. que visavam à construção de uma consciência coletiva de luta e resistência, momento em que os ocupantes se reuniam diante de algumas lideranças políticas para discutir estrategicamente as suas ações. Isso causou muita polêmica, pois a imprensa acusou esses políticos de terem fomentado, entre os ocupantes, a esperança de que, se permanecessem na área, eles não seriam despejados, apesar da decisão judicial de reintegração de posse. Contudo, as famílias que lutavam para conquistar o sonho real da moradia própria, constituíam-se, enquanto força coletiva de resistência, com grande repercussão na imprensa, transformando a cidade de Goiânia. (Figuras 05, 06 e 07).

Figura 6 - Forças Políticas - Deputada Estadual Isaura Lemos (PDT), Vereador Euler Ivo (PDT), Deputado Mauro Rubens (PT) e Pinheiro Salles (PT).



Fonte: Da Autora.

No dia do cumprimento da ordem de despejo (16/02/2005), observou-se que havia um forte clima de tensão e medo expressos nos rostos dos(as) moradores do ‘Sonho Real’, horas antes da ação de despejo do P.O.I. Neste dia aconteceram várias manifestações de fé e persistência no sonho, como ato simbólico da resistência que formou um cordão humano na entrada do Residencial Sonho Real à Rua Magnólia implorando em diversas orações, para que a polícia não entrasse.

Figura 7 - Resistência & Medo. Barricada na Rua das Magnólias - P.O.I.



Fonte: CEDOC - Casa da Juventude Pe. Burnier

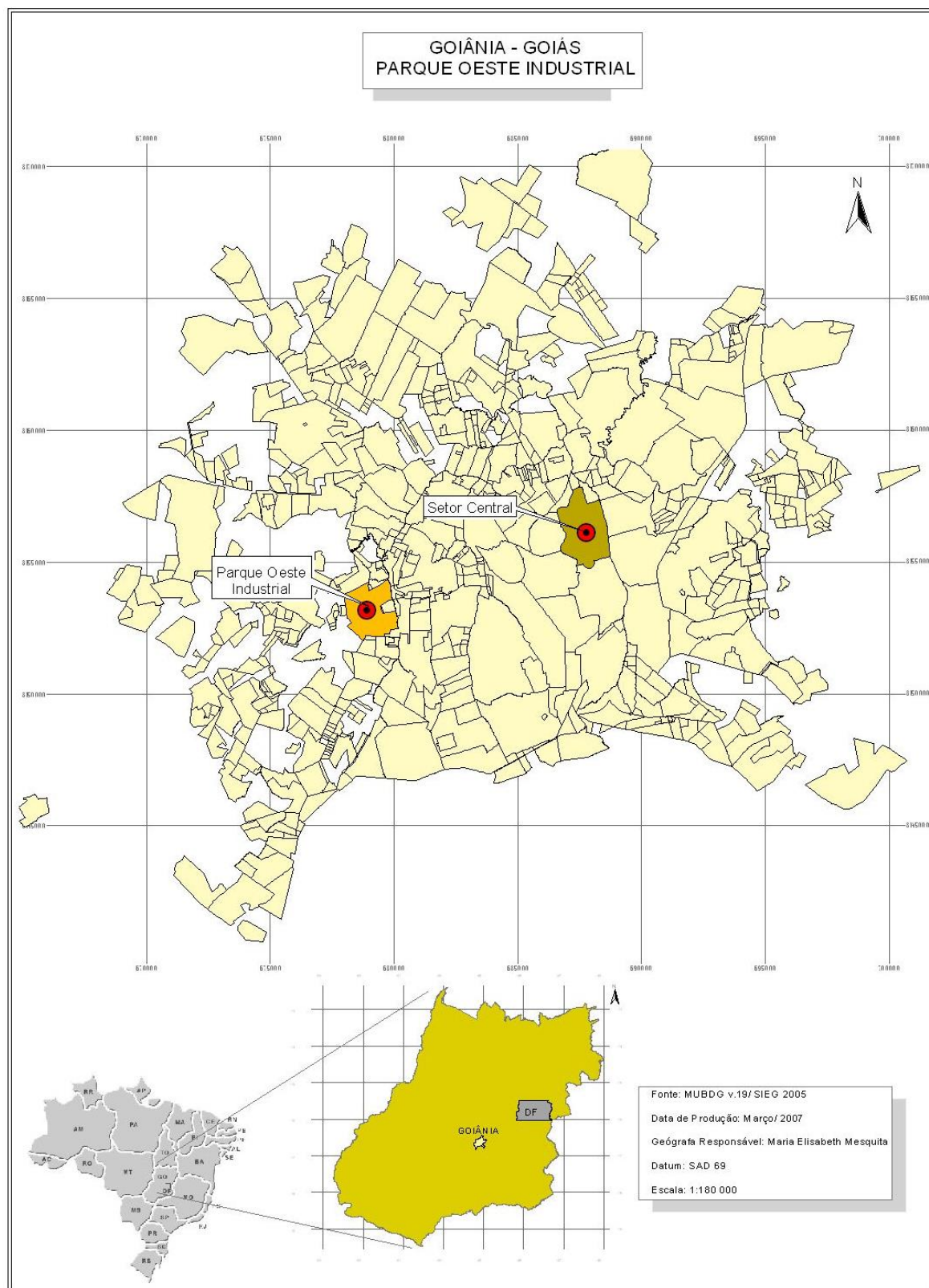
2.2 DESCRIÇÃO DA ÁREA OCUPADA

2.2.1 Localização

O P. O. I. localiza-se na região oeste do município de Goiânia, às margens da BR 060, saída para Guapó GO. Este loteamento dista em linha reta, aproximadamente, dez quilômetros da região central da capital. Ao norte a área ocupada faz divisa com o bairro Goiá e a leste encontra-se às margens do córrego Macambira que margeia a Vila Adélia, também está muito próximo do Conjunto Canaã e da Cidade Jardim. Ao sul, a área que estava vazia, limita-se com uma grande área de expansão e de verticalização denominada Residencial Eldorado.

Pode-se concluir, portanto, que o P.O.I. está localizado em uma privilegiada área da cidade, circundada por vias de acesso rápido que propiciam grande mobilidade a essa região. Por estar próxima da BR 060, denominada de Avenida Pedro Ludovico Teixeira na faixa onde se localiza o P.O.I., possibilita o acesso à região sudoeste do estado e ao Mato Grosso e esta avenida ou rodovia federal conecta-se com o Anel Viário de Goiânia, permitindo acesso expresso à região e saída sul (BR 153).

Figura 8 - Mapa de Goiânia com a Localização do P.O.I.



2.2.2 Vias de acesso e mobilidade

Pela Avenida Pedro Ludovico, do Parque Oeste Industrial, seguindo em direção ao centro de Goiânia, chega-se rapidamente ao setor Canaã, na Avenida ADERUP, local onde se encontra uma grande concentração de lojas de peças de automóveis usadas e os ferros-velhos de Goiânia⁶. Mais adiante, nesta mesma direção, chega-se ao bairro Cidade Jardim, através da Avenida Armando Godoy onde se localiza o DETRAN-GO. Deste ponto, em diante, vários acessos rápidos se tangenciam, possibilitando chegar a diferentes pontos da cidade. Tanto o setor Campinas, quanto o centro de Goiânia podem ser acessados rapidamente deste ponto, via transporte coletivo ou por meio de condução particular.

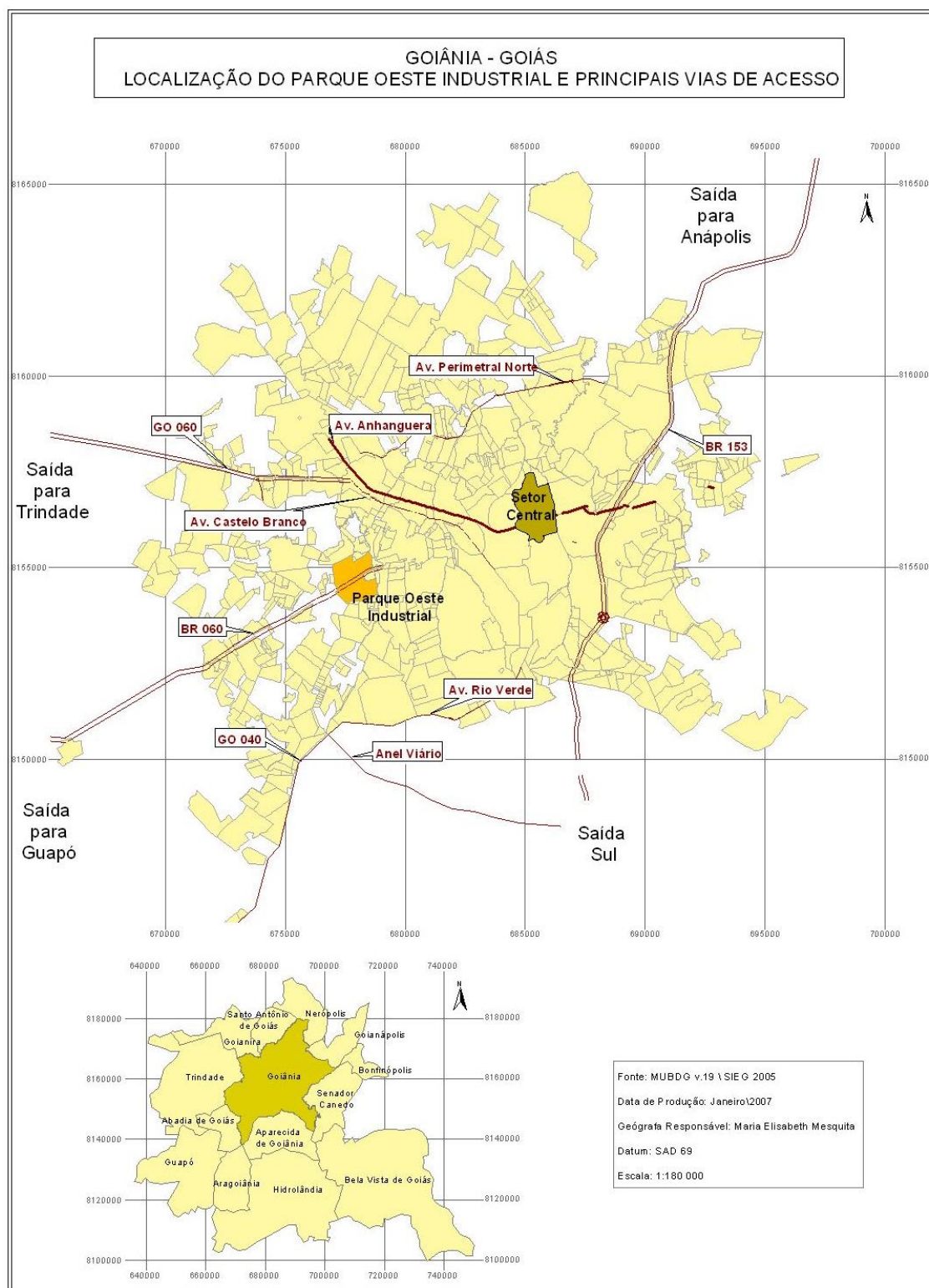
Portanto, conclui-se que a área ocupada no P.O.I. está localizada em uma região de fácil acesso e com alta mobilidade para as diferentes regiões de Goiânia. O P.O.I. se localiza, relativamente, próximo ao setor Central e está a cinco minutos do setor Campinas que dá acesso às regiões Noroeste, Norte e Nordeste desta capital, pelas avenidas Castelo Branco, Anhanguera (ou eixo leste-oeste) e Perimetral Norte. (Figura 09)

Na BR 060, seguindo em direção à saída para Guapó, alguns quilômetros após o P.O.I., tem-se acesso ao Anel Viário que propicia rápido acesso à GO 040 e à BR 153, além de poder-se chegar à Avenida Rio Verde, em Aparecida de Goiânia, que leva ao lado sul e sudeste desta capital.

Na figura 9 (Mapa: principais vias), foram traçadas as principais vias de acesso e de rápida mobilidade que circundam a região onde se localiza a área ocupada do P.O.I.

⁶ Os agentes ligados a essas atividades estiveram, supostamente, ligados ao movimento de ocupação do P.O.I.

Figura 9 - Mapa de localização do P.O.I. e principais vias de acesso



2.2.3. Dimensões da ocupação

A ocupação do P.O.I., iniciada em maio de 2004, foi gradativamente expandindo-se e as dezenas de famílias iniciais passaram, rapidamente, a milhares, pois, essas chegavam

diariamente ao local, em busca da conquista do direito à moradia. Segundo relatório de uma pesquisa sobre o P.O.I., realizada pela FIAN⁷, o número de famílias ocupantes da área era de quase quatro mil ou, aproximadamente, quinze mil pessoas e a maioria delas residiram na área ocupada por dez meses, em média, até a sua desocupação em fevereiro de 2005.

Em fevereiro de 2005, antes da desocupação, estima-se que a área total ocupada no P.O.I. era de aproximadamente 28 alqueires goianos⁸, que equivalem a 1,35 milhões de metros quadrados. Desse modo, deduz-se, através da dimensão da área ocupada, que a área do P.O.I. que estava vazia, ociosa, completamente abandonada e servindo para usos marginais⁹, eram mais de 1 milhão de m² cobertos por mato e lixo, sem nenhuma função social.

Com base nos dados dos relatórios extra oficiais, elaborados pelas entidades que compõem o fórum de apoio às famílias despejadas do P.O.I., estima-se que cerca de 4 mil famílias habitavam a área até a sua desocupação. Portanto, se distribuídas às quatro mil famílias, no território de um milhão de metros quadrados ocupados no P.O.I., tem-se, algo em torno de 4 mil lotes com aproximadamente 250 m² cada. As proporções dessa ocupação podem ser visualizadas no quadro síntese (Quadro 1).

Quadro 1 - Dimensões estimadas da ocupação do P.O.I.

Item - Ocupação P.O.I.	Estimativa até 16/02/2005
Área Ocupada	28 alqueires goianos ou 1,35 milhões de m ²
Número de Ocupantes	12.000 pessoas
Nº de Famílias Ocupantes	4.000 (com 3 pessoas em média)

Fonte: Dados da pesquisa

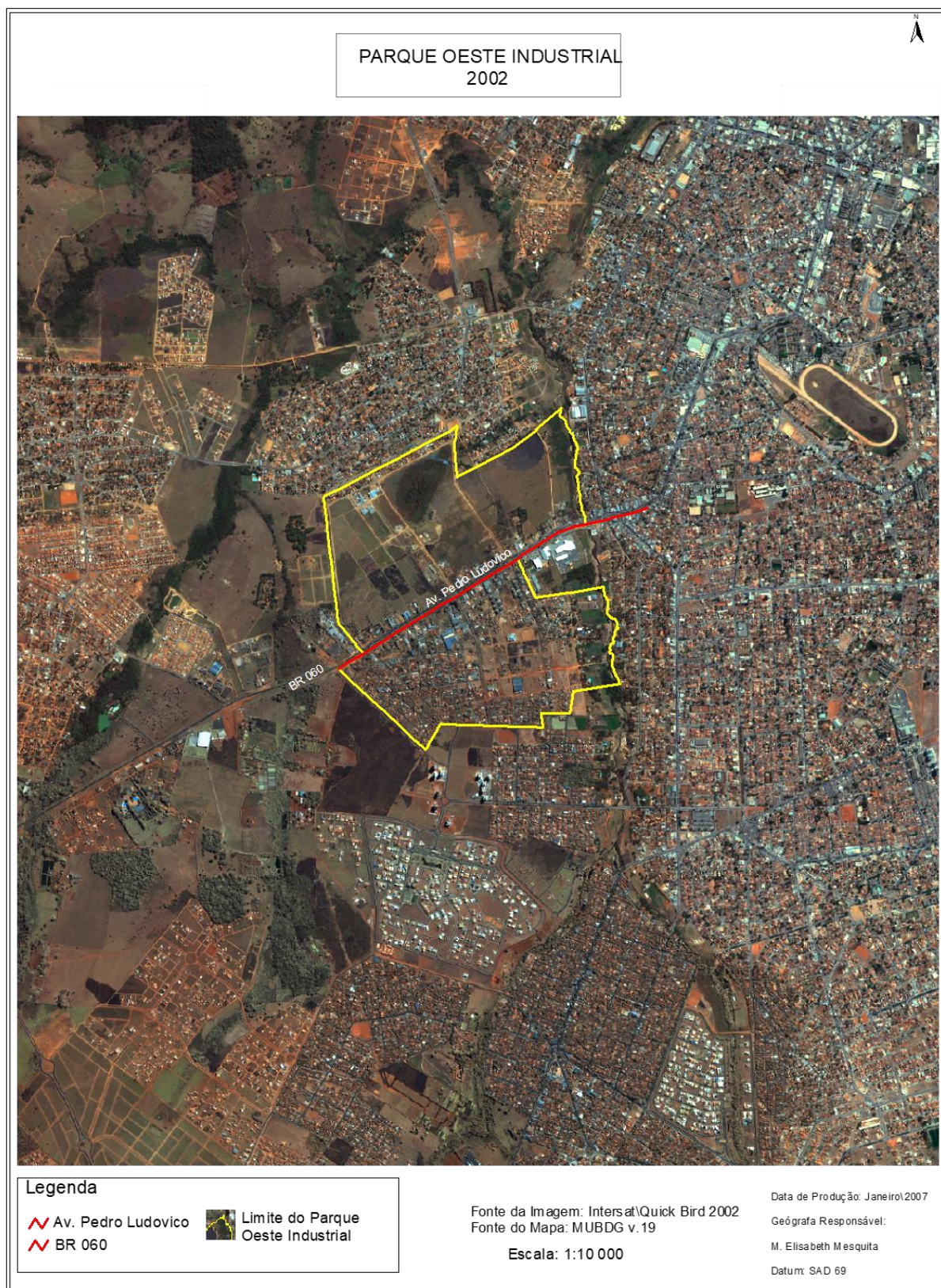
A figura 10 traz uma imagem de satélite (2002) com visão da área do P.O.I. que permite visualizar o enorme vazio urbano mantido até a sua ocupação em 2004.

⁷ FIAN Brasil - Rede de informação e ação pelo direito a se alimentar. In: Direito Humano à alimentação adequada no Brasil - Informe 2005.

⁸ O alqueire goiano que equivale a 4,84 hectares (ha)

⁹ “Usos marginais” - refere-se ao uso do local para esconderijo, desmonte de carros, tráfico de drogas e etc.

Figura 10 - Imagem de satélite do Parque Oeste Industrial - 2002



Em 15 de fevereiro de 2005 o jornal “O Popular” trouxe algumas informações sobre o P.O.I. e sobre o plano para a desocupação da área invadida. Porém, esse veículo de mídia

impressa, de alta circulação no estado de Goiás, equivocou-se ao usar a expressão “área invadida” ou quando chama de “invasão” o fenômeno ocorrido no P.O.I., pois, segundo *Michaelis*¹⁰, invasão é um substantivo feminino que designa ato ou efeito de invadir com entrada violenta, incursão ou ingresso hostil, o que não corresponde ao fato ocorrido no P.O.I. A denominação correta para o fenômeno ocorrido no P.O.I. é a expressão “ocupação”, que significa ato de ocupar ou de se apoderar de qualquer coisa, com ou sem direito.¹¹ Obviamente, deve-se reconhecer que a maior parte das famílias que ocuparam o P.O.I. eram detentoras do direito à moradia, contudo, não lhes era permitido, legalmente, ocupar uma área privada na tentativa de exigir o cumprimento do seu direito.

Nesta mesma data, um dia antes da execução da ordem de expulsão das famílias que ocupavam ou habitavam a área do P.O.I., o clima era de ansiedade, tensão e medo, enquanto aguardavam e resistiam à desocupação, mesmo sabendo que corriam riscos, pois a ação policial seria inevitável. Na ocasião, cerca de ‘apenas’ três mil famílias foram cadastradas pela Agência Goiana de Habitação AGEHAB e este cadastro visou identificar e traçar um perfil sócio econômico dessas famílias, a fim de verificar se as mesmas enquadravam-se nos critérios da Política Habitacional do Estado de Goiás. Porém, os resultados obtidos através desse cadastro não foram divulgados publicamente.

Antes da desocupação, a AGEHAB divulgou que foram identificados apenas 2.862 lotes ocupados na área do P.O.I. (dos 4 mil lotes estimados). Desses, 1.700 lotes eram com edificações em alvenaria, dos quais 1.000 possuíam três cômodos e 700 de um a dois cômodos. Com isso, estima-se que o valor investido na edificação das moradias do “Sonho Real” foi em torno de R\$ 7 milhões¹².

¹⁰ Fonte: CD-Rom - Dic Michaelis do UOL

¹¹ **o.cu.pan.te** - adj. e s., m. e f. Que, ou quem ocupa; ocupador.

pos.sei.ro - adj. e s. m. Dir. Que, ou aquele que se encontra na posse clandestina ou ilegítima de certa área de terras particulares, ou devolutas, com a intenção de dono.

in.va.sor - (ô), adj. e s. m. Que, ou o que invade ou conquista.

¹² Para o cálculo do valor do “Sonho Real”, a AGEHAB estimou que foram gastos, no mínimo, R\$ 4 mil (em média) por edificação.

Figura 11 - Mapa da área ocupada no P.O.I.

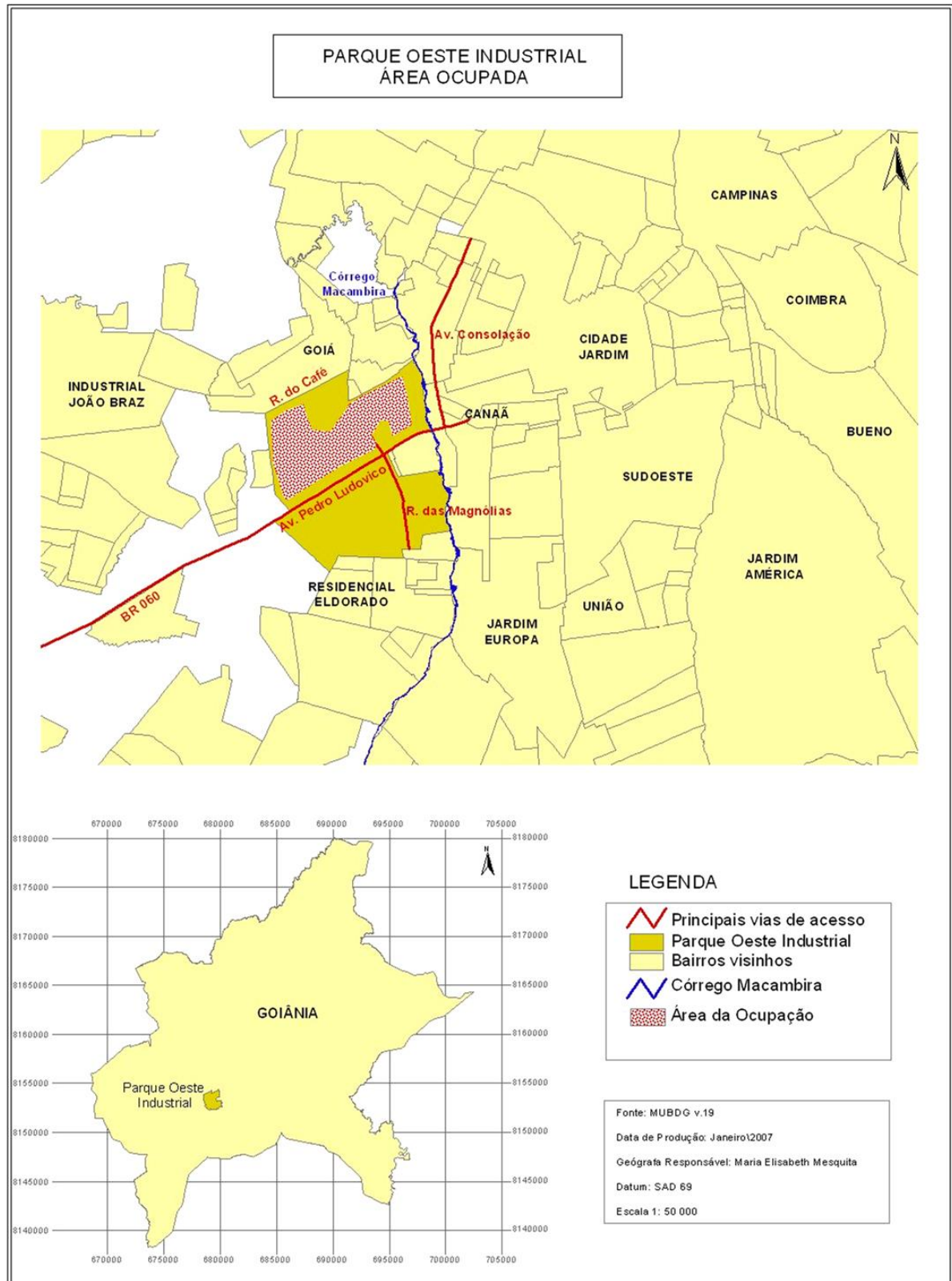


Figura 12 - Mapa da Área Ocupada no Parque Oeste Industrial

2.3 A DESOCUPAÇÃO

2.3.1 Operação Triunfo

A Operação Militar foi batizada antes de ser desencadeada como "Operação Triunfo". Muitos se indignaram com este nome. Mas eu o acho o mais correto de todos. De fato foi o triunfo da barbárie sobre a justiça, o bom senso e a racionalidade humana. CANUTO, Antônio (Jornalista, secretário nacional da CPT - Comissão Pastoral da Terra)

A operação para desocupação do P.O.I. em 16 de fevereiro de 2005 foi a maior operação militar já realizada em Goiás, envolvendo mais de 2.000 soldados de vários batalhões da PM.

Anteriormente, em uma reunião de negociação com alguns representantes dos sem-tetos, ocupantes do P.O.I., o governador Marconi Perillo garantiu que não ia permitir a incursão da polícia, quando afirmou, conforme registro gravado em aparelho celular durante esta reunião, que *“se for algum policial lá, algum comandante lá, vai ser demitido”* (transcrição das palavras do governador Marconi Perillo). Isso comprova que houve negligência política, por parte do governador, ao alimentar esperanças entre os ocupantes, uma vez que já havia saído a decisão judicial determinando a imediata reintegração de posse aos proprietários da área do P.O.I.

As opiniões divergiam na sociedade, porém, observa-se que ao longo de todo o processo coberto pela mídia local houve uma espécie de construção ideológica em defesa da propriedade privada, especialmente, a partir das leituras desenvolvidas pela TV Anhanguera (Rede Globo local) e jornal *O Popular* que notoriamente noticiam para a elite goiana. Dessa forma, opiniões contrárias à defesa incondicional da propriedade privada foram expressas, especialmente, por alguns jornalistas, intelectuais e políticos defensores dos direitos humanos, por representantes de organizações do terceiro setor e pessoas ligadas a grupos religiosos, mediante cartas, e-mails e veículos de mídia independente.

A exemplo disso, após o processo de desocupação, o jornal *O Popular* publicou uma pesquisa realizada pelo SERPES¹³ que confirmou a aprovação pela opinião pública da operação de despejo, mesmo com truculenta força policial, onde mais de oitenta por cento do universo de entrevistados julgou-a necessária, inevitável e dentro da lei. Não se sabe exatamente quais os critérios para a escolha da amostra de pessoas que participaram dessa pesquisa e a que grupo

¹³ SERPES - Pesquisas de Opinião e Mercado LTDA.

social estes pertenceriam. Porém, sabe-se que, dentre esses, mais de noventa e cinco por cento não concordavam com a ‘invasão’.

Figura 12 - Foto da força policial montada na desocupação do P.O.I.



Fonte: Da Autora.

A operação policial para a desocupação da área ocupada no P.O.I., contou com vários batalhões militares, inclusive da cavalaria e sua incursão violenta se deu por vários pontos estratégicos. Nem as barricadas em chamas, muitas menos os cordões de resistência dos ocupantes impediram o triunfo da truculenta operação de despejo e destruição do sonho.

Figura 13 - Incursão Policial



Fonte: CEDOC - Casa da Juventude Pe. Burnier

Após a desocupação, denominada pelo comando militar e Secretaria de Segurança Pública de “Operação Triunfo”, apesar das duas vítimas fatais, o cenário que restou foi de destruição com a demolição do ‘sonho’. E o povo desolado, assustado e sem ter para onde ir buscou abrigo na Catedral Metropolitana de Goiânia, local onde se refugiaram os sem-tetos despejados do P.O.I. que não tinham para onde ir após a desocupação e para onde foram levados os corpos das vítimas da “Operação Triunfo” para serem velados.

Figura 14 - Manchete do jornal O Popular de 17/02/2005

O Popular Goiânia, 17 de fevereiro de 2005.

DESPEJO NO PARQUE OESTE

Demolição de casas encerra despejo
 Maior operação da PM em Goiás mobilizou mais de 2 mil homens

Sebastião Nogueira



No fim da tarde, retroescavadeira começou a derrubar as casas de alvenaria construídas pelos invasores que já estavam sem móveis

2 mortos 14 feridos 800 presos

Em operação iniciada às 9 horas, a Polícia Militar desocupou ontem a área invadida desde maio do ano passado no Parque Oeste Industrial. Houve pânico e correria por parte dos invasores. Poucos resistiram. Duas pessoas morreram e 14 foram levadas feridas ao Hugo, que teve esquema especial para receber as vítimas. Várias armas foram apreendidas e os presos, encaminhados ao 7º Batalhão da PM. A demolição das casas começou ainda ontem. O secretário de Direitos Humanos da Presidência, Nilmário Miranda, quer apuração das mortes.

“... a área de 1,3 milhões de metros quadrados foi palco da maior invasão de Goiás” DORIAN, Amanda (Jornal O Popular, caderno Cidades, edição de 24/02/2005)

2.3.2 Repercussão na mídia - Após a desocupação do P.O.I.

Na seqüência, alguns tópicos representativos da visão da mídia “oficial” sobre as ocorrências no P.O.I., acompanhados de comentários com o objetivo de cotejá-los com os fatos reais.

2.3.2.1 Do jornal *O Popular* de 24/02/2005

Estima-se que o valor venal da área de 1.3 milhões de m² do P.O.I., que foi ocupada por 4 mil famílias, era de aproximadamente R\$ 38 milhões.

Uma semana após a ação de desocupação, seguida de demolição e limpeza, a polícia militar entregou a área desocupada do P.O.I. aos proprietários legais, reintegrando a sua posse. Por sua vez, os proprietários com medo de uma nova ocupação, contrataram oitenta vigilantes de uma empresa de segurança particular, para guardar o terreno de mais de um milhão de metros quadrados.

Até o dia anterior à reintegração de posse aos proprietários, alguns caminhões e carregadores recolhiam móveis e pertences das casas que seriam demolidas.

Figura 15 - Foto - A demolição do “Sonho”



Fonte: Da Autora.

A paisagem na área do P.O.I., local onde fora edificado o “Sonho Real”, ficou devastada após a desocupação e demolição, conforme se pode observar nas fotos (Figuras 15 e 16), pois restaram apenas escombros, contendo toneladas de entulhos provenientes da desconstrução de

milhares de moradias como fragmentos de um sonho desmoronado. Segundo relato no jornal “O Popular” (de 24/02/2005), estima-se que o volume de entulho na demolição do “Sonho Real” era de mais de dez mil toneladas. Esta ação poderia ser traduzida como um *SURPLUS*¹⁴ desnecessário e oneroso.

Figura 16 - Foto da demolição em contraste com a verticalização



Fonte: Da Autora.

Após a desocupação os sem-teto foram removidos para dois ginásios de esportes (Figuras 17 e 18), um no conjunto Novo Horizonte e o outro no Bairro Capuava, ambos sem a menor condição sanitária para abrigar as, pelo menos, três mil famílias que não tiveram para onde ir depois da ação de despejo do P.O.I. O saldo dessa desocupação foi de, pelo menos, duas vítimas fatais¹⁵ e um outro ocupante sem-teto teria ficado paraplégico.

Devido à falta de higiene e ao superpovoamento nos ginásios, os sem-teto, principalmente as crianças, sofreram uma série de enfermidades entre as quais, um surto de escabiose¹⁶ em março de 2005. O Conselho Tutelar promoveu uma ação, a pedido do Centro

¹⁴ SURPLUS - resíduo, resto, excesso, excedente ou desperdício.

¹⁵ Pedro Nascimento da Silva (26 anos) e Wagner da Silva Moreira (21 anos)

¹⁶ Escabiose - ou sarna como é popularmente conhecida.

de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público, de cadastro das crianças e dos adolescentes que se encontravam abrigados nos ginásios de esportes após a desocupação do P.O.I.

Figura 17 - Foto dos ex-ocupantes do P.O.I. nos ginásios A



Fonte: CEDOC - Casa da Juventude Pe. Burnier

Figura 18 - Fotos dos ex-ocupantes do P.O.I. nos ginásios B



Fonte: CEDOC - Casa da Juventude Pe. Burnier

2.3.2.2 O Popular - 04/03/2005

No dia 3 de março de 2005, dezesseis dias após a desocupação do P.O.I., os governos Federal, Estadual e Municipal assinaram um protocolo de intenções para resolver a questão dos sem-teto despejados. O governador discordou dos aditivos feitos pelos sem-teto e assinou o protocolo na sua forma original (de 24/02/2005). Por meio dos recursos do Programa de Subsídio à Habitação Social (P.S.H.) a União repassaria R\$ 7,5 mil para cada família assentada, com limite de até 2,5 mil famílias, totalizando um volume de recursos de R\$ 18,75 milhões. Porém, o Município haveria de encontrar uma área ou algumas áreas em quinze dias e com valor máximo de R\$ 2,4 milhões que correspondia ao valor dos impostos atrasados da área do P.O.I. Já ao estado caberia a complementação das áreas, caso a da prefeitura não fosse suficiente. Deveriam ser assegurados 2,5 mil lotes que poderiam estar localizados em Goiânia ou no seu entorno. O Governo do Estado também ficou responsável, pela implantação de algumas infra-estruturas básicas como rede de água e de energia elétrica e pela concessão de cheques moradia no valor de R\$ 5 mil para cada família assentada.

2.3.2.3 *O Popular* - 07/03/2005 - Dívida com Impostos Municipais IPTU e ITU equivalem à 30% do orçamento total de 2005.

O município reconhece que os proprietários de muitos imóveis, em geral especuladores, são os maiores devedores de impostos junto à prefeitura de Goiânia, como no caso dos proprietários dos 1.595 lotes distribuídos na área de 28,86 alqueires (goianos) no P.O.I. que foi ocupada em 2004, pois, sabia-se da existência dessa dívida milionária.

Após a desocupação, a família Aguiar, proprietária desse terreno gigantesco, se comprometeu em pagar a dívida junto à prefeitura e este recurso seria o usado para a aquisição da área definitiva que abrigaria os sem-tetos despejados. Contudo, existiram denúncias de que parte da dívida referente à área do P.O.I. teria sido prescrita e/ou não cobrada, totalizando, apenas, R\$ 2,4 milhões, dos R\$ 4 milhões que seria o devido.

2.3.2.4 *O Popular* - 05/04/2005 - Condições precárias e insalubres dos alojamentos em dois ginásios de esportes provoca mais mortes entre os sem-teto.

Desde o despejo do P.O.I., em 16/02/2005, cerca de 2,5 mil pessoas habitam precariamente os exíguos espaços dos ginásios de esporte do bairro Capuava e no setor Novo Horizonte, onde, devido à super aglomeração e a falta de higiene, proliferam-se doenças que casam mais mortes entre os sem-teto.

São quase dois meses sem uma solução para a remoção dos sem-teto despejados do P.O.I. e enquanto isso uma suposta área provisória está sendo negociada e preparada para acolher, em barracas de lona preta, os sobreviventes da desocupação.

2.3.2.5 O Popular - 07/05/2005 - Área definitiva está sendo negociada e deverá custar R\$ 6 milhões

A área de 32 alqueires que abrigará, em definitivo, os sem-tetos despejados do P.O.I. está sendo negociada por R\$ 6 milhões e localiza-se na Região Oeste de Goiânia, saída para Aragoiânia-GO, nos fundos do Jardim Itaipu. Porém, boa parte dessa área (26 dos 32 alqueires) está inserida na chamada Zona Rural do município de Goiânia, o que requererá a inclusão da mesma na Zona de Expansão Urbana, ou seja, ainda dependerá de uma mudança legal, que deverá ser aprovada pela Câmara Municipal, para a autorização do loteamento e construção de 2,5 mil casas para os sem-teto.

O recurso para aquisição da área para assentamento definitivo dos sem-teto advém, em parte, do governo municipal – R\$ 2,4 milhões adquiridos mediante o recebimento dos impostos atrasados do P.O.I. – e outros R\$ 3,68 milhões provenientes de recursos do Tesouro estadual.

2.3.2.6 O Popular - 13/05/2005 - Transferência de sem-tetos para a área provisória.

Após três meses após a desocupação do P.O.I. as 935 famílias, que permaneceram em condições de extrema precariedade abrigadas nos ginásios, começam a ser transferidas para uma área provisória, localizada no Setor Grajaú, onde estão sendo montadas, com o auxílio dos bombeiros, barracas de lona-preta e armação de madeira com 12m²/ cada.

2.3.2.7 O Popular - 12/07/2005 - Frio e fome no acampamento provisório.

O vento danificou a maioria das barracas de lona, muitas famílias de sem-teto estão dormindo no relento e sofrem com o frio e a poeira no acampamento provisório no Grajaú. As crianças adoecem e passam fome, pois o pão e leite distribuídos não são suficientes.

2.3.2.8 O Popular - 24/09/2005 - Setor Grajaú (Região Sudoeste)

Após os fortes ventos que ocorreram em setembro de 2005 a Defesa Civil sugeriu que fosse decretado, pelo Município, estado de emergência na área provisória, onde se encontram acampados os ex-ocupantes do P.O.I., pois, inúmeras barracas de lona preta, que servem de abrigo provisório, foram destruídas e a condição dos desabrigados é cada vez mais precária, devido às más condições sanitárias e outros fatores que complicam ainda mais o quadro do

Grajaú como falta de água, tempo seco, calor intenso, fortes ventos e poeira. O resultado disso é a desnutrição infantil e proliferação de várias doenças infecto-contagiosas.

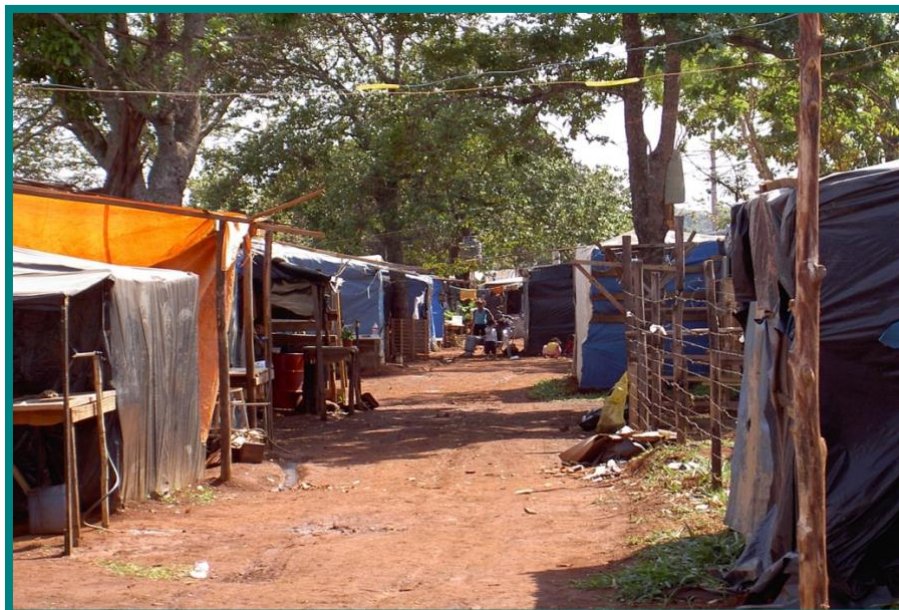
Segundo relatório da Defesa Civil, o número de famílias que se encontravam na ocupação do P.O.I. chegou a 4 mil, ou aproximadamente 12 mil pessoas, porém, são no máximo 2 mil famílias que se encontram assentadas provisoriamente no Grajaú. E das 1.129 barracas identificadas, constatou-se a existência de 25 recém-nascidos, 786 crianças de até 5 anos, 982 de 5 a 15 anos de idade e 85 idosos.

Figura 19 - Foto do acampamento provisório no setor Grajaú



Fonte: Da Autora.

Figura 20 - Foto das barracas no acampamento provisório do Grajaú



Fonte: Da Autora.

2.3.3 Repercussão política e social

A Assembléia Legislativa de Goiás concedeu Moção de apoio ao Secretário de Segurança Pública Jônathas Silva, pela ação bem sucedida de desocupação do P.O.I. e esta teve a assinatura de 34 dos 41 parlamentares dessa casa. Este documento foi proposto pelo Deputado Estadual Afrêni Gonçalves (PSDB) e redigido nos seguintes termos, conforme se transcreve a seguir:

“... a força do direito sobre a ação insana e anárquica de falsos líderes que, agindo à sombra da bandeira dos legítimos necessitados da ação social do Estado os fizeram de escudos para os seus sórdidos interesses...”¹⁷

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana conhecida por CPI da Terra enviou representantes à Goiânia em setembro de 2005, com o intuito de promover uma averiguação sobre o caso da desocupação do P.O.I. Nesta ocasião acreditou-se ser necessário pedir a federalização das investigações relacionadas à ação de despejo das famílias que ocupavam o P.O.I., a fim de garantir uma apuração mais isenta dos fatos.

Após relatar-se sobre a ocupação do P.O.I., que teve o objetivo de introduzir a problemática da falta de moradia, bem como, da segregação sócio ocupacional em Goiânia,

¹⁷ Trecho da Moção de apoio ao Secretário de Segurança Pública de Estado de Goiás pela ação no P.O.I. retirado da reportagem do Jornal *O Popular* de 04/03/2005, caderno Cidades, página 04.

produziu-se uma descrição geral do objeto desta investigação, que remonta um dos mais recentes fenômenos conflituosos de luta pela moradia. Mediante este acontecimento retomou-se a discussão sobre o déficit habitacional e segregação urbana nessa capital, uma vez que, o mesmo expôs a realidade de manutenção de uma área vazia enorme e em localização estratégica, porém, sem nenhum uso social efetivo.

Desse modo, pode-se dizer que esses agentes urbanos que compuseram o movimento de ocupação do P.O.I. constituíram-se ao longo dessa trajetória, em uma força interventora no espaço urbano de Goiânia, pois, foram capazes de suscitar, na sociedade goianiense, discussões oponentes à especulação imobiliária que incomodaram, principalmente, os proprietários dos grandes vazios urbanos. Reconhece-se que, independente das diferentes motivações que levaram à ação de ocupação, o saldo geral do fenômeno de resistência foi altamente positivo, pois, após toda uma trajetória politizadora, a comunidade que edificou o ‘Sonho Real’ e foi expulsa da área do P.O.I., tomou consciência dos seus direitos e persistiu lutando pela conquista real da moradia.

Sabe-se que o debate em torno da temática da segregação urbana e carência de espaço para moradias populares não interessa a todos, e, principalmente para quem já possui sua casa própria entre outros bens imobiliários, pois para estes a propriedade privada é defendida prioritariamente. Contudo, os debates promovidos ao longo do período da ocupação do P.O.I. foram além da discussão de defesa da propriedade privada, e muitas vezes dividiram as opiniões da sociedade. Talvez por trazerem à tona problemas que se sabe existirem, mas que não são enfrentados com as medidas necessárias. Um exemplo disso é o déficit habitacional e a existência de terrenos vazios por toda a cidade que, na sua maioria, encontram-se sem um uso social e sem cuidado, estando à *mercê* do mato e da marginalidade como no caso da área do P.O.I. antes da sua ocupação em 2004.

Conclui-se, portanto, que o fenômeno ocorrido no P.O.I. desnudou um dos maiores desafios dos gestores urbanos, que é buscar, efetivamente, a adoção dos instrumentos legais de combate à especulação urbana e que inviabilizem a manutenção dos vazios urbanos em detrimento da necessidade de áreas destinadas a programas de habitação de interesse social que minimizem os problemas de déficit habitacional e segregação sócio-residencial na Capital.

Goiânia foi fundada na década de trinta, tendo sido a primeira capital planejada do Centro-Oeste. Hoje sofre pelo seu (sub)dimensionamento, pois foi pensada inicialmente apenas para abrigar uma pequena população de funcionários estaduais e seus governantes. E devido ao seu crescimento, nota-se que desde o seu projeto inicial não se havia pensado em lugares para

abrigar a população de baixa renda, composta, naquela época, por trabalhadores braçais que contribuíram para a sua edificação. Com base nisso é que se decidiu, no capítulo seguinte, promover um resgate da formação espacial histórica de Goiânia que, desde a sua concepção inicial, segregou e fragmentou seu território, originando alguns dos problemas urbanos vividos no presente momento dessa capital.

3 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO GOIANIENSE

“Goiânia resulta de um discurso moderno embora constituída na trama política da oligarquia agrária local aliada à ditadura nacional do Estado Novo.” Eguimar Felício Chaveiro (2001)

Neste capítulo, trabalhar-se-á com uma perspectiva histórica que visa retratar a trajetória de formação do espaço urbano (segregado) de Goiânia que foi, desde a sua origem enquanto nova capital do estado de Goiás, planejada de forma sócio-excludente. Para tal, inicia-se com um levantamento de informações sobre o processo de mudança e edificação da nova capital. Na seqüência, busca-se promover um estudo sobre o processo de ocupação e do seu crescimento demográfico, a fim de ilustrar as possíveis causas de conflitos e lutas por espaços em Goiânia. Também são relatados alguns fatos históricos que se assemelharam ao fenômeno de ocupação do P.O.I.

O objetivo desse resgate histórico que, aparentemente, encontra-se distante da atual realidade de carências por espaços urbanizados para habitação de interesse social, parte do pressuposto que esses problemas urbanos, relacionados à segregação e fragmentação do território goianiense têm origem na concepção da cidade como capital planejada e excludente.

3.1 PROCESSO DE MUDANÇA DA CAPITAL E CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

O projeto de construção da nova capital foi arquitetado “estrategicamente” para Goiás, pois, além de atender as novas necessidades deste Estado brasileiro em desenvolvimento, também representava um importante marco para a política nacional de interiorização, conhecida posteriormente por “Marcha para o Oeste”. Esta marcha procurava atender os objetivos de expansão das fronteiras econômicas do país mediante a ocupação de novas frações do território brasileiro e que consolidaria em Goiás, grandes possibilidades de expansão das fronteiras agropecuárias.

Na década de trinta o estado de Goiás se encontrava em uma fase de grandes dificuldades tanto de ordem material como de ordem política, para a concretização deste grande projeto de interesse nacional que começava pela mudança da capital e conseqüente derrubada do poder oligárquico vigente. Portanto, para garantir o apoio local, os defensores deste projeto, sem trazer à tona as verdadeiras motivações políticas que haviam por detrás, argumentavam que a construção de uma nova e moderna capital atrairia, sem dúvida, a prosperidade para

Goiás, uma vez que este estado ainda era muito pouco povoado e possuía grandes extensões de terras próprias para a criação de gado.

O projeto da nova capital fomentou, ainda mais, a disputa pelo poder local, fazendo surgir entre as divergentes correntes políticas, diversas opiniões contrárias à mudança da capital do estado. Pelos muitos opositores, que consideravam o projeto “um absurdo”, foram levantadas as dificuldades que, inegavelmente, haviam naquela época como a própria falta de recursos para a execução desse audacioso projeto, uma vez que o Estado passava por uma fase de grandes dificuldades financeiras.

Contudo, a nova corrente política dominante, apoiada pelo poder central (Governo Federal), defendia fortemente a idéia de que o desenvolvimento de Goiás dependia da concretização do projeto da construção de uma nova capital. Discursava-se que a construção desta cidade planejada, repleta de infra-estrutura, traria consigo o desenvolvimento para esse estado.

A nova capital de Goiás, ao contrário da antiga (Cidade de Goiás) em decadência econômica, funcionaria como um novo centro do poder, representando o “novo poder político” e logo se configuraria como um centro dinamizador da economia do estado, pois, nela se concentrariam as principais movimentações econômicas e financeiras, uma vez que ofereceria uma nova e completa infra-estrutura comercial e bancária.

Portanto, a nova capital seria provida dos devidos equipamentos necessários à promoção do crescimento econômico, ao fomento e atração de novos investimentos externos provenientes da nova burguesia que surgira nos anos trinta. Esse momento foi marcado pela vitória na Revolução de 30 rompendo com toda a forma conservadora (antigas oligarquias) de poder e favorecendo, em Goiás, a retirada da família Caiado do poderio oligárquico goiano, uma vez que estas forças tradicionais de poder já não atendiam aos interesses da nova camada social dominante, a burguesia liberal. “Nesse sentido, a mudança no comando político do estado, via Revolução de 30, eleva ao poder lideranças sintonizadas com a nova mentalidade desenvolvimentista do país” (MOYSÉS, 1990, p. 113)

Apesar da forma autoritária do poder central na época da revolução de 1930, representada pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, esse possibilitou que houvesse uma alternância do poder em Goiás, favorecendo àqueles que comungavam com a nova ideologia desenvolvimentista brasileira, contrária aos interesses das oligarquias tradicionais. Porém, o

que ocorreu em Goiás foi, de fato, apenas uma mudança do poder das mãos da antiga oligarquia para uma nova, representada pela ascendente burguesia agrária.

O aval e a proteção getulista garantiu, por quase dez anos consecutivos, a permanência de Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal do estado de Goiás. Contudo, não poderíamos deixar de reconhecer o mérito desse político pelo grandioso feito da construção de Goiânia. Conforme Moysés ao dissertar sobre a importância política de Pedro Ludovico, afirma que se deve reconhecer o seu valor político, mesmo sem concordar completamente com suas ações e motivações, por ter sido capaz de sustentar a execução de “um projeto arrojado de cidade moderna, num estado ainda sem significância econômica, quase despovoado, com recursos escassos e com oposição sistemática...” (MOYSÉS, 2001, p. 112)

Pedro Ludovico Teixeira nomeou em dezembro de 1932, mediante decreto de lei de nº 2.737, uma comissão para fazer a escolha do local onde seria construída a nova capital do estado. O resultado da escolha foi apresentado em março de 1933, apontando a região do antigo município de Campinas como ideal, uma vez que já apresentava um adensamento populacional, possuía uma topografia apropriada com abundante hidrografia e era provido de terras férteis em seus arredores.

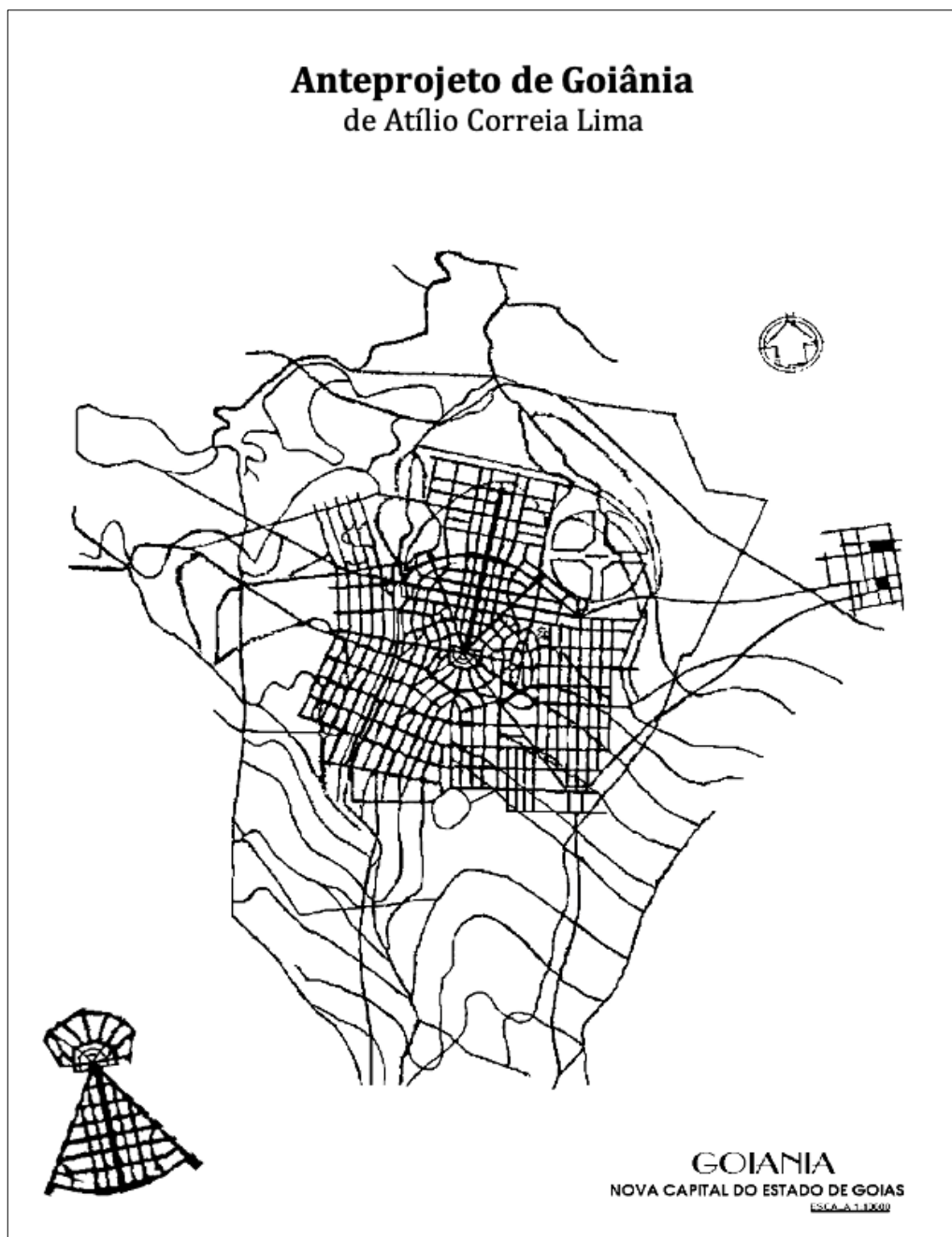
Também em 1933, foram contratados os urbanistas Armando Augusto de Godoy (engenheiro) e Atílio Corrêa Lima (arquiteto) para planejar e projetar a nova capital que seria o futuro centro dinamizador da economia goiana e que traria o desenvolvimento para o estado de Goiás. Neste mesmo ano (1933) já havia sido criado um Plano Diretor para a nova capital, elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Correa Lima, baseado nos planos diretores das modernas cidades planejadas já existentes no mundo, como o de Washington, a capital federal dos EUA.

Os arrojados traçados da nova capital podem ser observados na figura (01), que traz o anteprojeto da cidade de Goiânia, também de autoria de Atílio Correa Lima. Pode-se observar, no projeto de Goiânia, que as principais avenidas da cidade partem do centro para os outros setores e bairros (Av. Tocantins, Av. Goiás e Av. Araguaia), formando um desenho no estilo francês, conhecido como pé de pato ou manto de Nossa Senhora, conforme descreve MOYSÉS (2001, p.115) “...o desenho do núcleo central da cidade assume a forma de um ‘pé de pato’, ou, como outros arquitetos denominam, de ‘Manto de Nossa Senhora’.”

A Pedra Fundamental de Goiânia foi lançada no dia 24 de outubro do ano de 1933. A nova capital do estado de Goiás foi instituída legalmente no dia 02 de agosto de 1935, mediante

Decreto de Lei nº. 327 que criou o município e a comarca de *Goiânia*¹⁸. O nome para a nova capital foi sugerido pelo professor Alfredo de Castro (Sr. Caramuru) e significa a pátria dos Goiá (índios Goyases), inspirado no poema épico de autoria de Manoel de Carvalho Ramos.

Figura 21 - Anteprojeto do Arq. Atilio Correia Lima para a cidade de Goiânia



Fonte: Extraído de MOISÉS e alterado pela autora

¹⁸ Goiânia poderia ter se chamado "Petrônia", pois este foi o nome escolhido para a nova capital, através de um concurso, com o intuito de homenagear o seu fundador, Pedro Ludovico.

As etapas¹⁹ que marcaram as trajetórias de transferência, construção e consolidação da nova capital goiana (Figura 22), sucederam-se, paulatinamente, entre tropeços e acertos, devido ao enfrentamento dos vários desafios e dificuldades impostos conjunturalmente para a conclusão desse projeto. Não foi tarefa fácil a retirada do projeto da nova capital do papel para torná-la uma realidade concreta, pois, mesmo contando com o apoio do poder central, fez-se necessário driblar vários obstáculos para vencer as diversas etapas da construção da nova capital para Goiás, fazendo com que, finalmente, Goiânia fosse materializada.

Figura 22 - Trajetórias temporais & Fatos históricos de Goiânia



Fonte: Da Autora

O maior argumento contra a construção da nova capital era a falta de recursos para a execução do projeto, porém estes foram obtidos mediante financiamentos do Governo Federal e uma pequena parte resultou da venda de áreas nos arredores da futura capital: “Os recursos para a construção de Goiânia, vieram basicamente de empréstimos do Governo Federal e através da comercialização de áreas próximas ao novo município”. (ESTEVAM, 1998, p. 111)

Em 20 de novembro de 1935 mudou-se provisoriamente para Goiânia a sede do governo do Estado de Goiás, quando o Interventor Pedro Ludovico afirmou que: “*Para melhor e mais rápido adiantamento das obras de construção da nova metrópole, transferei para cá a sede do Governo do Estado, trazendo comigo logo, a Secretaria - Geral que ficará também definitivamente*”. (Declaração pública do Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira). O decreto de transferência definitiva, da capital do Estado para Goiânia, foi o de Nº 1.816, assinado em 23 de março de 1937.

¹⁹ As etapas da construção de Goiânia e da oposição política, descritas por Palacin (1976, p. 47-90) foram:

1932 - Ano do lançamento da idéia e dos primeiros passos.

1933 - Início da construção.

1934 - Ano da decisão política.

1935 - Mudança provisória.

1936 - A batalha política da mudança.

1937 - Mudança definitiva da capital.

Em visita à nova capital, também no ano de 1937, o antropólogo Levi-Strauss faz pesadas críticas ao projeto de Goiânia, chamando-a de ‘Bastião da Civilização’ e descrevendo-a como sendo: “... Uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha” e que “... nada podia ser tão desumano, como essa iniciativa no deserto.” (ESTEVAM, 1998, p. 113).

O apoio do governo central ao então Interventor do Estado de Goiás, e fundador da nova capital, confirmou-se com a visita do presidente Getúlio Vargas, em 1940, ao canteiro de obras da construção de Goiânia, que lentamente era edificada neste período. O progresso, nesta época, chegava timidamente ao Planalto Central no compasso dos lentos trote da marcha que um dia haveria de chegar ao Centro-Oeste.

3.2 OCUPAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO GOIANIENSE - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A população residente na área da nova capital, mesmo antes da sua fundação oficial, oriunda das cidades circunvizinhas já existentes naquela época, como Trindade e Campinas, era de, aproximadamente 10.000 habitantes em 1920.

Estima-se que, para a construção da nova capital, foi necessário atrair operários de vários pontos de Goiás e de outros estados e estes vinham, inicialmente, apenas para trabalhar no grande canteiro de obras e depois permaneciam residindo na nova capital, contribuindo, assim, para a ampliação da sua população. Portanto, Goiânia compunha-se da soma dos moradores originais da região mais os seus construtores e pelos funcionários do governo do estado, transferidos da velha capital, e, acrescidos ainda, pelos novos migrantes empreendedores do Cerrado. “Goiânia, ao representar uma ‘possibilidade geográfica’ no interior do país, foi palco de elevada imigração desde seus primeiros anos de existência”. (ESTEVAM, 1998, p. 114)

Nos anos quarenta, quando da inauguração oficial de Goiânia, com o seu batismo cultural em 1942 e devido, especialmente, ao alto fluxo migratório em direção à nova capital, a população goianiense já era de 48.000 habitantes, conforme demonstrado na tabela 1. Segundo Moysés (2001, p. 140), o cadastro predial de Goiânia registrava um volume de 3.349 edificações em 1940, denotando o dinamismo da construção civil na nova capital, e, em julho de 1942, foram inauguradas várias outras obras.

Tabela 1 - População total e participação relativa da população urbana

População urbana e rural da aglomeração de Goiânia -1940			
Municípios	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	48 166	31,2	68,8
Goianira	1 455	21,6	78,4
Nerópolis	4 758	23,4	76,6
Trindade	9 738	14,6	85,4
Total da Aglomeração	64 117	27,9	72,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico/ Tabela extraída de (MOYSÉS, 2001, p. 136).

Goiânia chegou aos anos quarenta sinalizando uma forte evolução rumo à concretização do sonho de um dia tornar-se a metrópole goiana. Naquela época a economia goianiense estava aquecida pela construção civil, devido às infinitas obras de edificação que permitiam a valorização das áreas da nova capital e favoreciam a implementação de um mercado local dinâmico, que crescia através do comércio tanto para atender as necessidades dos operários da construção quanto para os habitantes já instalados e a constante onda de migrantes que acorriam de todos os cantos do país para trabalhar e habitar em Goiânia, em busca de novas oportunidades econômicas.

Desta forma, observa-se que Goiânia brotava latente das entranhas do Planalto Central nos anos quarenta, preenchendo parte do enorme vazio entre o sul e o norte brasileiro e tornava-se um marco geográfico em direção ao movimento de reorganização da sociedade capitalista que, em poucos anos, deixaria de habitar, majoritariamente, o campo, para habitar as cidades. Goiânia preparava-se para ser o novo *locus* do processo de ocupação do interior do Brasil e da urbanização da sociedade goiana.

O estado de Goiás ainda era pouco habitado até os anos quarenta, com apenas 1,2 milhões de pessoas vivendo na extensão total e com densidade demográfica de 1,9 hab/Km², encontrando-se bem abaixo da média nacional que era de 6,1 hab/Km² em 1950. Porém, observa-se que, durante aquela década, houve um incremento significativo da população de Goiás, que cresceu 47% (1940-1950) segundo dados censitários do IBGE.

Nos anos quarenta, durante o período de construção de Goiânia, a população considerada urbana era composta pelos seus construtores (operários da construção civil), funcionários públicos transferidos da antiga capital e população preexistente naquele local (habitantes dos ex-municípios de Campinas e outras aglomerações incorporadas à área da nova capital). Como a área do município era enorme, com aproximadamente 12 mil Km² de extensão,

no primeiro Censo da capital, em 1940, a população goianiense encontrava-se, predominantemente, na zona rural.

Durante o processo de edificação e ‘concretização’ da nova capital, a população, antes considerada como rural pelo Censo de 40, aos poucos passa a habitar a cidade ou a zona urbana da capital, sendo considerada no Censo seguinte (1950) urbanizada. Entre 1940 e 1950, apresentava taxa geométrica anual de 10,3% de crescimento, ao passo que, decrescia em 8,6% ao ano, a população da sua zona rural.

Goiânia foi projetada para abrigar uma população de apenas 50 mil habitantes em 1.082 ha., lembrando que essa projeção foi feita nos anos trinta, quando a população da antiga capital (Cidade de Goiás) era em torno de 10 mil habitantes. Ao final dos anos cinquenta, a nova capital já abrigava uma população de mais de 150 mil habitantes, superando três vezes mais, em apenas vinte anos, os limites populacionais do seu planejamento inicial. Essa rápida ocupação de Goiânia que sugeria, inicialmente, a concretização do sucesso na mudança da capital, em longo prazo traria problemas de ordem econômica e social.

A população de Goiânia cresceu 187,5%, ou seja, a uma taxa média geométrica de 11% por ano, no período de 1950 a 1960, totalizando 153.505 habitantes segundo o Censo de 1960, dos quais 86,9% ou 133.396 pessoas, habitavam a zona urbana da capital. Segundo Moysés (2001, p. 138), “A densidade urbana, por sua vez, considerando-se o tamanho da área projetada por Atilio Corrêa Lima, de 1082 ha, era de 17,6 hab/ha. e evoluiu em 1950 para 37,3 hab/ha”.

A partir do recenseamento de Goiás em 1960, pôde-se concluir que o interior do país estava aos poucos sendo ocupado efetivamente, mediante os esforços da Marcha para o Oeste, pois, a população total do estado havia crescido 61% entre 1950 a 1960 e eleva-se a densidade demográfica, antes de 1,95 hab/Km², para 3,04 hab/Km². A nova capital já concentrava em 1960, com os seus 153.505 habitantes, o maior contingente populacional do estado de Goiás, seguida pelo município de Anápolis (68.732 hab) e começava a intensificar-se o processo de urbanização da população goiana, à medida que eram criados novos municípios no estado.

O processo de transformação das relações socioeconômicas no campo, com a modernização da agricultura, entre outros fatores de transformação do Brasil rural provocou, segundo Milton Santos (2003, p. 81), a marginalização dos agricultores (trabalhadores rurais) que foram pressionados a promover a grande evasão do campo em direção aos centros urbanos. Em Goiás, muitos destes trabalhadores rurais, que viviam antes como agregados nas fazendas goianas tradicionais, foram expulsos e obrigados a migrar para as cidades vizinhas, ficando a

mercê de trabalhos temporários nas lavouras sazonais, ou vieram parar na capital, na esperança de conseguirem emprego e alcançarem melhores condições de vida. Essas transformações, na relação rural-urbano, tornaram precária a vida dessa grande massa de ex-trabalhadores rurais e contribuiu para o aumento do caos social em centros urbanos como Goiânia.

O processo de migração do campo para as cidades foi o grande responsável pelo aumento do fosso social no Brasil, uma vez que as cidades já não conseguiam mais atender ao contínuo aumento da demanda pelos serviços públicos com limitada capacidade de oferta. Além disso, a economia urbana passou a exigir “... novas qualificações profissionais, para além do que este grande contingente de ex-trabalhadores rurais possuía” (MOYSÉS, 2001, p. 73), ou seja, o mercado de trabalho das cidades era completamente incapaz de absorver toda essa crescente oferta de mão-de-obra (de formação rural), aumentando o desemprego e fazendo com que grande parte dos migrantes do campo marginalizasse-se nas cidades, sem acesso ao consumo e à cidadania.

O grande fluxo migratório em direção as cidades foi caótico em alguns centros urbanos em formação como Goiânia, pois, rapidamente contribuiu para o aumento do ‘fosso social’ que segundo Moysés, contribuiu com o aumento da miséria nas populações urbanas e deteriorou as condições de vida nas cidades, que ficaram com o ônus da modernização agrícola.

Na evolução populacional de Goiânia, conforme demonstrado na tabela (02), nota-se que, até os anos quarenta, dos 48 mil habitantes de Goiânia, 68,8% encontravam-se fora da região urbana do município, que ainda estava em construção, e, esta população era composta, segundo MOYSÉS (2001, p. 137), pelos moradores pré-existentes na imensa área do novo município e pelos novos fazendeiros dos arredores da capital, que migraram para a região apostando na futura valorização destas áreas que em alguns anos ou décadas seriam incorporadas à cidade, o que tornava certo o prognóstico de ganhos futuros.

Tabela 2 - Evolução da população de Goiânia 1940 - 2000

Evolução da população de Goiânia 1940 - 2000

Anos	População Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1940	48.166	31,2	68,8
1950	53.389	74,7	25,3
1960	153.505	86,9	13,1
1970	381.055	95,3	4,7
1980	738.117	98,1	1,9
1991	922.222	99,1	0,9

1996	1.004.098	99,4	0,6
2000	1.093.007	99,3	0,7

Fonte: IBGE - Censos Demográficos/ Extraídos de (MOYSÉS, 2001, p. 136 -183)/ Dados trabalhados pela autora.

Portanto, no que se refere à densidade demográfica de Goiânia de 1940 a 2000 (Tabela 03) podemos concluir que, até 1940, quando a área do município de Goiânia era ainda muito grande, com uma extensão territorial de 4.412 Km², a densidade demográfica era de apenas 11 hab/Km². Observa-se que, à medida que a população goianiense foi crescendo, o município de Goiânia teve a sua área territorial por várias vezes reduzida, passando para uma extensão de 929 Km² (1970), ou seja, a diminuição do território somado ao crescimento da população, fez com que a sua densidade demográfica aumentasse para 410 habitantes por Km² em 1970.

Tabela 3 - Densidade demográfica de Goiânia 1940 - 2000

Anos	População Total	²⁰Área Km²	Densidade Demográfica hab/km²
1935	22 850	*11.592	2
1940	48 166	4.412	11
1950	53 389	**1.830	29
1960	153 505	1.312	117
1970	381 055	929	410
1980	738 117	816	905
1991	922 222	790	1 168
1996	1 004 098	790	1 271
2000	1 093 007	739,5	1 476

Legenda: * Segundo (MOYSÉS, 2001, p. 138) ** Segundo o IPLAN

Fonte: IBGE - Censos Demográficos/ Dados trabalhados pela autora.

No início da década de noventa a população de Goiânia, segundo os dados do Censo IBGE de 1991, era de 922.222 habitantes (Tabela 03), distribuída nos 790 Km² do seu território municipal, contabilizava uma densidade demográfica de 1.168 hab/Km², comprovando ser esta uma região de altíssima concentração populacional, especialmente, frente à demografia

²⁰ A tabela 03 não servirá como instrumento de análise comparativa, pois, metodologicamente isso seria incorreto, uma vez que, foram mantidas propositalmente, as alterações na variável (Área Km²), que demonstram a extensão territorial de Goiânia, a fim de demonstrar como a área da nova capital (município de Goiânia) sofreu uma grande redução ao longo dos anos, passando dos 11,6 mil Km² em 1935, para 739,5 Km² no ano 2000.

estadual média, de 11,78 hab/Km², no mesmo período. A densidade demográfica do município de Goiânia, nos anos noventa, ultrapassou os mil habitantes por quilômetro quadrado, isso devido ao progressivo e acelerado incremento da sua população e redução da área de seu território.

Ao comparar a variação das taxas de crescimento geométrico da população total brasileira dos anos noventa, com as taxas da Região Centro-Oeste, Goiás e Região Metropolitana de Goiânia²¹, nota-se que, o maior nível percentual de crescimento populacional ocorreu na RMG, sendo registrado, em média, um crescimento demográfico de 3,24% ao ano, no período entre 1991 e 2000.

O fato da Região Metropolitana de Goiânia apresentar a maior taxa de crescimento geométrico no período entre 1991 e 2000, comparada à da capital que foi de apenas 1,91% ao ano, sinaliza que nos anos noventa Goiânia, talvez, tenha esbarrado nos seus limites de crescimento e esteja distribuindo a sua expansão demográfica com as suas cidades limítrofes, como é o caso de Aparecida de Goiânia, que se constitui num processo visível de conurbação²² ao sul da capital goianiense. Este seria um indício do momento em que Goiânia passa a transferir o crescimento da sua população, a partir dos anos noventa, para alguns municípios da região metropolitana, numa espécie de ‘osmose populacional’, concretizando o processo de metropolização da capital.

Os municípios que dão guarida à expansão urbana metropolitana, atrelam-se à metrópole num regime de ambigüidade sem tamanho. O próprio fluxo de indivíduos, especialmente de trabalhadores, coloca-se como problema de ambos. Mas a ambigüidade se intensifica no setor da gestão pública dos espaços. A velocidade da expansão e a interferência do capital imobiliário em tirar proveito da massa humana que migra para a metrópole em função da expropriação do campo, criam bairros separados do sítio original das cidades, repercutindo pela distância e, no fim, pela extensão territorial que a ocupação constitui, entrecortada de muitos vazios, gerando a impossibilidade de prestação de serviços de infra-estrutura correspondente às necessidades. (CHAVEIRO, 2001, p.197)

A RMG possui uma extensão territorial equivalente a apenas 1,2% da extensão total do estado e abriga 33% da população de Goiás. Isto significa dizer que, 36,7% da população urbana do estado de Goiás concentra-se em apenas 1% da área total estadual.

²¹ **RMG** - É composta por 11 municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Goianópolis, Nerópolis, Goianira, Aragoiania, Hidrolândia, Abadia de Goiás e Santo Antônio de Goiás.

²² **Conurbação** - Conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma seqüência, sem contudo se confundirem.

3.3 TRAJETÓRIAS DA LUTA PELA MORADIA E CONFLITOS URBANOS NA FORMAÇÃO DE ESPAÇOS EM GOIÂNIA

Goiânia foi projetada para abrigar 50 mil habitantes, mas com apenas dez anos de existência, a nova capital já extrapolara os limites planejados na década de quarenta e passou a constituir seu espaço habitado de forma (des)ordenada, para muito além do planejamento técnico pensado inicialmente. Esse crescimento foi ordenado conforme alguns interesses específicos, a fim de determinar usos, formas e lugares de ocupação no solo goianiense e isso resultou em uma distribuição, para muitos segregada, que refletia vontades e desejos dos agentes com maior força de interferência na cidade tais como alguns moradores influentes, lideranças políticas forte, investidores e proprietários de terras.

Os agentes que atuam na formação do espaço urbano constituem um complexo de relações de forças de diferentes intensidades que compõe a *urbes*. Portanto, a cidade sempre foi uma espécie de arena de lutas e disputas das forças de interesses, pelos diversos usos do seu espaço, fazendo com a formação desse seja justamente resultado dos conflitos entre os seus agentes sociais, políticos e privados.

Por isso, é importante recordar que vários bairros de Goiânia surgiram a partir de ocupações de áreas e regiões sem regulamentação. A primeira delas foi a ocupação da região onde, hoje, é o setor Vila Nova, promovida pelos próprios operários construtores da nova capital. Outros bairros como o setor Pedro Ludovico (parte da antiga fazenda Macambira) e uma porção do setor Universitário originaram-se de processos de ocupação irregular.

Os agentes sociais ou as forças populares organizadas tiveram um papel essencial na formação de cidades como Goiânia, pois, essas forças sempre foram às únicas capazes de contrapor às ordens impostas pelas forças políticas e privadas e, de certa forma, elas ainda são responsáveis pelas rupturas e transformações nos rumos hegemônicos do processo de formação e ocupação da cidade.

No final dos anos setenta, devido ao grande crescimento populacional que Goiânia acumulou dos processos de migração e urbanização, aumentam-se os problemas de déficit habitacional, culminando com o surgimento dos movimentos sociais urbanos liderados, principalmente, pela Igreja Católica em suas comunidades de base, e com o final do regime militar. E nesse momento histórico, das trajetórias de formação do espaço goianiense, ocorrem algumas “invasões”, como a da fazenda Caveiras em 1979 que deu origem ao setor Nova Esperança.

A ocupação da Fazenda Caveiras, localizada na Região Noroeste de Goiânia, deu-se em três etapas. A primeira, ocorrida em julho de 1979, pode ser considerada a mais importante, pois deu origem ao bairro Jardim Nova Esperança. E esse pode ser considerado um marco inicial da luta pela moradia em Goiânia, ou, segundo Moysés, um marco "na perspectiva da luta coletiva pelo direito de morar".

A história do Jardim Nova Esperança é repleta de fatos marcados por momentos de muita violência imposta por setores que se contrapunham ao processo de ocupação, mas também por momentos de resistência na perspectiva de defesa de direitos e da cidadania. (MOYSÉS, 2002, p.70)

Em abril de 1981 ocorreu a segunda etapa da ocupação, denominada de Jardim Boa Sorte e que, contudo, não se efetivou devido a uma rápida ação da prefeitura. A terceira etapa deu-se em junho de 1982, com um contingente de quatro mil famílias que tentaram ocupar a área que se chamou de Jardim Boa Vista, porém, desta vez enfrentou-se uma violenta ação policial, que resultou em uma vítima e impediu a sua concretização.

Somente a partir da década de oitenta, mediante pressão popular e para evitar mais ocupações, é que o Estado passou a se preocupar com a questão da falta de habitação, ofertando moradias segregadas à população pobre e excluída, como se estivesse fazendo um grande favor e não somente cumprindo com uma obrigação. Existia, também, uma tentativa de desarticulação da luta pela moradia, que Moysés considerou como uma tentativa de despolitização desse movimento que muito crescia naquele momento, e com isso, o governo passou a utilizar os programas de habitação social como uma moeda populista e eleitoreira.

A implantação dos loteamentos Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, por um lado, acabou por se constituir numa estratégia que tinha como objetivo dismantelar a articulação que se vinha criando em torno da luta pela terra; por outro, acabou também assumindo caráter de segregação social e espacial. A população assentada pelo poder público era, na sua totalidade, pobre, desempregada ou mal empregada, jovem, nômade, enfim, possuía um perfil sócio-econômico que a distinguia dos chamados 'incluídos'. Essa distinção, aliada ao local que foi escolhido para ser a sua morada, permite inferir a intenção, mesmo que de forma difusa, de se segregar ou de se isolar em locais mais distantes... (MOYSÉS, 2002, 101)

A Região Noroeste de Goiânia foi palco, durante todo o seu processo de ocupação, de "invasões" e da criação pelo próprio Estado, nos anos oitenta, de loteamentos em áreas irregulares como o Finsocial criado por Ary Valadão; a Vila Mutirão, com suas mil casas feitas em um dia, no governo de Íris Rezende e o Jardim Curitiba construído por Henrique Santillo (Quadro 2).

Quadro 2 - Loteamentos urbanos implantados pelo poder público na década de 1980

Loteamentos	Nº de lotes	Situação		Governos Responsáveis		Obs.
		Implantação	Aprovação	Prefeito	Governador	
Vila Finsocial	3.648	1981	Decreto nº 629 de 18/11/85	Índio do B. Artiaga	Ary Valadão	Aprovado 4 anos após sua implantação
Vila Mutirão I	1.003	1983	Decreto nº 621 de 14/11/85	Nion Albernaz	Iris Rezende Machado	Aprovado 2 anos após sua implantação
Vila Mutirão II	1.251		Decreto nº 1.079 de 03/09/87	Daniel Antônio	Onofre Quinan	Aprovado 4 anos após sua implantação
Vila Mutirão III	631					
Jardim Curitiba 1ª Etapa	1.347	1987		Joaquim A. Roriz	Henrique Santillo	
Jardim Curitiba 2ª Etapa	791			Daniel Antônio		
Jardim Curitiba 3ª Etapa	732			Nion Albernaz		
Jardim Curitiba 4ª Etapa	1.255					
Nº de Lotes Totais	10.658					

Fonte: Extraída de MOYSÉS (2002)

Conclui-se, portanto, que a ocupação da Região Noroeste de Goiânia foi marcada por invasões que representavam a luta pela terra urbana, e por ocupações irregulares promovidas pelo próprio poder público que assentou, em terras da zona rural do município, a população pobre e carente de espaço para moradia, porém, muito distantes do centro da cidade. Ou seja, atendeu precariamente a demanda por habitação popular, forçando uma expansão urbana excludente, alocando a população pobre em regiões que não ofereciam nenhuma infra-estrutura, o que, notoriamente, provocou uma espécie de ‘segregação sócio-territorial institucionalizada’ (MOYSÉS, 2002). Esta ação de assentar rapidamente muitos sem-tetos, mesmo que, em áreas precárias e longínquas, tinha, ideologicamente, a intenção de conquistar popularidade, enfraquecer os movimentos de luta popular e empobrecer a percepção do significado da moradia enquanto um direito.

A segregação do espaço urbano de Goiânia revelou-se como parte do processo de ordenação institucional e intencional que pode ser observado ao longo de sua trajetória histórica com não mais de 73 anos (2006). Durante esse processo, a questão da falta de lugar para

moradia popular fez refletir, ciclicamente, alguns eventos de natureza similar, como nos casos da ocupação do Nova Esperança (1979) e ocupação do P.O.I. (2004) que, em diferentes momentos trouxeram a tona a necessidade urgente de implementação de políticas de habitação social e provocaram algumas transformações na ordem corrente, porém, em ambos os casos, observa-se que a solução veio através de uma forçosa e desnecessária expansão urbana a fim de assentar a população pobre em longínquos lugares, com precária infra-estrutura e pertencentes ao espaço periurbano, mesmo diante dos vários espaços vazios existentes nas áreas urbanizadas da cidade.

Os espaços aonde se criam algumas poucas cabeças de gado, nada mais são que “uma maquiagem para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são assim terras de especulação, em pousio²³ social, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios de alto status, dependendo de sua localização.” (SOUZA, 2005, p. 28) E esses espaços periurbanos são considerados uma ‘extravagância espacial’ por Marcelo Souza, pois, é exatamente nessa faixa de transição, considerada franja rural-urbana das metrópoles, que ocorrem algumas dessas extravagâncias, como no caso da área de 28 alqueires mantida vazia por mais de quarenta anos no Parque Oeste Industrial, antes da ocupação em 2004.

3.4 FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA

Segundo a teoria das localidades centrais de CHISTALLER²⁴, toda cidade é central, do ponto de vista geoeconômico, ou seja, onde as atividades econômicas são vistas a partir de uma perspectiva espacial. Uma localidade central pode ter diferentes níveis de centralidade que, em geral, serão definidos pela complexidade dos bens e serviços produzidos em seu território e que atrairá compradores de escala local, regional e/ou global. (SOUZA, 2005, p. 24 - 25). Logo, se considerado o aspecto geoeconômico, conclui-se que a divisão do trabalho é o principal fator de determinação da centralidade espacial. Porém, indiferentemente da sua posição geográfica, uma localidade pode assumir outras modalidades de centralidade, sob outros aspectos. Um belo lugar, por exemplo, com uma exuberante paisagem natural poderá, espontaneamente, tornar-se um importante centro de visitação turística, e, uma localidade onde se concentram raízes da arte popular poderá funcionar como um centro de intercâmbio da cultura local com outras regiões.

²³ **Pousio:** Terra não cultivada e não plantada, ociosa.

²⁴ **Walter Chistaller** era um economista-geógrafo alemão que definiu a Teoria das Localidades Centrais em 1933.

Tudo isso, porém, segue-se do fato que tanto a natureza quanto a cultura tornaram-se, no sistema capitalista, importantes mercadorias com alto potencial lucrativo a serem exploradas.

Obviamente que, com o fim das fronteiras de comunicação, mediante os inúmeros recursos de mobilidade e fluidez de informações, e, devido às inúmeras facilidades de locomoção e transporte, as fronteiras territoriais também encurtaram.

Dessa forma, hoje é possível chegar a lugares nunca antes visitados, promovendo conexões que vão além das redes convencionais de relações entre centros e periferias espaciais, que foram muito estudadas e descritas no passado. Contudo, as redes tradicionais, que estabelecem o intercâmbio dos bens e serviços, não deixaram de existir. O que ocorreu foi uma complexificação na rede global ao surgirem novas sub-redes, com novas sub-localidades centrais.

Portanto, o fenômeno urbano requer um novo olhar, que segundo Lefebvre, devido a sua complexidade, irá exigir a adoção de várias metodologias, que vão da investigação de suas propriedades formais, incluindo aos poucos seus conteúdos, numa tentativa dialética de, efetivamente, chegar-se à elaboração de uma síntese que explique este fenômeno complexo, que está ligado ao contínuo processo de formação sócio-espacial das cidades.

Atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos de ação prática. Ele torna quase evidente a teoria da complexificação, segundo a qual os fenômenos sociais vão de uma certa complexidade (relativa) a uma complexidade maior. (...) Metodologicamente é mesmo recomendado abordar o fenômeno urbano pelas propriedades formais do espaço antes de estudar as contradições do espaço e seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético. (LEFEBVRE, 2004, p. 51-54)

Olhar o **urbano** na sua complexidade é, em geral, perceber suas discontinuidades, pois, no panorama das grandes cidades o problema urbano se concentra na sua fragmentação e na existência de grandes disparidades, muitas vezes ‘escondidas em baixo do tapete’, como no caso de Goiânia.

As contradições metropolitanas derivam dos processos sociais que as constituem e da organização espacial em que se efetivam. As soluções de seus problemas, necessariamente, dependem dessa compreensão, mas também do sentido político que se dá às resoluções. (CHAVEIRO, 2001, p.196)

A concentração populacional, acrescida a toda rede estrutural da cidade forma o chamado tecido urbano e esse, por sua vez, não é uniforme ou contínuo, pois, nele revelam-se, as contradições, as diferenças e os vazios urbanos, que são discontinuidades freqüentes em

quase todas as cidades grandes. Contudo, a população ou o tecido social urbano cresce e busca ocupar os espaços possíveis e permitidos na cidade. A consequência disso é a segregação habitacional que é, essencialmente, um produto da cidade, pois, ela é “resultado de vários fatores, os quais, em si, são altamente problemáticos: da pobreza ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infra-estrutura e favorecimento dos moradores de elite.” (SOUZA, 2005, p. 82-84). E o conjunto desses fatores contribui para uma fragmentação do tecido sócio-político-espacial.

Pensar a fragmentação metropolitana na era globalizada sob o lume da organização espacial da cidade, indica que embora a cidade seja uma, relativa à sua condição de aglomeração urbana, as diferentes esferas sociais que a compõem estabelecem, dentro dela, territórios ou territorialidades específicas e diferenciadas no campo do acesso e da organização do próprio espaço da cidade. (...) Há uma fragmentação pelo acesso, revestida no espaço, de maneira que as classes sociais tornam-se, às vezes, incomunicáveis na mesma cidade, como se fossem mundos longínquos e com idiomas diferenciados. A metrópole torna-se aí, guarida de vários mundos, comportando *ethos* díspares. (CHAVEIRO, 2001, p.186)

Sobre a travessia de Goiânia rumo a uma metropolização mercadológica, Chaveiro expõe que: “As estratégias de planejamento urbano, anteparadas pelo capitalismo flexível, impõem uma outra concepção à cidade, especialmente à metrópole: ela deve tornar-se mercadoria, algo vendável, apetecível aos olhos de homens de *negócio, os mais variados*.” E para transformar a cidade de Goiânia em um grande empreendimento no mercado das metrópoles brasileiras, todos os atores goianienses que se constituem forças institucionais e privadas - detentoras de poder e capital - foram convidados, segundo Eguimar Chaveiro, a promover um espetáculo mercadológico que atingiria novas possibilidades de moradia como os condomínios fechados, novos espaços de recreação como os parques - ambientalmente urbanizados -, centros de cultura e convenções, novos lugares de encontro e de zelo do corpo como as academias de grande porte e novos ‘*points*’ como shoppings de diferentes matizes sociais, enfim, tudo que faltava em Goiânia para que esta se tornasse suficientemente moderna, a fim de atender os novos padrões de exigência da qualidade de viver dos grandes centros, porém, ainda oferecendo suas raízes caipiras com um rótulo de vantagens provincianas numa realidade quase metropolitana. (CHAVEIRO, 2001, p.181 - 182)

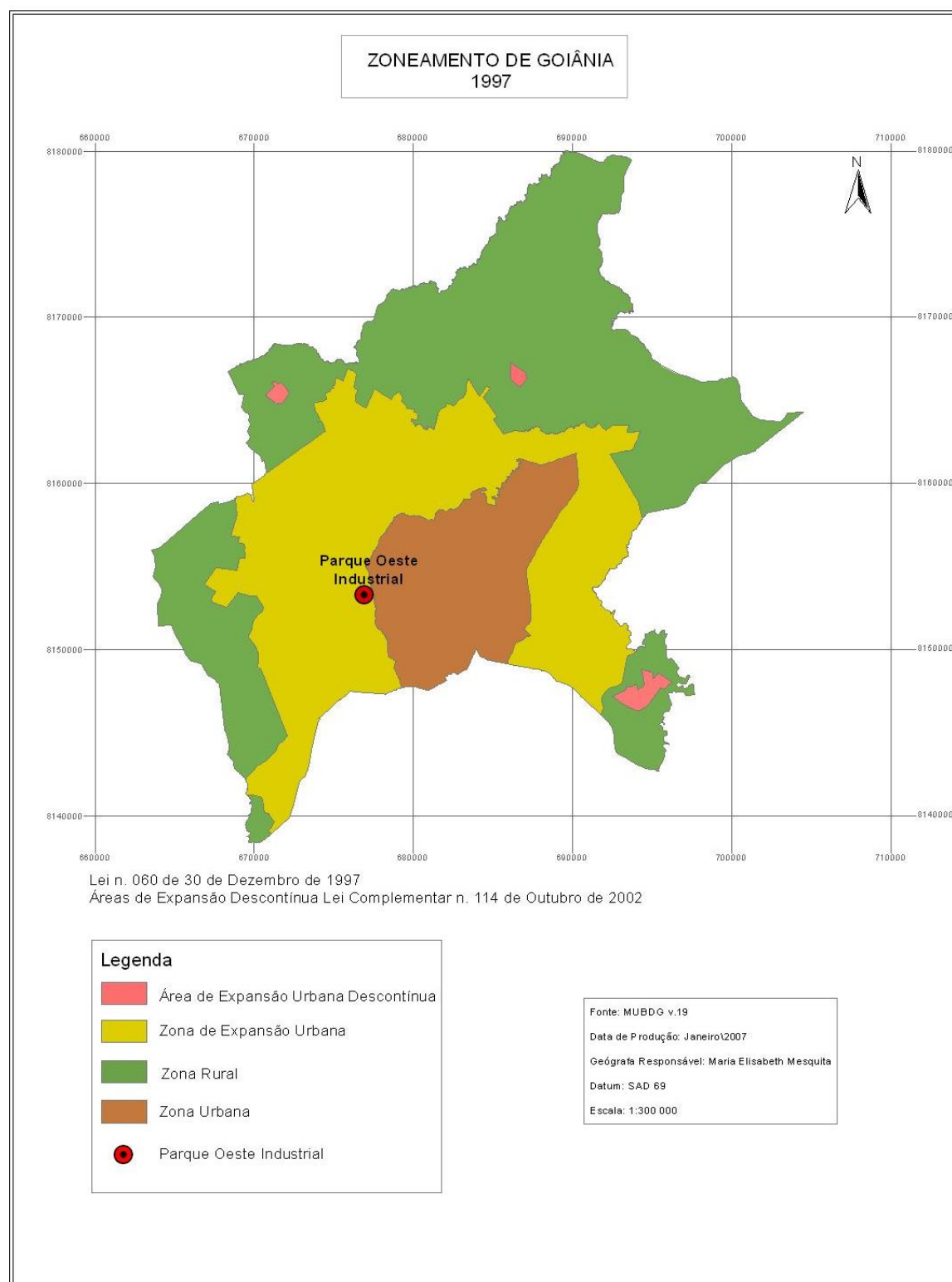
3.4.1 Expansão do tecido urbano de Goiânia

Como consequência das lutas por espaços de moradias de interesse social, Goiânia apresentou sempre uma solução característica, que se tornou quase um modelo de planejamento

e divisão territorial urbana. O modelo consiste em destinar áreas, cada vez mais distante aos conjuntos habitacionais populares, localizados geralmente na zona rural e bem longe da zona urbanizada da cidade. De modo Geral, o próprio poder público destinava áreas irregulares para a construção de casas populares para poder expandir, legalmente, a área urbana total da cidade, a fim de legalizar os conjunto habitacionais distantes das partes valorizadas. Essa prática, no entanto, também beneficia outras áreas intermediárias localizadas entre a zona urbana e a zona de expansão.

No passado a expansão urbana deu-se para a legalização de áreas irregulares já que haviam sido destinadas para moradias populares. Contudo, sempre que essa mudança na legislação é feita, expandia-se muito além das dimensões necessárias. Isso foi feito para regularizar, recentemente, a área para edificação do Residencial Real Conquista, pois sua maior parte localizava-se na zona rural, segundo a lei de zoneamento de 1987. Como se pode observar no mapa a seguir o P.O.I. localiza-se em uma zona de transição entre a zona urbana e a zona de expansão urbana. Contudo, a área de assentamento definitivo dos seus ex-ocupantes do P.O.I. localiza-se bem mais distante junto à zona rural do município de Goiânia.

Figura 23 - Mapa do Zoneamento de Goiânia - 1997



O que se conclui a partir dessa reflexão das trajetórias de formação do espaço goianiense relatadas neste capítulo é que, desde o início percebe-se o aparecimento dos problemas que levaram à falta de políticas de habitação de interesse social, e que contribuíram historicamente para o aumento da exclusão e do déficit habitacional, bem como favoreceram o

surgimento dos conflitos urbanos como no caso do P.O.I., assim como ocorrem em outras grandes cidades.

Goiânia, portanto, não foi diferente de outras capitais, pois também mantivera no seu processo de formação, crescimento e urbanização, as características comuns de dominação e condução do planejamento urbano sob a ordem de construção de uma cidade mercantil, de forma a excluir e segregar sócio-ocupacionalmente seus habitantes pobres.

Dessa forma entende-se que determinados fenômenos, como a especulação imobiliária e a ordem capitalista, que orquestram a formação das metrópoles, impedem que as políticas de habitação de interesse social sejam implementadas, especialmente em porções de solo urbano com interesse mercantil e/ou em áreas urbanizadas da cidade.

Por esse motivo, grandes áreas do solo urbano goianiense são mantidas vazias por longos anos enquanto aguardam por uma super valorização e, devido a essa realidade, percebe-se que os conjuntos habitacionais de interesse social se localizam cada vez mais longe do centro da cidade e, em geral, são edificadas na zona rural, aonde a urbanização ainda não chegou.

Para tanto, se entende necessário acrescentar a este estudo uma síntese de reflexões teóricas dos fatores formadores da segregação urbana que seguirão no próximo capítulo.

4 TRAJETÓRIAS DE REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE URBANA

“A contradição dialética não é o absurdo lógico” Henri Lefebvre (1983)

O objetivo desse capítulo é fazer uma reflexão sobre os principais temas urbanos que mantêm interface com o problema geral dessa pesquisa, que é a segregação urbana e a escassez de espaços para habitação de interesse social. Portanto, foi indispensável promover um estudo de temas que explicitam as causas históricas da fragmentação, segregação e seletividade no uso do solo urbano. Desse modo, inicia-se este capítulo refletindo-se sobre o processo de urbanização, constituição das metrópoles e suas conseqüências; desmistificando a desordem urbana e requalificando-a em sua ordem, passível de lutas e conflitos como no caso da ocupação do P.O.I.

Temas como a especulação imobiliária, a ocupação e fragmentação do território atendem aos diferentes interesses das forças urbanas hegemônicas (em geral privadas) que lucram com a comercialização da cidade, mas também inviabilizam toda e qualquer tentativa de atendimento das necessidades habitacionais de interesse social. Por isso, buscou-se promover, também, um apanhado geral da trajetória das políticas de habitação no Brasil.

4.1 SURGIMENTO E URBANIZAÇÃO DAS METRÓPOLES

O processo de urbanização foi um dos principais fenômenos responsáveis pela ordenação das cidades, baseada num modelo de especulação, que a produziu caoticamente e configurou a expansão dessas, de forma segregada, considerada por muitos como desordenada, porém ele se constituiu dentro da perfeita ordem em que torna possível a reprodução do capital. As cidades, frutos do processo de urbanização e símbolo da modernidade, formaram-se a partir de grandes ocupações fomentadas pelo Estado ou pela atração e necessidade de se manter um exército de mão-de-obra excedente.

Porém, aos poucos, as cidades do capital passaram a serem regidas pelos interesses do mercado imobiliário e do capital (voltado para a especulação urbana), que promoveu a captura do Estado, deixando-o refém dos seus próprios mecanismos de controle para garantir a ordem

dos assentamentos humanos, ou seja, incapaz de solucionar as questões urbanas relacionadas à habitação, garantindo o uso social do solo urbano. (CANO, 1990)²⁵

A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas... (SANTOS, 1994, p. 129)

Ao considerarem-se as cidades como um meio material e social, observa-se que nestas surgem inúmeros subsistemas que materializam as diferentes demandas advindas da vida urbana e induzem à criação de meios coletivos para equipá-las.

Nos grandes centros urbanos aglomeram-se pessoas com interesses e necessidades diversas. Em torno dessas infinitas demandas, ocorre a divisão territorial do trabalho e formam-se as redes que interligam os múltiplos organismos ou subsistemas com interesses diversos. Dado este quadro, conclui-se que o desafio das grandes concentrações urbanas (ou das metrópoles) é de equacionar o atendimento das crescentes demandas tanto individuais quanto coletivas, a fim de evitar crises e colapsos.

As forças capitalistas potencializam-se no território urbano, pois, a cidade vista como o lócus da produção, distribuição e consumo, aumenta a capacidade de utilização especulativa das estruturas coletivas (financiadas pela coletividade) para a acumulação.

Mediante uma urbanização planejada, o Estado fomentaria, a princípio, a capacidade das cidades em democratizar os meios sociais e os meios de produção, oferecendo as infra-estruturas, por exemplo. Porém, as cidades capitalistas, por serem extremamente seletivas, sempre favorecem a utilização especulativa das estruturas coletivas. A cidade está, portanto, a serviço do capital e funciona como uma grande força produtiva “porque concentra as condições gerais da produção capitalista” (SANTOS, 1994, p. 123), reduzindo custos com transporte e comunicação, contribuindo para a reprodução capitalista.

O processo seletivo que se estabelece nas cidades advém dos diferenciados acessos às infra-estruturas urbanas pelos vários agentes econômicos. Nas aglomerações urbanas a especulação e a concentração são favorecidas e, quase sempre, resultarão na formação de monopólios e oligopólios. Contudo, como consequência dessa seletividade, orientada pelo próprio Estado, surgem a segregação e a marginalização dos pobres.

²⁵ “A urbanização caótica proporciona o crescimento anárquico das cidades cujo padrão dominante é a especulação imobiliária com a conseqüente periferização dos assentamentos humanos. O capital mercantil imobiliário capturou o Estado e passou a comandar o processo de ocupação do solo de acordo com seus interesses”. CANO (1990)

A divisão territorial do trabalho, conforme se organizam as forças capitalistas, é uma das principais chaves para o entendimento da dinâmica geoeconômica das cidades, pois, esta nos conduz à percepção das formas de organização que promovem a distribuição dos seus habitantes e das atividades econômicas sobre o solo urbano. Segundo Santos (1994, p. 125) as novas divisões do trabalho “vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial” fazendo com que surja, também, uma nova ordem sócio-habitacional de acordo com os interesses do capital.

4.2 A ORDEM NA DESORDEM - DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Na concepção dialética a existência da diferença não pode ser considerada como uma contradição²⁶ no sentido lógico, pois, é da tensão entre essas diferenças que surgem os conflitos e os conflitos podem levar ao aparecimento de novas diferenças. (LEFEBVRE, 1999 p. 55)

Segundo Lefebvre (1999, p. 17), “A ordem capitalista gera um caos urbano”, porém, esta é a ordem que rege os movimentos das cidades do capital. Essa ordem urbana depende de suas diferenças, desigualdades e conflitos, pois, esses são os elementos formadores do espaço urbano e podem ser considerados como a roda motriz que movimenta as cidades. Se o espaço urbano é o lugar das relações sociais, econômicas e políticas, as várias forças que tencionam e interferem na cidade definem sua forma e suas funções.

A cidade capitalista pode ser considerada como lócus da exclusão dos pobres e da inclusão dos ricos, pois, nela a concentração é cada vez maior, fazendo surgir os maiores bolsões de miséria, contrastando com a farta produção de bens e serviços. As áreas mais urbanizadas e melhor providas dos serviços públicos coletivos, contraditoriamente, estão a serviço daqueles que necessitam menos. Estes são alguns dos contrastes observados nas metrópoles.

É da resultante desse processo de inclusão e exclusão que se constitui a dialética urbana das grandes cidades capitalistas. Para a constituição do espaço urbano, além da ação dos habitantes com menor ou maior poder aquisitivo (rendas), também existe uma forte ação do Estado, requerendo a possível reavaliação dos métodos para o pensar das metrópoles.

²⁶ **contradição lógica**- s. f. Oposição entre duas proposições, das quais uma exclui necessariamente a outra. Neste caso, o uso da palavra refere-se à **contradição dialética**, que diferentemente da lógica, a proposição primeira não exclui a segunda, porém, a torna antagônica e distante do “ideal”, formando uma tensão dialética entre o histórico e o *dever*, gerando conflitos a partir dessa contradição. (LEFEBVRE, 1983)

A metrópole capitalista pode ser vista como o exemplo more da cidade vista enquanto mercadoria, que é usufruída apenas por àqueles que possuem renda suficiente para pagar por ela. Devido ao valor que se atribuí ao espaço urbano e devido à desordem que contribui com a sua ordem, constitui-se de forma fragmentada e segregada.

Os menos favorecidos são segregados em longínquos lugares na periferia, ou nas áreas centrais decadentes, enquanto que os mais abastados promovem a sua auto-segregação em condomínios fechados. O mercado imobiliário exerce sua força tanto sobre o Estado, requerendo novas áreas de expansão urbana e canalizando infra-estruturas, quanto sobre os habitantes, definindo novos padrões de habitação e reconfigurando espaços na cidade.

4.3 RENDA DA TERRA, VALORIZAÇÃO FUTURA E ESPECULAÇÃO URBANA

O estudo da renda da terra é, na verdade, o mesmo das relações sociais de propriedade, que permitem que a terra por si só possua uma taxa de retorno. Tais relações estão alicerçadas nas forças sociais que criam arranjos institucionais capazes de estabelecer as bases econômicas necessárias à propriedade. A propriedade privada da terra define o preço e sua capacidade de geração de renda, que diferem do valor intrínseco da terra urbana. Na cidade o valor da terra urbana está associado à sua localização. Na visão neoclássica a existência de uma vantagem localizacional da terra urbana representa uma competição por um fator gerador de lucro. O preço da terra é determinado pela sua demanda competitiva e a sua “utilidade marginal” é definida pelas teorias da localização e renda da terra. Já na visão ricardiana ou clássica, a terra é considerada, apenas, como um fator material de produção.

Em Gottdiener (1997, p. 179) o espaço é visto como uma grande força de produção, não apenas como meio, e a sua valorização social de localização é vista como meio de obtenção de lucro. Historicamente, o fator terra era considerado apenas como um dos principais meios de produção, porém, com as modificações no processo produtivo e com o aprofundamento do sistema capitalista, percebe-se que os bens imóveis passaram a ser, por si só, excelentes geradores de lucros. Isso significa dizer que, pelo simples fato de se deter o monopólio desse meio, sem que haja necessidade de nada se produzir nele, ele será capaz de gerar renda e de valorizar-se ao longo do tempo, garantindo um sobre-lucro ao seu detentor. Por esse motivo,

conclui-se que terra²⁷ é diferente de bens imóveis, que podem ser urbano ou rural e que são formas seguras de investimento.

O bem imóvel, além de oferecer a possibilidade de obtenção de renda através de alugueis, funciona como reserva de valor ou poupança. Estes são passíveis de especulações, o que favorece a obtenção de ganhos crescentes com a valorização futura. Portanto, o mercado de terras urbanas, orientado pelo capital financeiro e voltado à especulação imobiliária, administra e determina usos aos espaços das cidades, canalizando os investimentos públicos, através de fortes lobbies, para determinadas áreas que garantam os seus interesses de valorização e acumulação.

Para Marx, apesar da produção de valor ser possível somente através do emprego da força de trabalho aos outros fatores produtivos, admite-se que o fator terra possui, em si, um valor capaz de gerar renda. De sua teoria, para definir a moderna propriedade fundiária, surge a fórmula da trindade, onde: terra = propriedade privada = mercadoria. Observa-se também em Marx as definições de renda diferencial da terra e renda de monopólio, que para ele nada mais é do que a própria natureza da propriedade privada capaz da reprodução do capital, devido, especialmente, à possibilidade da criação de carências e, principalmente, baseada na localização privilegiada.

O valor da terra é dado pela sua escassez e por sua localização, pois, esses são os fatores capazes de gerar a renda de monopólio pela propriedade da terra. A terra urbana deve ser vista, então, como um meio direto de adquirir riqueza. A terra, enquanto mercadoria, possui uma escassez natural e uma escassez criada artificialmente.

Segundo Gottdiener (1997), “O preço da terra e a renda têm um forte efeito sobre a forma urbana”. Portanto, o valor da terra urbana é um produto social que produz (ou reproduz) os espaços urbanos, gerando consequências sociais e determinando as formas dos assentamentos humanos nas cidades. Portanto, para entender o processo de produção do espaço urbano no capitalismo é preciso conceber o preço da terra urbana como uma criação social e seus valores (de uso, de troca e especulativos), passíveis de serem produzidos, tanto por fatores culturais ou regras sociais, como por decisões políticas e, principalmente, pelos fatores econômicos que, de fato, determinam e impõem valores.

Dessa forma, conclui-se que o valor de troca da terra urbana no mercado imobiliário é produzido socialmente e que, portanto, para entender o processo de formação sócio espacial

²⁷ Terras /*per se*/ ≠ Bens Imóveis

das cidades capitalistas deve-se identificar seus agentes e as relações de forças que atuam na estruturação do urbano, reproduzindo a escassez de terras através do seu monopólio, a fim de garantir a lucratividade da propriedade fundiária urbana. Sabe-se que, várias forças institucionais somam-se aos interesses privados permitindo a formação dos arranjos econômicos necessários para produzir, organizar e lucrar com o mercado do espaço urbano.

Contudo, no atual ‘estágio’ do sistema capitalista, após várias demonstrações de crises e experiências conflitivas no enfrentamento de suas contradições, que se refletem, especialmente, no espaço urbano, observam-se transformações de ordens ambientais e sociais que renovam as práticas e redirecionam os rumos da produção do espaço urbano. Tais movimentos e conquistas devem-se, talvez, à disseminação das informações e ao papel conscientizador das ONGs e dos movimentos sociais que buscam engajar a sociedade, despertando-a para a necessidade de uma gestão coletiva, participativa e sustentável das cidades.

Como exemplos desse movimento, pode-se dizer que, nacionalmente, a regulamentação do Estatuto da Cidade em 2001, que determina as condições para se assegurar a função social da propriedade urbana, é um exemplo de conquista da sociedade organizada, e, mundialmente, a assinatura do Protocolo de Kyoto por várias nações, inclusive pelo Brasil, sua regulamentação em 2004 com a adesão da Rússia e entrada em vigor em 2005, é, também, uma conquista sócio-ambiental que demonstra o advento de um novo momento histórico da ação social, que passa a exigir, urgentemente, e luta por uma regulamentação das ações de caráter capitalista nas cidades e no planeta como um todo.

4.4 MERCANTILIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO DO SOLO URBANO

Sobre a segregação sócio-espacial e a degradação ambiental de áreas frágeis nas cidades, que são algumas das consequências da ausência de políticas de habitação eficazes, pode-se dizer que o processo de produção desordenada das cidades advém como reflexo e consequência das relações de poder que se estabelecem no território urbano, lugar onde a exclusão é reproduzida artificialmente e a ocupação irregular daqueles que se encontram à margem é consentida nas áreas indesejáveis ou proibidas por lei para fins de assentamento urbano, conforme observa Maricato:

A ocupação indiscriminada de várzeas, encostas de morros, áreas de proteção de mananciais, beira de córregos, enfim, áreas ambientalmente frágeis e ‘protegidas’ por lei são as mais agredidas pela falta de

alternativas de moradia no mercado legal, para a maior parte da população das metrópoles e cidades grandes. A questão fundiária e imobiliária está na base do travamento desse mercado. (MARICATO, 2001, p. 86)

Estes fenômenos estão ligados ao processo de mercantilização da moradia, observando-se que o imóvel torna-se uma forma segura de especulação em médio prazo, além de oferecer uma possibilidade concreta de produção de renda sob a forma de aluguéis.

A moradia pode ser considerada uma mercadoria complexa, pois, possui um caráter ambíguo em relação ao seu valor de uso e seu valor de troca. Essa complexa mercadoria possui um valor de uso, enquanto habitação, que satisfaz uma necessidade básica do ser humano de habitar, porém, ela é restritiva e escassa devido ao seu valor de troca. Uma edificação no solo urbano que possua função de habitação é passível de obtenção de renda através do aluguel e esta é passível, de acordo com a sua localização e com a própria escassez de oferta da mesma nesta localidade, de uma alta valorização.

O solo urbano destinado à moradia é uma mercadoria que tem o seu valor de troca determinado, principalmente, devido à sua localização, ou seja, esse é um dos fatores determinantes do seu preço. Além disso, para aqueles que, possivelmente, o habitarão, vários aspectos como a acessibilidade aos equipamentos urbanos coletivos, entre outros, também serão fatores determinantes do seu valor (ou grau de utilidade).

Neste sentido, pode-se afirmar que será sempre estratégico possuir informações antecipadas e privilegiadas para investir em imóveis, pois, sabendo-se previamente que a área será destinada a uma determinada função, passível de valorização futura, isso possibilitará uma garantia de ganhos crescentes. Enquanto investimento especulativo, o solo urbano representa um ativo (ou capital circulante), é extremamente seguro, quase não oferece riscos e possui uma certa garantia de valorização a médio e longo prazo.

Observa-se que, ao longo do tempo, as variáveis exógenas que determinam o aumento dos preços e conseqüente valorização das áreas urbanas modificaram-se, passando a ser diferentes os fatores locacionais, funcionais e de vizinhança que contribuem, ou não, para a valorização de determinadas regiões nas cidades. O imóvel urbano, por ser uma mercadoria que possui características de capital, será sempre um investimento que garantirá retornos, pois, ele permite participar do sistema de acumulação capitalista de variadas formas.

Com base na própria lei de mercado, ou na lei da oferta e da procura, nota-se que o preço do solo urbano, também, será determinado pela concorrência do mercado. Neste caso,

comprova-se a necessidade de manutenção do seu monopólio para garantia de ganhos crescentes. O mercado imobiliário (ou capital imobiliário) conhece e age dessa forma, regendo a oferta de imóveis e definindo, concorrencialmente, o nível de escassez necessário para garantir ganhos satisfatórios. Para Milton Santos existe de fato uma relação de dependência entre os mecanismos de especulação imobiliária e a conseqüente escassez da oferta de moradia, nutrida especialmente pelos mecanismos de regulação do uso do solo urbano, ou seja, as forças legisladoras estão a serviço dessa manutenção da produção escassa de moradia, pois: “... há uma estreita relação entre os mecanismos que regulam o uso do solo urbano e os que regulam a produção de moradia...” Dessa forma, “... uma política urbana para ser eficiente na efetivação de seus objetivos deverá alterar os mecanismos que reproduzem a **escassez social da terra urbanizada** e, conseqüentemente, da dinâmica especulativa.” [grifo do autor] (SANTOS, 1994, p. 158)

Neste caso, a pergunta que se deve tentar responder é: quais são os mecanismos de reprodução da escassez social dos solos urbanos destinados, especialmente, à edificação de moradias populares?

A escassez de moradias populares versus a manutenção dos espaços vazios demonstram um descompasso na gestão das grandes cidades. O Estado possui a função de regular e fiscalizar os mercados, a fim de garantir um nível de oferta que satisfaça as demandas da sociedade e garanta condições à sua acessibilidade por preços “justos”, ou seja, caberia a ele impedir a formação de cartéis e/ou de monopólios. Além disso, caberia ao Estado evitar a manutenção de espaços vazios especulativos imobiliários prevendo ganhos futuros, impedindo que parcelas do solo urbano sejam mantidas enquanto reservas de valor sem o cumprimento legal da sua função social e em detrimento a uma notória carência social por espaços nas cidades para edificação de moradias populares dignas.

Uma devida regulamentação do mercado imobiliário poderia evitar o fomento à especulação do solo urbano, pois, o Estado dispõe de vários mecanismos legais que evitariam a manutenção dos vazios e a instauração do monopólio de solo urbano. Eis alguns mecanismos, ou um conjunto de regras legais enumeradas por Corrêa, que permitem que o Estado aja impedindo que a escassez de terra urbana se reproduza:

- a) Direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- b) Regulamentação do uso do solo;
- c) Controle e limitação dos preços de terras;
- d) Limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;

- e) Impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- f) Taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- g) Mobilizações de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando a ocupação do espaço;
- h) Investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infra-estrutura;
- i) Organização de mecanismos de crédito à habitação;
- j) Pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. (CORRÊA, 1995, p. 26)

Todas essas medidas regulatórias, além das previstas pelo Estatuto das Cidades, como o imposto predial progressivo, possibilitam o controle e garantem o uso social e ambientalmente correto do solo urbano das cidades. Tendo em vista que, muito em breve, a quase totalidade da população brasileira poderá ser considerada urbana, ou seja, habitará os perímetros de um município, então se pode dizer que, é nas cidades que se encontra a crescente demanda por moradia e, provavelmente, só restará ao Estado ofertá-las, especialmente as destinadas aos empobrecidos e sem-tetos.

Dessa situação de oferta escassa de moradias populares acessíveis, a fim de atender as crescentes demandas para a satisfação da necessidade vital de habitar, é que surgem as situações extremas de desordens e de formação do caos urbano, com o aparecimento de invasões/ocupações irregulares, com a edificação das favelas e ocupações de áreas ambientalmente frágeis e vulneráveis que, obviamente, não interessam ao mercado imobiliário explorar.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a questão da habitação, mas especificamente a produção de moradia popular, coloca-se como uma questão insolúvel, pois, se analisarmos economicamente essa mercadoria - habitação popular - perceberemos que ela possui um imenso valor de uso (ou um alto grau de utilidade) para quem a demanda, mas, não pode ser considerada como um ativo²⁸ econômico, ou seja, lucrativo para aqueles que a ofertam.

Em verdade, são muitos os que a desejam, porém, para realizar “o sonho da casa própria”, na maioria das vezes, aqueles que a demandam, não possuem condições materiais

²⁸ **Ativo** - Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes que constituem o patrimônio, podendo ser circulante e imobilizado.

para adquiri-la (ou para tornar o desejo em uma demanda efetiva, passível de realização), mas a necessitam urgentemente.

A moradia popular é, portanto, uma mercadoria complexa, indispensável à condição humana de habitar, um direito resguardado por lei, que possui um alto valor de uso, mas, que de certa forma, é muito cara e torna-se inacessível para quem a necessita. Isso porque, para a sua produção é necessário que se disponha de um alto grau dos fatores essenciais à produção de qualquer bem material: fator terra (área ou lote para a edificação), trabalho (mão-de-obra especializada), matérias-primas (material de construção) e capital (para adquirir todos os outros fatores anteriores).

Ao Estado caberia o fornecimento da infra-estrutura básica como: as galerias pluviais, rede de esgoto, água encanada, energia elétrica, pavimentação, além dos equipamentos de serviços públicos, escolas, creches, postos de saúde, transporte coletivo, áreas de esportes e lazer. Enfim, existe nas cidades uma gama infinita de equipamentos sociais essenciais, que fazem parte do direito à cidade e que deveriam ser garantidos em todas as áreas de assentamentos humanos, homogeneizando seu acesso e estendendo a todos e todas aqueles que habitam as cidades.

Nesse caso, cabe a pergunta: - A quem fica destinada a produção de habitação popular? - uma vez que não há perspectiva de valorização e ou de alta remuneração do capital investido. Será de interesse capitalista esse tipo de investimento? Então como serão produzidas estas formas de moradia e quem a subsidiará? Depois da Constituição de 1988, os Estados e Municípios²⁹ passam, também, a serem responsáveis pela implementação de programas habitacionais, adequando-os localmente às condições e necessidades regionais. Porém, os recursos ficaram mais escassos e as políticas menos eficientes, muitas vezes usadas indevidamente, de forma assistencialista, clientelista e eleitoreira.

Esse é o grande impasse que está no cerne da questão da produção de habitação popular, pois, trata-se da necessidade de produção de um bem (a habitação ou moradia popular) que possui demanda crescente e é essencial, mas cuja produção é cara, complexa e não gera lucros ao sistema.

²⁹ **TÍTULO III - Da Organização do Estado - CAPÍTULO II - DA UNIÃO**

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

É absolutamente necessário morar, ocupar um espaço, ou abrigar-se do sol e da chuva. Portanto, a moradia constitui-se, além de uma necessidade, num direito constitucional fundamental³⁰ que deve ser assegurado pelo Estado.

Os espaços urbanos das cidades são palco para que os seus vários atores relacionem-se e lutem pela conquista de seus territórios. A atuação do Estado neste território é de tentar ordená-lo. Os cidadãos e as cidadãs lutam para poder habitá-lo com dignidade (o espaço urbano), reivindicando seu direito à habitação e à cidade. O investidor imobiliário redesenha a paisagem urbana forja novas formas em diferentes localizações, buscando direcionar a implantação de determinadas funções nas áreas de interesse, ditando novos padrões de habitação. O especulador imobiliário não aparece enquanto ator principal na constituição da cidade, contudo, ao manter os vazios para valorização futura ele interfere explicitamente na constituição desse espaço.

Com relação ao fenômeno de ocupação, Maricato diz que esta é: “estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais, no entanto, a dimensão e os fatos são dissimulados sob notável artil ideológico”. (MARICATO, 2000).

Além disso, as gestões públicas urbanas (municipais e estaduais) possuem a tradição do investimento regressivo, onde a própria infra-estrutura alimenta a

especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais. (...). A localização do investimento público é orientada, em grande parte, pela perspectiva de valorização das propriedades. (MARICATO, 2000, p. 154-57)

Portanto, conclui-se que a legislação brasileira em relação ao uso do solo urbano é ambígua, e/ou sua aplicação é arbitrária, uma vez que, segundo Maricato, “o Brasil possui uma notável desigualdade urbanística, que tem na aplicação arbitrária da lei, sua força”. (MARICATO, 2000)

Nesse sentido, a ocupação de terras urbanas foi, no passado, tolerada pelo Estado, pois, este se demonstrou ineficiente ao tentar resolver essas questões e deixou de exercer, por

³⁰ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - CAPÍTULO II - DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6o São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

inúmeras vezes, a tempo e a hora, o seu poder de polícia como manda a lei. No caso do P.O.I., ao contrário, o Estado fez, por via de força policial, com que a lei em defesa da propriedade privada fosse cumprida. Portanto, concluiu-se que a invasão de terras urbanas só não é tolerada pelo Estado, por proprietários e investidores do solo urbano – nas áreas valorizadas pelo mercado – pois quando há interesse em forçar uma possível desapropriação de terras que não valorizam/ as ocupações são até fomentadas. Nas localizações de grande valor para o mercado de terras urbanas a lei se aplica com eficácia, significando que, “(...)o direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é o do mercado ou da localização” (MARICATO, 2000, p. 161)

Os vários elementos que estão presentes no processo de constituição do espaço podem ser considerados responsáveis por torná-lo complexo. A complexidade do Espaço Urbano dá-se em função das diversas relações sócio-econômicas e dos vários atores que o constituem e reconstituem de acordo com seus interesses.

O problema habitacional urbano existe quando o desenvolvimento social é induzido de forma desequilibrada, ao sabor dos interesses de grupos, não apenas da área da iniciativa privada, mas, e com grande intensidade, da área do poder público, sobretudo das empresas estatais. A desorganização dos programas habitacionais reside no fato de que cada grupo de interesse procura estabelecê-los de acordo com seus objetivos particulares. (FERRAZ, 1997, p.85)

Portanto, para começar a entender o processo de formação do espaço, especialmente, do espaço urbano, é necessário identificar seus vários agentes (ou atores), fenômenos e fatores que compõem a complexa estrutura espacial das cidades. No caso dos aglomerados metropolitanos, tais elementos complexos são abundantes e aparentes: a especulação imobiliária; a legislação de uso do solo urbano; a necessidade de moradia; a escassez habitacional; os proprietários de terras; o poder público; os movimentos sociais por moradia; os vazios urbanos; as políticas públicas de habitação; os agentes imobiliários.

Enfim, esta pesquisa compreende um complexo estudo dos vários elementos e agentes formadores de espaço urbano. Identificar as forças que atuam sobre a cidade é nosso principal foco de investigação.

A produção habitacional é a forma de reprodução do capital na cidade através do uso da terra e utilizando suas vantagens comparativas de localização e infra-estrutura. Neste caso a mercadoria será a habitação, contudo o pólo urbano compõe, fundamentalmente, a criação desse

espaço habitável e a produção da segregação no espaço faz-se necessária à valorização do solo urbano e conseqüente especulação imobiliária.

4.5 VANTAGENS LOCALIZACIONAIS E VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA

O monopólio e a especulação da terra urbana produz a escassez necessária à sua valorização³¹ aumentando o seu preço e determinando a renda fundiária urbana de monopólio (Marx). O incremento da renda fundiária de uma determinada região da cidade pode ser influenciada pela sua própria localização e conseqüentes equipamentos urbanos que coexistem, formando vantagens competitivas e especulativas, porém, produz a escassez, contribuindo para o aumento do déficit habitacional e promovendo a segregação sócio-espacial, pois, um dos fatores de valorização do solo urbano também é a vizinhança.

Algumas atividades econômicas desenvolvidas nas cidades disputam áreas de um mesmo espaço urbano que possuem uma localização específica e vantajosa, capaz de proporcionar um super lucro em função de seu custo/benefício. Os preços no mercado imobiliário são determinados, especialmente, pelas vantagens localizacionais. Se uma área possui localização privilegiada para o desenvolvimento de uma certa função urbana, sua acessibilidade e proximidade com os equipamentos urbanos necessários serão determinantes do seu preço.

Para entender um pouco sobre a constituição da ordem espacial urbana é preciso reconhecer que “A configuração da estrutura intra-urbana não é aleatória, ou seja, existem certas regularidades(...)” (ABRANO, 2001).

Um dos principais objetivos do urbanismo é o de se conceber uma ordem espacial que seja funcional e produtora de felicidade. Resta saber para quem, pois, será necessário identificar quem de fato consome e tem acesso ao espaço urbanizado. Já o mercado da localização residencial, que supostamente estaria regido pela “mão invisível urbana” e que teria uma ação auto regulatória, traria equilíbrio entre a oferta e demanda de moradia, não fosse a escassez produzida e necessária para a manutenção do monopólio urbano. Na cidade, a ação visível do mercado segrega e aprofunda a escassez de espaços para habitações populares.

Os latifúndios urbanos³², que se formam nas grandes cidades, são difusos e de difícil identificação, pois, estão pulverizados ao longo do território da metrópole, ou seja, são constituídos por vários conjuntos de imóveis urbanos, de propriedade de uma única família.

³¹ Natureza da renda da terra urbana + monopolização do acesso = valorização do capital imobiliário.

³² Idéia mencionada pelo Prof. João de Deus em maio de 2006.

Neste caso, o solo urbano é utilizado para a obtenção (ou ampliação) de renda, através dos aluguéis.

A economia urbana se baseia numa escolha maximizadora da localização pelos indivíduos (atores) que a praticam. Em verdade, todos os indivíduos necessitam morar e, portanto, são agentes econômicos que potencialmente demandam por espaços urbanos e suas escolhas baseiam-se na possibilidade de minimizar a distância e facilitar a acessibilidade do espaço urbano a ser consumido, a fim de otimizar a função tempo e espaço. Isto significa dizer que as pessoas que habitam o espaço urbano necessitam ocupar parte desse espaço para satisfazerem sua necessidade básica de moradia e, para obter ou conquistar esse direito, que lhe é assegurado constitucionalmente por lei, deve-se pagar por ele no mercado de moradia, tanto para a sua aquisição ou edificação, quanto para a locação (em forma de aluguel).

Por isso, é necessário reconhecer que, para morar é essencialmente necessário ter uma renda mensal garantida, o que muitas vezes não é o caso da maioria dos sem-teto. Os agentes consumidores de moradias populares não têm como pagar por tal e, portanto, ficam a mercê das vontades políticas. As políticas habitacionais incipientes não contribuem para solução do problema de falta de moradia nas cidades e o déficit habitacional aumenta em progressão geométrica enquanto as soluções sequer avançam em progressão aritmética. Portanto, conclui-se que, dessa forma, a economia urbana está fadada ao desequilíbrio e ao caos, permitindo o surgimento de conflitos como o assistido em Goiânia, durante a ocupação do P. O. I.

Em Goiânia, o mercado imobiliário apropria-se cada vez mais das vantagens localizacionais para aumentar os seus lucros. O metro quadrado urbano construído nesta cidade tem seu preço aumentado devido, especialmente, à proximidade dos equipamentos urbanos exigidos pela vida pós-moderna.

Nos locais mais valorizados estão os bosques e parques, que propiciam um clima agradável e favorecem o lazer e a prática de esportes ao ar livre. Além disso, observa-se que as regiões onde as vias de acesso rápido permitem maior fluidez ao tráfego, também estão sendo valorizadas e reconfiguradas como áreas potencialmente exploráveis tanto para edificação de condomínios residenciais como empresariais.

O fácil acesso aos grandes centros de compras como shopping centers e hipermercados também se configura como uma vantagem localizacional. Um exemplo disso, como se pode observar, na foto abaixo é o anúncio de venda de um edifício de apartamentos em construção, cuja proximidade a alguns desses centros comerciais é apresentada como uma vantagem comparativa localizacional.

Figura 24 - Vantagens localizacionais oferecidas como marketing imobiliário



Fonte: Da Autora.

Com a regência do mercado na constituição, uso e ocupação do espaço urbano, a resultante será uma cidade fragmentada e suscetível a conflitos e ocupações irregulares, pois, ao conceber teoricamente, a síntese espacial ortodoxa ou neoclássica (ABRANO, 2001, p. 103) para explicar a base da economia urbana atual, acreditava-se na existência de uma “mão invisível do mercado” que haveria de equilibrar o nível de oferta de acordo com a demanda por moradias em todos os níveis sociais. Os agentes do mercado imobiliário, porém, agem de forma perversa, especulando e regulando sempre abaixo o nível de edificação de moradias, a fim de manter a demanda sempre maior que a oferta e conseqüente aumento nos preços dos imóveis.

A mão reguladora está a serviço do capital e garante apenas um crescente aumento nos lucros dos detentores desse monopólio. Ela é socialmente ineficiente e contribui para o alargamento de uma ordem espacial urbana extremamente segregada e caótica, completamente ineficaz para ofertar habitações populares.

Na tentativa de sanar a necessidade de morar, os habitantes sem-teto excluídos buscam ocupar as áreas vazias da cidade, que geralmente são ambientalmente frágeis, mas que, também possuam vantagens localizacionais.

Em relação à disputa por áreas do espaço urbano, resta destacar, ainda, o fato de que, em determinadas condições, empresas e indivíduos disputam áreas idênticas do espaço urbano. Isto se dá, sobretudo com empresas que utilizam os mesmos serviços urbanos que a população,

como, por exemplo: transporte coletivo, redes de comunicações, abastecimento pelo comércio varejista, etc. Isso justifica a figuração da renda da terra diferencial paga pelas empresas (na forma de aluguéis) tendo em vista o super lucro que cada localização específica proporciona e a renda paga pelos indivíduos que dependem da repartição da renda pessoal e de necessidades míticas que a promoção imobiliária cria.

A disputa por determinadas áreas da cidade é travada entre os indivíduos, empresas e as leis de zoneamento objetivando a especialização do uso do solo urbano. A princípio, as leis de zoneamento urbano objetivam uma maior especialização e buscam garantir o melhor uso das diversas áreas do solo de uma cidade, porém, observa-se que, muitas vezes, algumas dessas áreas foram simplesmente reservadas (mantidas ociosas) para obterem estrategicamente uma valorização futura e/ou promover a ocupação de áreas mais distantes e conseqüente valorização das áreas intermediárias.

Em relação à nova estruturação do solo urbano, mas especificamente acerca do desenho, forma e função das cidades brasileiras, observa-se que a localização das zonas residenciais e empresariais muda ao longo do tempo. E na rede urbana das grandes e médias cidades, que não pára de crescer, surge uma dinâmica de transformação do lugar que cria e recria funcionalidades. As transformações econômicas, aliadas às políticas de urbanização, determinam novas formas e contornos a estas cidades.

Desse modo, constata-se o aparecimento de novos centros secundários, com oferta de serviços nos bairros, onde o crescimento urbano requereu uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas. Observa-se que os imóveis residenciais das regiões centrais das grandes cidades eram ocupados no passado pelas camadas sociais mais abastadas, porém, tendem a se transformar em cortiços, pois, a classe social que passa a residir nelas é, na maioria das vezes, de padrão bem inferior. Assim, o deslocamento do centro urbano residencial, em geral, resulta na degradação da região central.

A reestruturação da cidade e o surgimento de novos usos para determinadas áreas favorecem o aparecimento de novos centros e constituem, também, uma reconfiguração das áreas que antes estavam habitadas por uma camada social baixa e passam a serem substituídas por padrões de habitação, por vezes, muito superiores, ou seja, são dados novos usos para áreas já ocupadas das cidades. Nota-se que, em havendo um deslocamento das habitações previamente existentes para áreas mais distantes, promove-se, a segregação e a degradação da área central tradicional.

A promoção ou o marketing imobiliário é capaz de criar necessidades “míticas” que contribuem para a valorização de novas áreas urbanas, antes desprezadas. A localização relacional tende a super valorizar os empreendimentos imobiliários.

4.6 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL

Com o início do processo de urbanização e aceleração da migração rural-urbana nos anos trinta, quando da construção de Goiânia, iniciou-se a intervenção estatal nas questões relacionadas à habitação, por meio dos institutos de previdência. Entre os anos de 1945 e 1964, no chamado período populista, a intervenção estatal deu-se através da Fundação da Casa Popular, que seria a instituição precursora do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Nesta época ocorreram os primeiros programas de remoção de favelas e mocambos. O final deste período foi marcado pela construção de Brasília.³³

Após o golpe militar de 1964, o governo federal financiou grandes planos de construção, em forma de conjuntos habitacionais conhecidos como COHABs financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Durante o governo militar (1964-1984) foi criado o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) para coordenar as políticas habitacionais que seriam implementadas via BNH (Banco Nacional da Habitação). Porém, a produção de moradia objetivava muito mais o fomento à indústria da construção civil, com a geração de empregos de baixa qualificação. "A questão da moradia mudaria de foco, tendo a provisão de empregos como meta e a produção de moradia como meio que forneceria um subproduto politicamente desejável." (TASCHNER, 1997, p. 50)

Segundo Cardoso³⁴, desde 1930 as políticas de moradias populares no Brasil eram de competência federal. Em 1967 foi criado o BNH (Banco Nacional de Habitação) que funcionou até 1988. Ao final dos anos oitenta, com a nova Constituição Federal brasileira e conseqüente extinção do BNH, as políticas públicas passaram para a competência dos governos estaduais e municipais, o que comprovadamente, as tornaram ainda mais ineficientes e clientelistas, pois, as políticas de habitação passaram a serem utilizadas como formas populistas de promoção política, uma vez que, para os eleitores sem-teto, isso não é dado como um dever e cumprimento

³³ Para aprofundar neste assunto, ver em: TASCHNER, Suzana Pasternck. **Política Habitacional no Brasil: retrospectiva e perspectivas**. Cadernos LAP-21 USP/ FAU. São Paulo: 1997. (Série Urbanização e Urbanismo)

³⁴ Sobre o processo de descentralização das políticas habitacionais ocorridas após a nova Constituição Federal de 1988, ver em: CARDOSO, Adauto Lúcio. Política habitacional: a descentralização perversa. In: Ensaíos sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/ UFRJ - Planejamento e território. 2001-2/ 2002-1.

de um direito constitucional adquirido, mas como um ato de bondade daqueles governantes que constroem as casas populares em mutirões.

Com a falência do BNH em 1986, a política nacional de habitação tornou-se desorganizada e clientelista, pois, ao diminuir as intervenções federais, delegou-se aos poderes estaduais e municipais a promoção das políticas de habitação popular nos âmbitos locais.

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou a descentralização e a regionalização das políticas públicas de habitação popular visando respeitar as demandas e características regionais, ao permitir ser levado em conta os aspectos sócio-culturais nos âmbitos locais. Contudo, o que sucede com as políticas de habitação popular é catastrófico, segundo Cardoso, que considerou esta descentralização das políticas públicas de habitação popular como sendo uma “descentralização perversa” devido ao notório alargamento do déficit habitacional, observado a partir do crescimento contínuo do sistema de coabitação familiar, da precarização de moradias (ou favelização) e da exclusão sócio-ocupacional, que não ocorre somente entre as camadas populares de baixa renda, incluindo, também, parte da classe média baixa, que habitam os grandes aglomerados urbanos do país, mas que, em geral, tem dificuldades atualmente em pagar seus aluguéis.

Os objetivos para a implantação do BNH³⁵ traziam elementos contraditórios que possivelmente explicam a sua extinção. Os objetivos do BNH eram:

- 1) Alavancar o crescimento econômico (efeitos multiplicadores gerados pela construção civil);
- 2) Atender à demanda habitacional da população brasileira de baixa renda;
- 3) Captação de recursos com juros “subsidiados”.

A ação do BNH era particularmente falha “pela sua incapacidade em atender de forma eficiente às franjas inferiores do mercado” (CARDOSO, 2002a, p. 105). Porém, não se pode negar que desde a sua extinção, o sonho da casa própria se tornou ainda mais difícil de ser atingido, principalmente, para aqueles cuja renda não permite assumir o financiamento da sua moradia própria. Para estes, que em geral coabitam ou habitam lugares inadequados, não existe uma política pública de habitação eficaz, que lhes assegure o direito à moradia adequada.

Ao tecer-se uma análise crítica da ação do BNH verifica-se que sua implantação em 1967 foi motivada, principalmente, por este representar uma medida econômica capaz de

³⁵ BNH - Banco Nacional de Habitação. (1967 - 1988)

alavancar o crescimento econômico brasileiro, pois, além de servir para atender a crescente demanda por moradia das camadas de baixa renda, oriundas do processo de migração campocidade, geraria, também, empregos com uma menor exigência de qualificação e aqueceria o setor da construção civil, que engloba várias outras indústrias de insumos.

Contudo, o sucesso dessa política habitacional, no que diz respeito ao incremento da economia nacional, só se deu quando o BNH passou a financiar a “casa própria” das camadas com maior poder aquisitivo e com capacidade de pagamento do financiamento. Isso porque as demandas por moradias das camadas médias da sociedade brasileira se configuravam como demandas efetivas (CARDOSO, 2002) e, por isso, atraíam a preferência dos setores empresariais (construtoras). Ou seja, aos empresários da construção civil interessava oferecer moradias de padrões mais elevados, que não se enquadravam nos objetivos iniciais de implantação dessa política de habitação, pois, o BNH deveria financiar moradias populares.

Outro fator agravante, que possivelmente contribuiu para a extinção do BNH, foi o aumento da inadimplência, pois a renda dos seus mutuários deteriorou-se ao longo do tempo. Portanto, a contradição do SFH e BNH vinha da impossibilidade em conciliar os objetivos da produção de habitação popular com o crescimento da economia nacional como um todo, oferecendo créditos a juros subsidiados para quem não possuía capacidade de pagamento, o que resultaria em inadimplências junto ao sistema financeiro de habitação.

Nos anos noventa a população urbana chegou aos oitenta por cento da população nacional total e isso causou grandes mudanças na distribuição espacial e sócio-ocupacional das cidades e implicou num aumento significativo da demanda por serviços públicos urbanos em geral. Em 1993 a taxa de inflação, antes de ser controlada, chegou à estratosfera de 2.700% ao ano. Portanto, a economia do país estava completamente em crise, apresentando um alto índice de desemprego e conseqüente precarização das moradias (favelização).

Em 1997, um novo sistema habitacional, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) foi anunciado. O Sistema de Financiamento Imobiliário entrou em vigor pela lei nº 9.514 (20/11/1997) como uma alternativa ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e à Carteira Hipotecária, este sistema passou a autorizar a securitização dos créditos imobiliários e introduziu a alienação fiduciária³⁶ no mercado imobiliário.

4.7 DÉFICIT HABITACIONAL

³⁶ A alienação fiduciária permite a retomada imediata do imóvel por via extrajudicial, em caso de inadimplência.

Pode-se dizer que o déficit habitacional mede o nível de carência de moradia de uma determinada sociedade. Porém, essas carências não se referem exclusivamente à quantidade mas também às condições das moradias existentes. O surgimento do déficit pode ser entendido como o crescimento da demanda por habitações, combinado com uma ampliação insuficiente das alternativas de moradia para as diferentes camadas da sociedade, principalmente para as mais carentes.

As políticas públicas habitacionais são instrumentos que os governos federal, estadual e municipal possuem para atuar sobre a questão da moradia, a oferta de créditos e de subsídios são exemplos de intervenção que visam solucionar a questão, contudo, é necessário estabelecer critérios para tornar as políticas de habitação mais eficazes no combate do déficit.

Com a criação do Ministério das Cidades, no período de 2003/2004, com a realização da primeira Conferência Nacional das Cidades em 9 de outubro de 2003, e com a implantação do Conselho Nacional das Cidades em abril de 2004 para acompanhar e avaliar a execução da política urbana nacional, bem como a habitacional, acredita-se que houve grandes avanços rumo à democratização da gestão nacional das cidades, possibilitando uma integração das políticas nacionais com os Estados e Municípios.

O déficit habitacional brasileiro em áreas urbanas é de 5,3 milhões de moradias (segundo o Censo de 2000), porém, estima-se que mais de 10 milhões de domicílios (rurais e urbanos) são carentes de infra-estrutura. Mais de 80% do déficit habitacional brasileiro é concentrado nas famílias com renda de até três salários mínimos. A média de crescimento da população brasileira foi de 1,6 % ao ano e já a população favelada cresceu 4,3 % ao ano, entre 1991 e 2000. O censo de 2000 registrou a existência de 1,7 milhões de domicílios localizados em assentamentos precários, totalizando 6,6 milhões de pessoas.

Segundo estudos realizados pelo Observatório das Metrópoles, o déficit habitacional médio na Região Metropolitana de Goiânia era de 8,9% no ano 2000, enquanto 21,4% dos domicílios totais eram alugados.

Se levados em conta os aspectos quantitativo e qualitativo³⁷, recomendados na metodologia da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional de Goiânia atinge uma média de 20% da sua população.

³⁷ O déficit quantitativo envolve a necessidade de provimento de novas unidades habitacionais, e o déficit qualitativo refere-se à melhoria habitacional, reformas, instalação de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos urbanos e/ou comunitários.

O déficit habitacional é um dos fatores desencadeador de fenômenos de ocupação urbana como ocorrido no P.O.I. Porém, devido à complexidade deste fato, inúmeros outros problemas urbanos podem ser enumerados como propulsores de casos como esse. Por esse motivo, pretende-se no capítulo seguinte ater-se a um olhar mais minucioso, a partir dos resultados da pesquisa empírica com os ex-ocupantes do P.O.I., a fim de buscar-se entender as motivações que levaram a ação de ocupação.

5 LUTA PELO DIREITO À MORADIA E FORÇAS URBANAS

“O corpo, como morada da vida, relaciona-se com o mundo pela meditação do espaço” Eguimar Felício Chaveiro (2001)

5.1 SUBJETIVIDADES DA MORADIA: SEUS SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS

A palavra habitação vem do latim *habitatione* que significa o lugar em que se habita, a residência ou o domicílio. Já a palavra moradia, sinônima também de morada, diz respeito a uma habitação separada e independente de qualquer outra. Portanto, aqueles que coabitam com outros não possuem, verdadeiramente, a sua moradia. "O ato de "habitar" está na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa." Ana Fani A. Carlos (2003)

Quanto ao Sistema de Signos e Significações admite-se que tanto a cidade, quanto o fenômeno urbano possuem não apenas um, mas vários sistemas de signos e significações que se manifestam em diversos níveis. No nível da vida cotidiana as significações são atribuídas aos objetos e produtos, tornando-os signos da troca e do uso. Porém, no nível do mercado são designadas outras significações como a do ‘*habitar*’ ou ‘*habitat*’. Por outro lado, as significações culturais e de poder compõem um sistema de forças que atua na formação do espaço urbano e estas podem ser fragmentadas ou até mesmo de origens globais. Por fim, não se pode ignorar que ainda prevaleça um conjunto de signos urbanos formais, que fazem parte da própria caracterização das cidades. (LEFEBVRE, 2004, p. 55)

A moradia possui vários significados e assume diferentes símbolos conforme as diferentes culturas. Em algumas comunidades indígenas, por exemplo, a habitação é coletiva e em uma mesma oca moram várias famílias da mesma tribo. Já os beduínos, nômades do deserto do Saara, preferem que suas moradias sejam sempre um acampamento móvel. Muitos europeus cosmopolitas optam por viver em um imóvel alugado, possibilitando, dessa forma, realizar outros investimentos com o capital que seria empregado na compra de um imóvel próprio.

Até mesmo na cultura brasileira, a moradia assume sentidos diferenciados, dependendo da região, e/ou grupo de indivíduos pertencentes aos diferentes estratos sociais. Contudo, percebe-se que alguns valores simbólicos atribuídos à moradia são hegemônicos para os brasileiros. Além do unânime valor de uso enquanto um abrigo seguro, ela é, também, sinônimo de uma segurança subjetiva essencial para se viver tranquilo. A essência dessa segurança subjetiva, que está ligada à casa própria, relaciona-se à possibilidade hipotética, porém

freqüente no Brasil, do cidadão se encontrar desempregado, sem um rendimento fixo e ou com problemas de saúde, mas possuir a garantia do lugar para se viver.

A moradia é, então, a garantia da própria cidadania, pois esta, além de funcionar como um abrigo seguro, demarca o lugar do cidadão no espaço urbano. Este lugar do cidadão será o seu endereço que o possibilita relacionar-se com a sociedade. O endereço da moradia assume significados sociais e psicológicos que garantem a própria dignidade humana, ao estabelecer o lugar que o cidadão habita na cidade.

A prática sócio-espacial, no plano do vivido, aparece, enquanto modo de apropriação dos lugares onde se realiza a vida cotidiana em seu conjunto. (...) O espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo. (CARLOS, 2003)

A moradia, mesmo enquanto mercadoria utilitária, possui significados variados para os cidadãos de diferentes extratos sociais, uma vez que estes possuem diferentes níveis de acessibilidade à casa própria, pois, para cada poder aquisitivo haverá diferentes padrões de ‘casa dos sonhos’. Para a maioria dos brasileiros conquistar a casa própria é fundamental à realização da vida, a fim de sentir-se verdadeiramente seguro sendo proprietário do lugar para se morar. Porém, para alguns, o lugar onde se mora é, também, sinônimo de *status*, enquanto para outros é apenas sinônimo de segurança.

O Brasil é signatário dos tratados e convenções internacionais de proteção dos direitos humanos (normas internacionais dos direitos humanos) e essas normas foram incorporadas no sistema jurídico brasileiro, incluindo o direito à moradia digna³⁸. A moradia constitui-se em um direito social constitucional segundo o Artigo 6º da Constituição Federal. Contudo, por tratar-se de uma lei recentemente ratificada pela Emenda Constitucional de 14/02/2000, poucos vêem a moradia como um direito constitucional, estando esta relacionada psicologicamente a uma conquista individual ou familiar.

A casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. BACHELARD (2005)

³⁸ **Sobre o direito à moradia nas normas internacionais dos direitos humanos** ver em: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (Artigo 17), Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (Artigos 11 e 12), Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Artigo V, item “e”), Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Artigo 14. 2 (h)), Convenção sobre os Direitos da Criança (Artigo 21. item 1 e 3), Convenção Americana de Direitos Humanos (Artigos 11 e 24), Carta da Organização dos Estados Americanos (Artigo 34) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigo 11).

Segundo Bachelard (2005, p. 25), ‘todo espaço habitado traz a essência da noção de casa’. Porém, ao habitar espaços precários, ou, ao coabitar espaços residenciais pequenos, não se pode considerar que o cidadão possui uma moradia digna e adequada conforme lhe é assegurada pela lei.

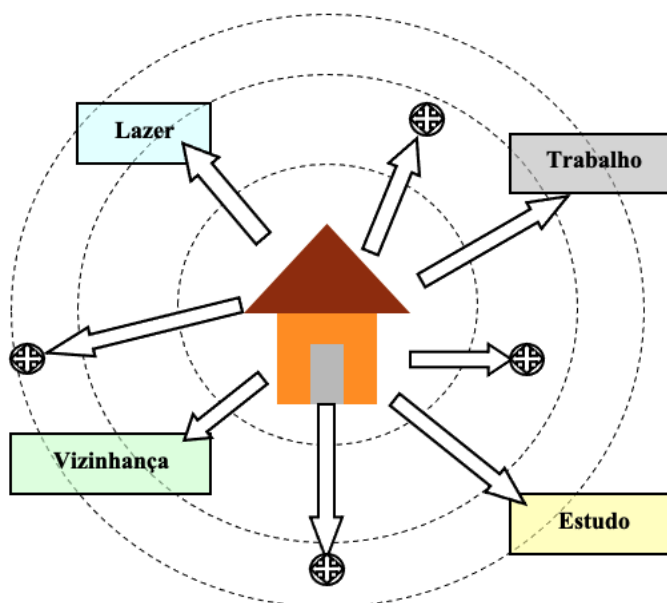
A casa, por mais simples e improvisada que for, possui o significado de lar. Esse espaço em que se reside é o lugar onde abriga-se o corpo do residente e seus objetos pessoais. Portanto, o lar é o espaço íntimo e privado do ser. Nele revela-se sua particularidade sob a forma do aconchego e mediante o seu arranjo, disposição dos móveis e sua decoração. Observa-se que, mesmo em uma barraca de lona preta, os pequenos detalhes e objetos diversos funcionam como marcas individuais que diferenciam e personificam os lares, tal e qual no acampamento provisório no Grajaú, onde se observou, mediante uma percepção estética, diferentes arquiteturas e ornamentações personalizadas nas barracas dos ex-ocupantes do POI que improvisaram seus lares provisórios ao longo de dois anos em que habitaram este local, enquanto aguardavam a casa onírica no Real Conquista.

Porém, "todo passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova". (BACHELARD, 2005, p. 25) Desse modo, mesmo ao ser transferido para a nova casa e mesmo após ter conquistado o sonho da casa real, os ex-ocupantes, especialmente as crianças, sempre lembraram dos fatos ocorridos ao longo da luta pela moradia e levaram para a casa nova traumas, medos, inseguranças, rivalidades e disputas conseqüentes da trajetória no P.O.I. Pois, segundo Bachelard (2005, p. 25), "a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos dos homens".

Historicamente, a casa era considerada um símbolo da identidade familiar. Ela era mais do que uma referência espacial, pois funcionava como o lugar onde, simbolicamente, revelavam-se as características e o modo de vida da família que nela habitava. Hoje, especialmente nas grandes cidades, esse valor desapareceu ou, pelo menos, para a maior parte dos seus habitantes trata-se de uma necessidade.

Espacialmente, o lugar aonde se mora estabelece o ponto de partida locacional na cidade, de onde o morador se distancia de todos os outros pontos. Ou seja, a casa funciona como ponto central de referência, na rede de relações sócio-espaciais (figura 25) que serão estabelecidas no cotidiano de quem nela habita. Este espaço habitado e vivido se distancia, diferentemente, dos lugares de trabalho, estudo, lazer, etc. Porém, será a partir deste ponto que o cidadão demandará vias de acesso, transporte público, etc.

Figura 25 - Rede urbana no cosmos da casa



Fonte: Esquema elaborado pela autora.

Em relação à questão da habitação, de modo especial em relação à produção de moradia popular e políticas públicas de habitação social, observa-se uma incapacidade tanto do Estado em resolver a questão, quanto do mercado imobiliário em promover espontaneamente a auto-regulação da oferta desse tipo de moradia. Portanto, o quadro que se tem atualmente no Brasil é de precarização das condições de moradia da população de baixa renda e de aumento contínuo do déficit habitacional. No caso específico da questão da habitação popular, nota-se como consequência um alargamento nos processos de periferização e favelização nas grandes cidades. Porém, observa-se que determinados padrões de habitação não contribuem para o aumento desse déficit, pois, os investimentos privados da construção civil são crescentes e cada vez mais, voltados para edificações de habitação de médio e alto padrão.

A produção dos espaços da habitação revela um processo profundamente segregador. Os espaços fragmentados comprados e vendidos no mercado imobiliário sedimentam, no espaço, a desigualdade social. (...) A habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenciações de classe no espaço. (CARLOS, 2003)

A expansão dos investimentos em imóveis de padrões mais elevados, com oferta de modos de habitação diferenciados e novos “fetiches” para novos modos de morar, tem contribuído para um contínuo surgimento de novas áreas de verticalização e, mais recentemente, ocasionando uma desnecessária expansão urbana, com a inserção de imensas áreas (antes rurais), para a edificação de condomínios horizontais fechados de alto luxo. E estes

se proliferam por todas as metrópoles, como uma nova alternativa no modo de viver bem, mesmo numa grande cidade. Contudo, ao oferecerem maior segurança e proximidade à natureza - apesar dos impactos ambientais que causam - promovem a auto-segregação dos que podem pagar por esse novo modo de habitar a cidade e fragmentam o solo urbano intensificando o seu uso, contribuindo, ainda, para o aumento da exclusão e da segregação involuntária das camadas de baixa renda que ficam do outro lado de seus muros."O problema da habitação começa por ser um problema individual cuja resolução compete ao trabalhador fora da relação social e do processo de produção." (BOAVENTURA DOS SANTOS apud FERRAZ, 1997)

Os habitantes do espaço urbano, enquanto agentes autônomos, são forças capazes de intervir na cidade a fim de buscar a satisfação das suas necessidades.

Pode-se dizer que o significado de moradia, no consciente original dos ocupantes do P.O.I., era o de uma necessidade, pois, da escassez é que surge a necessidade de lutar a fim de suprir suas carências imediatas. Isso fez com que muitos pais e mães de família se sujeitassem ao desafio ilícito de ocupar uma propriedade privada, pois se sabia que esta, mesmo estando abandonada por várias décadas e com rumores de que possuía uma grande dívida em impostos atrasados, pertencia a alguém. Talvez, por isso, correu-se o risco e acreditou-se que nestas condições seria mais fácil a desapropriação da área.

Conscientes, ou não, mais de dez mil pessoas ocuparam a área do P.O.I. Muitos vieram em busca da conquista de um espaço para a moradia própria, uma vez que se encontravam, segundo relatos³⁹, morando de aluguel ou coabitando em espaços cedidos por familiares e em bairros muito afastados do centro da cidade. Sem se darem conta que a moradia digna é direito adquirido constitucionalmente e que a ocupação de uma propriedade privada não é uma via legal de conquistar esse direito, mesmo assim, ocuparam a área, pautados, talvez, nas especulações de que ela seria desapropriada, ou seja, acreditaram ser legítima, mesmo que ilegal, a busca pelo sonho real.

Rumores, no entanto, revelaram que alguns dos ocupantes, que obviamente possuíam diferentes interesses na ocupação, reservaram alguns lotes para a comercialização futura. Acusados de já possuírem sua casa própria, eles buscavam, talvez, reproduzir em menor escala o que é feito no mercado imobiliário para ampliar o capital, obter lucros e garantir uma renda futura, porém, em uma propriedade de outrem. Havia suspeitas de que traficantes e criminosos de desmanches de carros roubados, que usavam a área marginalmente, também estivessem

³⁹ Os relatos foram obtidos ao longo das visitas na área provisória do Grajaú para a aplicação dos questionários.

ligados ao fomento da ocupação. Outros que ocuparam áreas maiores destinadas para comércios, estariam sendo remunerados e mantidos ali, a fim de reservarem espaços que serviriam para futuras instalações de empresas como supermercados de redes conhecidas em Goiânia. Inclusive, cogitou-se⁴⁰ que os próprios proprietários da área do P.O.I. teriam autorizado alguns de seus funcionários a iniciarem o processo de ocupação, a fim de fazer com que o poder público fosse obrigado a desapropriá-la, pois, mesmo que descontado o valor dos tributos em atraso, eles seriam indenizados em milhões, devido ao alto valor de mercado desta gigantesca área que dificilmente seria comercializada integralmente sem maiores investimentos. Dizem que apesar da desapropriação não ter sido concretizada, justamente pelo altíssimo preço de R\$ 28 milhões pedidos pela área, mesmo assim, os proprietários saíram lucrando com todo esse processo, pois, alega-se que após a desocupação, demolição e limpeza, o terreno mudou a sua configuração, deixando de ter o aspecto marginalizado que tinha antes da ocupação.

Dessa forma, conclui-se que toda ordem de interesses foi cogitada como sendo o motivo fomentador e fonte financiadora desse fenômeno de ocupação. Contudo, presume-se que na maioria dos casos a verdadeira motivação das famílias era a da possibilidade de conquistar um espaço para construir suas moradas, em um terreno plano, bem localizado, relativamente próximo ao centro, com alguma infra-estrutura já pronta como vias de acesso e farta rede de transporte público. Certamente, por este encontrar-se por longos anos em total abandono, estava sujo e coberto pelo mato que o havia invadido. Porém, essas condições não impediram que os ocupantes chegassem e logo limpassem uma parte do terreno para a edificação de suas casas. No geral, tratou-se de um grande mutirão de limpeza promovido, individualmente, por aqueles que buscavam seus próprios interesses. E desse modo, do sonho da casa própria ergueu-se o Residencial Sonho Real na área de ocupação do P.O.I.

Em pouco tempo a paisagem do lugar modificou-se e o sonho tornou-se, concretamente, em um aglomerado de pequenas construções precárias, sendo a maior parte de alvenaria sem reboco. Aquelas edificações erguidas rapidamente tinham o objetivo de garantir a permanência dos sem-tetos naquele local, demarcando espaços e já constituindo suas identidades no território completamente ocupado.

5.2 SISTEMA DE FORÇAS URBANAS

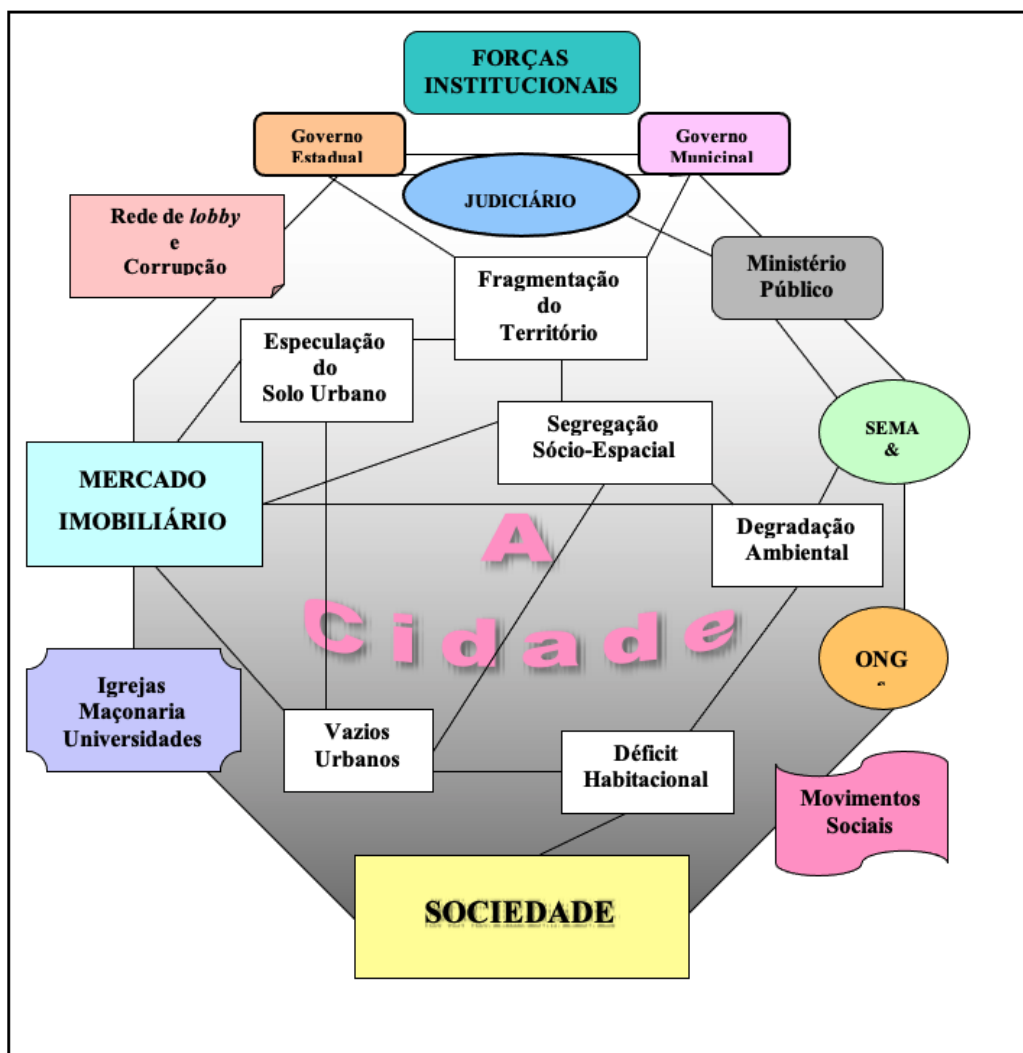
⁴⁰ Informação obtida através do depoimento de um ocupante sem-teto que não quis ser identificado.

Este sistema refere-se às forças que atuam, interagem e confrontam-se nas cidades, buscando em diferentes níveis, habitá-la, modificá-la e/ou lucrar com ela.

Ao reconhecer que o espaço urbano é constituído através das relações estabelecidas pelos seus atores, para estudá-lo será necessário identificar as forças que são capazes de alterá-lo. Em especial, será importante, para o que este trabalho se propõe, reconhecer os agentes que articulam as ações voltadas, diretas ou indiretamente, para as questões relacionadas à habitação em Goiânia.

A cidade pode ser comparada com um organismo vivo, em constante transformação e cujo movimento se dá em função da articulação sistêmica de algumas forças de interesse comum que usualmente se unem e promovem as transformações desejadas no espaço urbano. Porém, as lutas urbanas que, em geral, são fragmentadas buscam, em geral, conquistar algo que as contemplem, ou seja, beneficia um determinado coletivo que se articula e torna possível alguma mudança na cidade em favor dos seus interesses.

Figura 26 - Sistema de Forças Urbanas



Fonte: Da Autora

A metrópole abriga um complexo mosaico de poderes que exercem diferentes forças sobre o espaço urbano (figura 26). De um lado, têm-se as forças institucionais com seus poderes políticos, judiciais e do terceiro setor, e, do outro lado, tem-se a grande força dos diferentes interesses privados tanto de habitantes pobres quanto dos proprietários de terra urbana. A intensidade de intervenção no urbano varia de acordo com a capacidade de articulação e mobilização, ora pela ação coletiva, ora pelo *lobby*, ou mediante o convencimento da opinião pública. As interfaces entre os agentes ligados à gestão do solo urbano são, em geral, estabelecidas por intermédio dos atores que articulam e movimentam o setor imobiliário como: empreendedores, corretores e incorporadores.

Neste sentido, observa-se que as cidades expandem-se e crescem com o aval de vários técnicos, a fim de atender as demandas dos fortes grupos ligados ao mercado imobiliário, muitas vezes, em detrimento dos interesses sociais e ambientais, refletindo negativamente, a médio e

longo prazo, sobre todos os que nela habitam. Obviamente que o avanço tecnológico trouxe melhorias para as cidades. Porém, a cidade mercadoria, por ser um empreendimento rentável, torna seu espaço cada vez mais seletivo, onde poucos têm, materialmente, acesso às suas benesses. Por isso pode-se afirmar que o desenvolvimento sócio-espacial urbano configura-se mediante uma “mudança social positiva que é, simultaneamente, uma transformação das relações sociais e do espaço”. (SOUZA, 2005)

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social. (SOUZA, 2005, p. 101)

Em contraposição à força mercadológica exercida na cidade, que a conduz para uma formação e usos do espaço urbano a fim de atender as necessidades do mercado, surgem as ONGs, as organizações e associações de bairros, os movimentos sociais urbanos, o Fórum pela reforma urbana, enfim, forças antagônicas aos interesses de transformação da cidade em um grande manancial de especulação e obtenção de lucro. Essas forças representam os interesses sociais e ambientais contrários ao crescimento indiscriminado e seletivo da metrópole. Em geral luta-se para pressionar o poder público a fim de exigir a implantação de infra-estruturas básicas em espaços sub-urbanizados e povoados por comunidades pobres. A luta também diz respeito à busca pelo direito à cidade, à moradia, ao transporte público de qualidade, ao esgoto, asfalto, redes pluviais, água tratada encanada, espaços públicos de lazer, cultura e esportes, enfim, exige-se que o uso do solo urbano cumpra sempre uma função social.

Grupos de defesa de uma melhor qualidade do ambiente urbano lutam por uma cidade menos poluída, onde haja coleta seletiva de lixo, estação de tratamento do esgoto, obras de reposição das matas ciliares e despoluição dos rios e córregos pertencentes à bacia hidrográfica do município, programas de incentivo à redução de emissão de gases poluentes para uma melhoria da qualidade do ar que se respira na cidade como um todo. Todas essas lutas dizem respeito a um coletivo urbano maior, beneficiando todos os habitantes, mas nem sempre será a prioridade da maioria que vive em distintas condições na cidade segregada. De fato, os habitantes do espaço urbano são o principal elemento natural desse complexo meio ambiente e devido à segregação e injusta distribuição dos seus recursos, as lutas tornam-se cada vez mais distintas para cada um dos vários grupos desse mesmo coletivo. Isso ocorre porque a metrópole,

ao mesmo tempo em que concentra a maior parte das atividades econômicas lucrativas e produz riquezas, estabelece uma cruel dominação territorial aumentando as disparidades e contradizendo o próprio desenvolvimento urbano, além de provocar impactos ambientais e sócio-culturais, conforme observa Marcelo Lopes de Souza:

Se uma cidade produz mais e mais riqueza, mas as disparidades econômicas no seio de sua população aumentam; se a riqueza assim produzida e o crescimento da cidade se fazem às custas da destruição de ecossistemas inteiros e do patrimônio histórico-arquitetônico; se a conta da modernização vem sob a forma de níveis cada vez menos toleráveis de poluição, de estresse, de congestionamentos; se um número crescente de pessoas possui televisão em casa, para assistir a programas e filmes de qualidade duvidosa e que, muitas vezes, servem de inspiração para atos de violência urbana, violência urbana essa que prospera de modo alarmante; se for assim, falar de "desenvolvimento" é ferir o bom senso. (SOUZA, 2005, p. 101)

O fenômeno de ocupação do P.O.I. representou uma manifestação que explicitou o contra-senso do desenvolvimento de Goiânia, que ocorre mediante um forte crescimento urbano, porém, com aumento da segregação sócio-espacial e ambiental. Obviamente, existiam diversas motivações pessoais que levaram as doze mil pessoas a ocuparem a área que estava abandonada, porém sabe-se que o poder público (governo municipal) não exerceu sua força a fim de evitar que o fato se estabelecesse e tomasse essas proporções. De certa forma, conclui-se que a gestão municipal 2004 que encerrava seu governo, pois era um ano de pleito eleitoral, atuou como uma força perniciosa, por não intervir logo no início do processo de ocupação do P.O.I. conforme manda a lei. "Uma série de características comuns a muitas formas recentes de ação coletiva, nas sociedades contemporâneas, ressalta a especificidade dos conflitos emergentes. (MELUCCI, 2001, p. 82)"

As novas formas de luta da contemporaneidade, apesar de sua complexidade e por se tratarem de ações de diversos coletivos com diferentes propósitos, se assemelham, contudo, pela forma dos seus conflitos. Relacionado ao caso P.O.I., após a real conquista da moradia, causa inicial que uniu esse grupo enquanto força coletiva, observa-se o surgimento de vários outros grupos, de diferentes identidades e novas reivindicações, tais como: o grupo de mulheres, a associação dos moradores do Real Conquista, uma associação comercial, entre outros grupos religiosos católicos e de diversas igrejas pentecostais evangélicas que se instalaram no acampamento provisório do Grajaú (figura 28), além de candidaturas políticas, como a do líder Américo Novaes para Deputado Estadual pelo PSol (figura 27), que manteve a coordenação de seu diretório de campanha no Grajaú.

Figura 27 - Adesivo da campanha (eleições 2006) para deputado estadual pelo PSOL de Américo Novais, uma liderança entre os sem-teto, ex-ocupantes do P.O.I.



Fonte: Da Autora.

Sobre a relação entre os movimentos e sistemas políticos: “A conquista do poder político e o controle do aparelho do Estado parecem substituídos por uma vontade de controle imediato de um espaço que indica independência do sistema.”

Porém, devido à complexidade deste fenômeno buscou-se também, identificar as lideranças populares, políticas e religiosas que estiveram presentes ao longo dos processos de ocupação e desocupação, que representam forças atuantes, com diferentes interesses neste fato. Para isso, promoveu-se uma pesquisa empírica, baseando-se no estudo dos fatos divulgados pela mídia e mediante a aplicação de questionários e de algumas entrevistas que traduzem uma real leitura daqueles que participaram do processo.

Figura 28 - Uma das várias Igrejas Pentecostais que se instalaram no acampamento provisório do Grajaú.



Fonte: Da Autora.

Figura 29 - Força religiosa no Grajaú (representante da Igreja Católica)



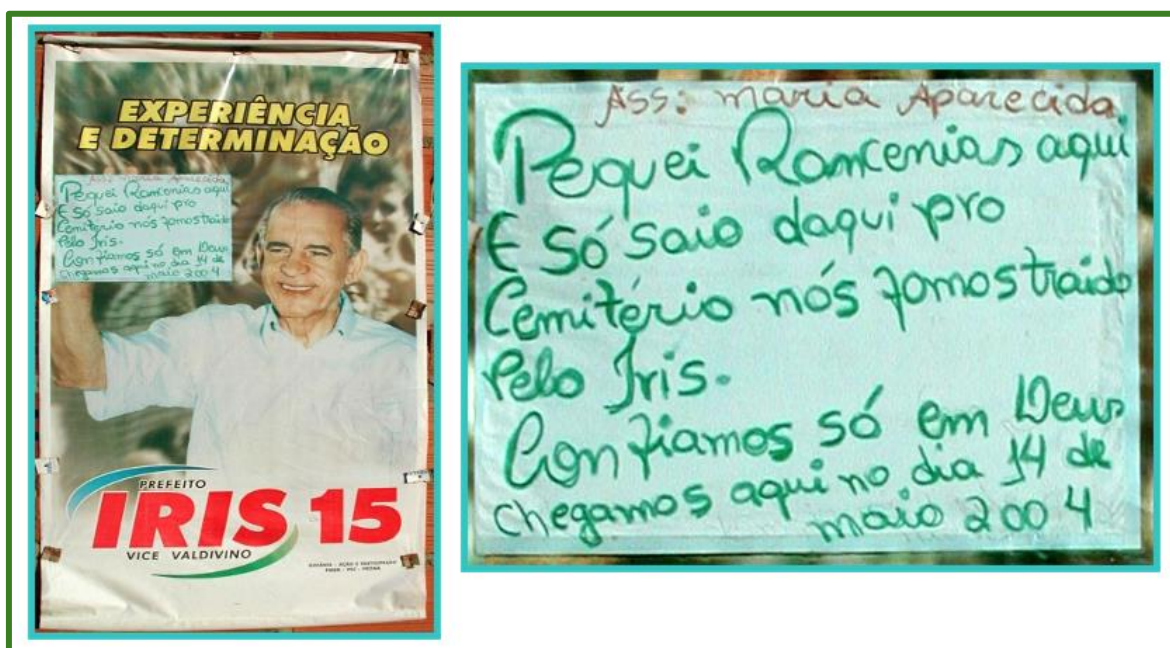
Descrição: Liderança Religiosa Católica - Frei Marcos (Dominicano)

Fonte: Da Autora.

Como consequência às promessas não cumpridas, feitas por candidatos políticos e governantes durante o período de campanha eleitoral, como a de que jamais permitiram que houvesse uma ação violenta de desocupação da área do P.O.I., entre outras, a desconfiança e o descrédito político aumentou entre essa massa de eleitores que sentiu traída.

Desse modo, surgiram, entre os ex ocupantes, várias manifestações que demonstram a profunda decepção com o poder político, uma delas relatada na figura 30. Seus representantes eleitos haviam prometido, publicamente, que buscariam uma solução pacífica para a questão. Sentiram-se, pois, traídos após a ação truculenta de desocupação.

Figura 30 - Manifestação da decepção com a ação política



Fonte: Da Autora.

5.3 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA DE CAMPO

Para o estudo do fenômeno da ocupação do Parque Oeste Industrial (P.O.I.) fez-se necessário adentrar nas particularidades e subjetividades dos ocupantes sem-teto, que além de serem porta vozes das famílias carentes de moradia, se tornaram uma importante força de interferência no espaço urbano de Goiânia, uma vez que, a partir da ação de ocupação, eles trouxeram à tona a urgência do debate sobre a necessidade de políticas públicas eficazes, voltadas para solucionar o déficit de moradia popular. A realização desse estudo teve o objetivo de buscar-se encontrar algumas respostas e, quem sabe até, possíveis soluções à questão da habitação popular em Goiânia, uma vez que, no acampamento provisório do Grajaú encontrava-se reunida uma parcela representativa dessa força opositora ao processo de segregação urbana, que tornou possível a coleta de dados e informações relevantes.

No período da manhã de uma sexta-feira, dia 25 de agosto de 2006, visitou-se o acampamento provisório do Grajaú, lugar onde estão acampados os ex-ocupantes do P.O.I. por mais de 2 anos, enquanto aguardam para receberem uma casa no residencial Real Conquista que, lentamente, está sendo edificado numa área não distante dali, localizado atrás do Jardim Itaipu, em uma zona periurbana da cidade, adquirida pela prefeitura para o assentamento definitivo dessas famílias.

Figura 31 - Equipe da UFG em visita ao acampamento provisório no Grajaú em 25/08/2006.



Fonte: Da Autora. Acervo pessoal da pesquisa de campo

A equipe que lá esteve era composta por 13 estudantes do curso de Ciências Sociais da UFG (figura 31), que se dispuseram voluntariamente a auxiliar na aplicação dos questionários. Interessante notar a presença de uma espécie de escolta de dois homens, localizados nos extremos esquerdos e direito da foto acima, que recebeu e acompanhou o trabalho da equipe em nome da liderança local (Américo Novais), força política que se construiu durante o processo de ocupação do P.O.I. Preso após a desocupação, Novais permaneceu entre os sem-teto, porém, possui um certo grau de rejeição entre os que o acusam de possuir casa-própria e estar ali pelo oportunismo político.

Como resultado das entrevistas, tivemos um total de 115 questionários respondidos, dos quais 43 foram aplicados em pessoas do sexo masculino e com idade média de 39 anos. Este universo masculino representou 37,4% da amostra total (115). Dos 43 homens entrevistados, 22 declararam-se casados, 14 solteiros (sendo que 10 deles têm filhos) e 07 estão separados.

Os outros 72 questionários foram aplicados com mulheres, constituindo um universo feminino de 62,6%, baseado na amostra total desta primeira etapa da pesquisa de campo. A idade média das entrevistadas é de 37 anos. As mulheres entrevistadas no acampamento do Grajaú, que foram abordadas naquela sexta-feira no período da manhã, entre 09h30min - 11h30min h, encontravam-se desenvolvendo atividades domésticas tais como: lavando roupas ou louças, cozinhando algo para o almoço ou varrendo a porta de suas moradias improvisadas - barracas de lona preta, com reforços em madeira e telhas de amianto.

Ao serem entrevistados, os sem-teto declararam-se 57% de cor parda, 16% de cor preta e de cor branca 27%. A média de filhos entre os sem-teto é de 2,5. Em relação ao grau de escolaridade, 15% declaram não possuir nenhuma instrução, ou seja, acima da média nacional de analfabetismo; enquanto 24% freqüentaram de 1 a 3 anos de escola; os ex-ocupantes do P.O.I. que freqüentaram de 4 a 7 anos de escola totalizaram 39% dos entrevistados (outros não declararam sua escolaridade).

Em relação a renda dos sem-teto, 24% responderam possuir renda zero e estarem vivendo da cesta básica do governo, enquanto 76% possuir uma renda de no máximo um salário mínimo. Apenas 10% dos entrevistados estão empregados com carteira assinada, mais de 38% encontram-se desempregado e a maior parte deles vivem de trabalhos esporádicos, conhecidos como *'bicos'*.

É interessante observar que, ao longo dos dois anos na área provisória, a arquitetura do lugar evoluiu muito, mediante uma espécie de engenharia do imprevisto, na tentativa de se buscar alcançar um mínimo de conforto e segurança, revelando a criatividade humana, em cada uma das mais de duas mil barracas, através da reutilização de materiais reciclados, conforme se pode observar na figura 32.

Figura 32 - Sustentabilidade empírica ou necessidade de sobrevivência



Fonte: Da Autora.

Neste cenário de abandono e descaso, mas ao mesmo tempo de superação das dificuldades, encontramos várias crianças que brincavam em meio a muita poeira e esgoto correndo a céu aberto. Devido a essas condições insalubres, com o clima extremamente seco e intenso calor do mês de agosto, alguns dos pesquisadores passaram mal, tiveram queda de pressão e até ficaram doentes no dia seguinte. Desse modo, diante das circunstâncias, imaginamos que aquelas crianças tenham criado resistência e anticorpos para conseguir sobreviver sob tais condições. (figura 33)

Figura 33 - Crianças do acampamento provisório do Grajaú



Fonte: Da Autora.

5.4 RELATOS SOBRE O RESIDENCIAL REAL CONQUISTA

Figura 34 - Foto do Residencial Real Conquista em agosto de 2006



Fonte: Da Autora.

Dois anos após a ocupação do P.O.I., mediante uma parceria entre os governos Federal, estadual e municipal foi que as 2.470 famílias, despejadas no início do ano de 2005 e que se encontravam precariamente alojadas em abrigos de lona-preta no acampamento provisório do Grajaú, tiveram a garantia de um local definitivo para morar. Entende-se que, esta foi, de fato, a conquista real desse grupo de força e resistência que lutou pela conquista do direito à moradia e após todo o sofrimento vivido nesses longos dois anos, finalmente, vê chegada a hora de construir vida nova.

O terreno para a edificação do *‘Real Conquista’* possui cerca de 30 mil alqueires e está localizado na região metropolitana de Goiânia, na saída sudoeste, próximo ao Jardim Itaipu, aonde serão construídas 2,5 mil casas. Esta área foi adquirida pelos governos estadual e municipal por um valor de aproximadamente R\$ 6 milhões.

O investimento para a edificação do Residencial Real Conquista veio por meio de um convênio, amparado pela Resolução 460 que possibilita o uso de recursos subsidiados

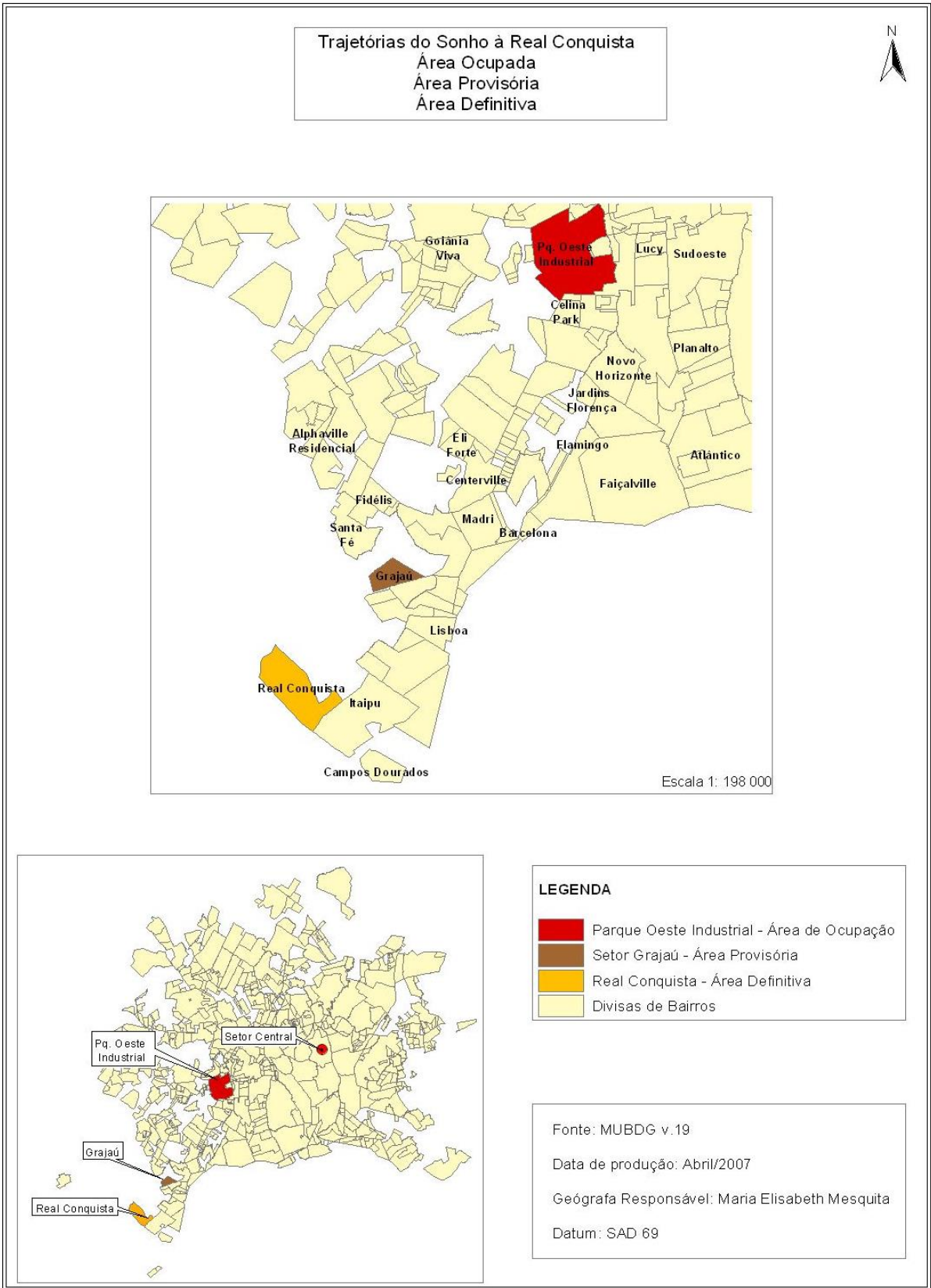
provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com o projeto, as casas do Real Conquista possuem dois quartos, sala, cozinha, estão ligadas à rede de abastecimento de água, energia elétrica e terão tratamento de esgoto (fossas sépticas). O projeto prevê, também, a construção de duas creches, posto de saúde, centro comunitário, praças e escola de primeiro grau.

No dia 18 de Maio de 2006 o Ministro das Cidades em exercício, Sr. Marcio Fortes de Almeida, assinou o convênio autorizando o repasse de montante para dar início às obras do Residencial Real Conquista que, em 20 meses deverá ser concluído. Este convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) prevê a edificação de 150 casas por mês. Porém, nota-se que o cronograma de entrega das casas esteve sempre muito atrasado e após mais um ano de espera, em junho de 2007, muitas famílias se encontram ainda abrigadas provisoriamente no Grajaú, enquanto aguardam pela edificação de suas moradas.

Em termos locacionais, pode-se dizer que o Residencial Real Conquista está numa área bem distante na cidade e necessitará ainda de muita infra-estrutura, pois, até pouco tempo atrás era uma fazenda de criação extensiva de gado, em meio a um ralo cerrado. Ou seja, a área adquirida para assentar os ex-ocupantes do P.O.I. localizava-se na zona rural da cidade de Goiânia, por isso foi necessário a aprovação de uma nova lei de expansão urbana para que este fosse ali edificado.

Ao observar o mapa, a seguir, (Figura 35) que localiza as áreas de ocupação P.O.I., do assentamento provisório no setor Grajaú e definitiva Real Conquista nota-se que estas foram se distanciando, cada vez mais, da parte urbanizada e mais valorizada da cidade. Portanto, constata-se que, mais uma vez, áreas destinadas à habitação de interesse social em Goiânia são locadas em lugares longínquos, distantes do centro e da visão das elites, como se escondesse a pobreza. Desse modo, a cidade de Goiânia, aos olhos de quem a vê superficialmente, parece não ter favelas ou regiões com habitações precárias e sem infra-estrutura.

Figura 35 - Mapa de Localização das Áreas Ocupada (P.O.I.), Provisória e Definitiva



6 CONCLUSÃO

A categoria geográfica de análise que sustentou esta pesquisa foi a “formação sócio-espacial de Goiânia”. Esta escolha teve como objetivo buscar o entendimento das causas da segregação habitacional (ou sócio-ocupacional) que ocorre em Goiânia-GO, de forma que fosse possível, a partir de uma construção dialética do objeto, construir uma idéia “do todo” que compõe e modifica o complexo tecido urbano goianiense. Para isso, buscou-se, mediante um resgate da trajetória histórica de formação sócio-espacial dessa nova capital projetada em 1930, entender evolutivamente sua forma e as conseqüências do seu crescimento.

Observou-se que, desde a sua fundação, Goiânia foi palco de fenômenos de ocupação. Ao longo de sua trajetória de formação espacial foi vítima de várias ocupações irregulares promovidas pelo próprio poder público em seus espaços periurbanos. Essas ocupações deixaram imensas áreas intermediárias vazias e provocaram uma crescente expansão urbana desnecessária, com saldos ambientais e sociais negativos. Desse modo, é que se deu a fragmentação do tecido urbano de Goiânia e teceu-se, patologicamente, o problema da segregação sócio-ocupacional involuntária das camadas mais pobres da sociedade goianiense. Obviamente que hoje se observam novas modalidades de ocupação e exploração do solo urbano. Essas promovem a auto-segregação das camadas sociais abastadas que podem pagar pelo *‘conforto e segurança’* de muros dos condomínios horizontais fechados localizados nas faixas periurbanas urbanizadas que, em geral, possuem vias de acesso rápido aos novos sub-centros da cidade. Contudo, o foco deste estudo voltou-se para a segregação residencial e luta pelo direito à moradia da população pobre. Pois, essa não tem muito direito à escolha, devido às limitações materiais para aquisição do seu espaço na cidade e, por vezes, se rebela e procura romper com essa realidade mediante a luta pelo seu direito à cidade, provocando conflitos como o da ocupação do Nova Esperança em 1979 e do P.O.I. em 2004, que foram contra a ordem hegemônica de controle e monopólio dos espaços privilegiados da cidade.

Dessa forma, buscou-se, a partir das investigações sobre a luta pela moradia em Goiânia, entender como se articulam as forças hegemônicas que dominam e determinam a ordem de formação sócio-espacial urbana e como a força popular é capaz de romper com essa forma, como no caso P.O.I. que trouxe à tona questões ligadas à manutenção de espaços vazios na cidade, ao uso social do solo urbano e a falta de políticas públicas *‘eficazes’* de habitação popular. Por último, foi possível ao longo da investigação da trajetória entre o “sonho” e a “real conquista” da moradia, observar que, mesmo diante de um fenômeno extremo de conflito

urbano que produziu vítimas fatais e muito desgaste político, essa ação coletiva consolidou-se como força popular capaz de transformar a cidade em prol dos objetivos da busca pelo direito à moradia. Provocou, também, resultados que satisfizeram muitas forças de interesses políticos e privados.

O que se concluiu, ao longo da pesquisa, é que as soluções para conflitos urbanos da ordem e gigantismo da ocupação do P.O.I., em geral, demoram muito, pois, além de testarem a capacidade de resistência dos que lutam por seus direitos, possibilitam uma articulação das forças hegemônicas capitalistas e políticas para encontrarem suas formas de saírem lucrando também. Ou seja, das soluções para os problemas e conflitos urbanos surgem novas possibilidades de lucrar-se com a nova ordem estabelecida para a cidade, mediante a força da pressão popular.

Ao longo da trajetória dessa investigação buscou-se identificar as raízes da segregação sócio-residencial na formação sócio espacial de Goiânia. Observa-se que a especulação imobiliária, a manutenção dos vazios urbanos e a ausência de políticas eficazes de habitação de interesse social compõem a gama de fatores que contribuíram para que fatos como a ocupação do P.O.I. ocorresse. Uma das constatações deste estudo é que o fenômeno em questão não surgiu de uma ação política, de um movimento social organizado de sem-tetos, pois a ocupação do P.O.I. foi palco de expressões de diferentes ordens de descontentamentos individuais.

Os primeiros ocupantes do P.O.I. alegam que a área parecia abandonada e não pertencer a ninguém. Posteriormente, várias pessoas foram sendo atraídas pela mídia que noticiava diariamente a evolução do processo de ocupação. Muitos desempregados foram para a ocupação a fim de garantir alguma renda futura e/ou um espaço definitivo na cidade. Contudo, após a longa trajetória vivida pelo grupo remanescente da ocupação, este coletivo tornou-se, querendo ou não, uma importante representação na luta pela moradia em Goiânia. Portanto, conclui-se que existe, por parte de uma grande número de pessoas excluídas, um sentimento de injustiça social na cidade de Goiânia, especialmente, em relação a fragmentação do seu espaço que vem alargando a segregação sócio-residencial.

Goiânia mantém em sua paisagem áreas imensas bem localizadas e com infra-estrutura, que são mantidas vazias, impunemente, sem nenhum uso social, enquanto a população pobre está fadada a viver em regiões muito mais distantes e com grande precariedade de infra-estrutura. Desse modo, alguns cidadãos e cidadãs que estavam insatisfeitos com suas moradas, em geral cedidas e/ou compartilhadas, passaram a ocupar em maio de 2004 a área do P.O.I., quando se iniciou a edificação do “Sonho Real”, que se tornaria numa das maiores ocupações

urbanas ocorridas neste estado. Os proprietários da área entraram na justiça solicitando a reintegração de posse do terreno, apesar da rapidez de edificação do sonho na ocupação, pois os sem-teto ergueram pelo menos um cômodo para garantir sua apropriação e edificação do residencial Sonho Real. A possibilidade de desapropriação deste terreno, mesmo com uma dívida de 6 milhões, era remota em função do alto valor venal do terreno com 28 alqueires (goianos) localizada em área privilegiada. Esta pode ser caracterizada como uma verdadeira fazenda urbana improdutiva um latifúndio urbano. Além disso, muitos políticos alimentaram as esperanças dos sem-tetos dizendo-lhes que por ser um ano de pleito eleitoral, ninguém os despejariam.

Em 16 de fevereiro de 2005 deu-se, inevitavelmente, uma ação de despejo truculenta que resultou na morte de dois ocupantes. Mais uma vez pode-se dizer que neste jogo de forças travado entre o privado e um coletivo a vitória foi do privado, o que representa a defesa incondicional da propriedade privada. Desse modo, a massa de mais de 10 mil pessoas que ocupavam a área do P.O.I. tornou-se a parte fraca da história. Derrotados, os ex-ocupantes foram removidos para dois ginásios de esportes que ficaram super lotados, enquanto seus pertences e todo o investimento feito no pseudo “Sonho Real” eram demolidos por máquinas pesadas que fizeram a limpeza da área. Os despejados, após alguns meses de total insalubridade habitando os ginásios, foram transferidos para um acampamento provisório no setor Grajaú, onde lhes foram oferecidos barracas de lona preta. Mais uma vez essas pessoas enfrentaram inúmeras dificuldades, sofrendo com as más condições do acampamento provisório que viria a tornar-se morada por mais de um ano ou dois.

Passados mais de três anos da trajetória entre o ‘Sonho’ e a ‘Real Conquista’, período que se estende do início do processo da ocupação do P.O.I. até hoje os dias de hoje, observa-se que muitos dos ‘sobreviventes’ ainda não foram contemplados com a sua moradia definitiva no Residencial Real Conquista, lugar onde, muito morosamente, edificam-se as sonhadas casas. Contudo, foi denunciada pela mídia local a venda ilegal de casas já conquistadas, enquanto muitos ainda se encontram alojados no acampamento provisório do Grajaú que, apesar da precariedade, tornou-se um lugar para se morar. Nesta prova de fogo, na qual se demonstra resistência por parte de muitos que ainda lutam para alcançar o sonho de possuir sua casa de fato, é que talvez esteja a essência da luta pela moradia em Goiânia, pois demonstra a verdadeira necessidade dessas pessoas e famílias ex-ocupantes do P.O.I. cuja maior parte são extremamente carentes e encontram-se fora do mercado de trabalho formal, sobrevivem de ‘bicos’, ou seja, de pequenos trabalhos informais (conforme identificado na pesquisa de

campo). Observa-se que a carência maior dessas pessoas é por dignidade, uma vez que após a ocupação e o despejo elas sofrem com a discriminação, não possuem endereço e muito menos conseguem emprego.

A situação, porém, parece próxima do fim. A esperança, para muitos, está na real conquista da moradia. Aqueles que já se mudaram para suas casas no Residencial Real Conquista buscam se restabelecer e recomeçam suas vidas pouco a pouco, afinal depois de tanta luta e dificuldades enfrentadas, ficaram os traumas e medos. E mesmo na nova casa a luta ainda continua, pois agora se reivindica pela construção de creches e posto de saúde, previsto no projeto, além de outras infra-estruturas. Dessa forma, conclui-se que essas pessoas jamais serão as mesmas após essa trajetória de luta, mesmo após a conquista do direito fundamental a moradia.

REFERÊNCIAS

- ABRANO, Pedro. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Bertrand, 2001.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.
- AZEVEDO, Sérgio de. Política de habitação popular: balanço e perspectivas. *Revista Dados*, nº 22, p. 99-118, 1979.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CANO, Wilson. **O estado e o capital mercantil urbano na urbanização paulista 1970-80**. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 1990.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Política habitacional: a descentralização perversa. *Cadernos IPPUR/ UFRJ*, n. 1 e n. 2, p. 105-122, 2001 e 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(046). Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(046\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(046).htm) (visitado em: 07/01/2007)
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- _____. **Cidade, democracia e socialismo**. Trad. Glória Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. São Paulo, 2001, 540 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de São Paulo (USP).
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.
- FERRAZ, Hermes. **Filosofia urbana**. Tomo II. São Paulo: Editora Scortecci, 1997.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

GEORGE, Pierre. **População e povoamento**. Trad. Inês Duarte Ferreira e Vera Fletcher Pereira. São Paulo: DIFEL, 1975. (Coleção Ciências Sociais e Humanas)

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

_____. **A Revolução urbana**. Trad. Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

_____. **Lógica formal e lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção: Perspectivas do Homem, V. 100)

_____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Miragens e milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Editora Atual, 1997. (Espaço & Debate)

_____. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. (org.). O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Trad. Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MOYSÉS, Aristides. **Contradições de uma cidade planejada no planalto central brasileiro: segregação sócio-territorial em Goiânia (década de 1980)**. São Paulo, 2001. 230 f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Programa de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco. **O estado do urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1982. (Espaço & Debate, Volume 06)

RAUTA RAMOS, Maria Helena (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Correa (orgs.). **Acumulação urbana e a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 1992.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.). **Metrópoles**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

ROSA, Enéias da (org.). **Direito humano à alimentação adequada no Brasil**: Informe 2005/ Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (FIAN - Brasil). Passo Fundo: IFIBE, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos 03)

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços)

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994. (Estudos Urbanos 6)

SANTOS, Milton et. al. . **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Ademir Alves da. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SINGER, Paul. **Economia política de urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Maria Adélia de. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1994. (EDUSP Estudos Urbanos 08)

_____. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção Espaços)

TASCHNER, Suzana Pasternack. **Favelas e Cortiços no Brasil - 20 anos de Pesquisas e Políticas**. São Paulo: Cadernos LAP-18 USP/FAU, 1997.

_____. **Política habitacional no Brasil: retrospectiva e perspectivas.** São Paulo: Cadernos LAP-21 USP/FAU, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** FAPESP e Lincoln Institute. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

APÊNDICE A - TRAJETÓRIAS DO “SONHO REAL” À REAL CONQUISTA

Plano de trabalho para a realização da pesquisa empírica sobre a ocupação do P.O.I.

1. Delimitação do universo a ser pesquisado:

1.1. Universos investigativos

1.1.1. Universo físico - Esta pesquisa será realizada na **área provisória do Grajaú**, onde estão abrigados os despejados da ocupação do P.O.I. que era chamado de residencial “Sonho Real” e na área definitiva onde está sendo construído o **Residencial Real Conquista**.

Barracos no Grajaú e casas no Real Conquista.

1.1.2. Universo humano - Estima-se que, depois da violenta desocupação do P.O.I., mais ou menos mil famílias, que tinham para onde ir, desistiram e não ficaram alojadas nos ginásios, restando apenas um universo de 3.000 famílias que resistiram e se encontram no acampamento provisório do Grajaú. Algumas poucas famílias já foram deslocadas para suas casas definitivas no residencial Real Conquista.

Desse universo total de 3.000 famílias, estima-se que, por serem compostas em média por 3 membros cada, a área provisória do Grajaú tenha uma população de aproximadamente (no mínimo) 10.000 pessoas, entre crianças e adultos. Supondo que desse universo, entrevistaremos apenas adultos, teremos um universo populacional de aproximadamente 6.000 pessoas que de fato representarão o universo real em que será calculado o número da amostragem.

A amostra ou população base desta pesquisa foi definida em um universo de cem a cento e cinquenta pessoas que serão entrevistadas com o auxílio do questionário.

Além da aplicação dos questionários, serão feitas algumas entrevistas com as lideranças populares, religiosas e/ou políticas. O universo (ou amostra) a ser entrevistado, será definido posteriormente.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO - “SONHO REAL”

1) Identificação: _____ (sobrenome da família e/ou Nº do lote) _____

Gênero: () Feminino () Masculino **Qual a sua idade?**

Você se considera: ()branco ()negro ()pardo ()Indígena ()cigano

Você é atualmente: () casado(a) ()solteiro(a) ()separado(a)

2) Quantas pessoas moram aqui? _____ **Quantas crianças com menos de 10 anos?**

3) Quantas estão na escola? _____

4) Qual o seu grau de escolaridade?

- () Analfabeto(a)
() Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio completo
() Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior completo
() Profissionalizante: _____

5) Qual a sua profissão? _____

6) Quantas pessoas da família trabalham? _____ **Alguém possui carteira assinada?** _____

7) Qual a renda total da sua família? **R\$** _____

8) Qual a origem da sua família? Estado: _____
Município: _____

9) Onde vocês estavam morando antes?

10) Onde vocês moravam antes, era:

- () Alugado
() Cedido
() Com familiares
() Outros: _____

11) Qual é o seu maior sonho?

12) Qual a sua religião?

- () Evangélica: _____
() Católica
() Outra: _____

13) Como você foi motivado a vir para o “Sonho Real”?

14) Você acha que valeu a pena?

15) Quem você acha que deveria ser responsabilizado pelas mortes ocorridas durante a desocupação?

- () A polícia
() O Estado (governo)
() Os líderes
() Outro: _____

16) Quais são os movimentos de luta por moradia ou dos sem-teto em Goiânia?

17) O que você entende por habitação:

- () Um abrigo
() Um Lar
() Um Imóvel
() Uma morada
() Um Direito

18) Você considera o movimento da luta pela moradia (habitação) legítimo? Por quê?

ANEXO A - SÍNTESE DAS TRAJETÓRIAS TEMPORAIS DO CASO P.O.I.

1. Loteamento Parque Oeste Industrial = 1957
2. Tempo de manutenção da ociosidade da área do P.O.I. (sem nunca ter recolhido os impostos) = 1957 - 2004
3. Ocupação do P.O.I. = Maio de 2004
4. Edificação do “Sonho Real” = de maio de 2004 a fevereiro de 2005
5. Ação judicial pedindo a reintegração de posse =
6. Operação Inquietação = durante o feriado de Carnaval/ 2005
7. Operação “TRIUNFO” = 16 de fevereiro de 2005
8. Desocupação e demolição do “Sonho” = 16 a 23 de fevereiro de 2005
9. Transferência dos despejados do P.O.I. para os ginásios de esportes
10. Reintegração de posse aos proprietários legais = 24 de fevereiro de 2005
11. Transferência dos Sem-teto para o acampamento provisório do Grajaú =
12. Aquisição da área definitiva para assentamento dos despejados do P.O.I. =
13. Edificação do Residencial “Real Conquista”

ANEXO B - FORÇAS URBANAS LIGADAS À QUESTÃO DA HABITAÇÃO

1. FORÇAS DO CAPITAL

1.1. Mercado Imobiliário

- 1.1.2. Construtoras, Incorporadoras e Imobiliárias
- 1.1.3. Especuladores imobiliários e investidores
- 1.1.4. Pequenos latifundiários urbanos

2. FORÇAS INSTITUCIONAIS

2.1. Governos

- 2.1.1. Municipal
 - 2.1.1.1 Prefeitura
 - 2.1.1.2. Câmara dos Vereadores
 - 2.1.1.3. Secretaria de Planejamento (SEPLAM)
 - 2.1.1.4. Companhia Municipal de Obras (COMOB)
- 2.1.2. Estadual
 - 2.1.2.1. Gabinete do Governador
 - 2.1.2.2. Secretaria de Planejamento (SEPLAN)
 - 2.1.2.3. Secretaria das Cidades
 - 2.1.2.3.1. Agência Goiana de Habitação (AGHAB)

3. FORÇAS INTELECTUAIS

3.1. Técnicas

- 3.1.2. Arquitetos e Urbanistas
- 3.1.3. Geógrafos
- 3.1.4. Economistas

3.2. Pensamento dos aspectos culturais e humanísticos do espaço urbano

- 3.2.1. Antropólogos, sociólogos, produtores culturais e humanistas

4. FORÇAS POPULARES

4.1. Movimentos Sociais Urbanos

- 4.1.1. Movimentos de Luta por Moradia
- 4.1.2. Movimento pela Reforma Urbana

5. FORÇA DA MÍDIA

5.1. Televisiva**5.2. Radiofônica****5.3. Imprensa**

5.3.1. O Popular

5.3.2. Diário da Manhã

5.3.3. Opção

5.4. Mídia Independente

5.4.1 CMI

ANEXO C - FORÇAS QUE ATUARAM NO P.O.I.

1. FORÇAS DO CAPITAL

1.1. Proprietários da Área

1.2. Especuladores Imobiliários

1.3. Especuladores Comerciais

2. FORÇAS INSTITUCIONAIS

2.1. Governos

2.1.1. Municipal

EXECUTIVO

2.1.1.1. Ex-prefeito Pedro Wilson

2.1.1.1.1. Ex-secretário de Planejamento _____ (2004)

2.1.1.1.2. Ex-Diretor da COMOB _____ (2004)

2.1.1.2. Prefeito Íris Resende

2.1.1.2.1. Secretaria de Planejamento (SEPLAM)

2.1.1.2.1. Secretário de Planejamento _____ (2005)

2.1.1.3. Companhia Municipal de Obras (COMOB)

2.1.1.3.1. Diretor da COMOB _____ (2005)

LEGISLATIVO

2.1.2. Câmara dos Vereadores

2.1.2.1. Vereador Elias Vaz

2.1.2.2. Vereador Euler Ivo

2.1.2.3. Vereadora Cidinha

2.1.2. Estadual

EXECUTIVO

2.1.2.1. Governador Marconi Perillo

2.1.2.2. Secretaria de Segurança Pública

2.1.2.2.1. Secretário de Segurança do Estado _____ (2005)

2.1.2.3. Secretaria das Cidades

2.1.2.3.1. Secretário das Cidades _____ (2005)

2.1.2.4. Agência Goiana de Habitação (AGHAB)

2.1.2.4.1. Diretor da AGHAB _____ (2005)

JUDICIÁRIO

2.2. Justiça

2.2.1. Juizado que movia processo de despejo e pedido de reintegração de posse

2.2.1.1. Juíza que concedeu a ordem de reintegração de posse _____

2.2.2. Ministério Público

2.2.2.1. Promotor _____

3. FORÇAS INTELECTUAIS

3.1. Técnicas

3.1.2. Arquitetos e Urbanistas

3.1.2.1. Arq. Lúcia Moraes (Relatora da Plataforma DESCHA-ONU)

3.1.3. Geógrafos

3.1.4. Economistas

3.2. Pensamento dos aspectos culturais e humanísticos do espaço urbano

3.2.1. Antropólogos e sociólogos

4. FORÇAS POPULARES

4.1. Ocupantes do P.O.I.

4.1.1. Sem-tetos residentes do “Sonho Real” até 16 de fevereiro de 2005 (+ ou - 3 mil famílias)

4.1.2. Representantes religiosos

4.1.2.1. Igrejas Cristãs

4.1.2.1.1. Católica

4.1.2.1.1.1. Arquidiocese - Bispo dom Washington Cruz

4.1.2.1.1.2. Dominicanos - Frei Marcos

4.1.2.1.1.3. Jesuítas - Pe. Geraldo Sj. e Fábio Sj.

4.1.2.1.2. Evangélicas

4.1.2.1.2.1. Pastor Américo (Líder)

4.1.2.1.2.2. Reverendo Elias - Anglicana

4.1.3. Comerciantes

4.1.3.1. Reservas de áreas para supermercados

4.1.3.2. Ferros Velhos da Vila Canaã

4.2. O.N.G.s e Movimentos Sociais

4.2.1. FIAN

4.2.2. CAJU

4.2.3. Pastoral da Criança

4.2.4. Movimento pela Reforma Urbana

4.2.5. MST

4.3. Opinião Pública

5. FORÇA DA MÍDIA

5.1. Televisiva

5.2. Rádios

5.3. Jornais Impressos

5.3.1. O Popular

5.3.2. Diário da Manhã

5.3.3. Opção

5.4. Mídia Independente

5.4.1. C.M.I.

ANEXO D - LISTA DE NOMES

“Dando nomes aos bois...” SAMPAIO (2006)

Líder e interlocutor dos sem-teto do P.O.I. = Américo Rodrigues Novaes

Esposa do líder = Kilziste Fany Novaes

Secretário Especial da Prefeitura de Goiânia = Fernando Santana

Secretário Municipal de Saúde = Paulo Rassi

Secretário Estadual das Cidades = Ademir Meneses

Secretário Estadual de Segurança Pública = Jônathas Silva

Promotora de Justiça = Maria Helena dos Santos

Diretor da Defesa Civil em Goiânia = Coronel Claiton de Souza Coelho

Procuradora Geral de Justiça = Laura Maria Ferreira Bueno

Procurador Geral do Estado = João Furtado Mendonça Neto

Deputado Estadual autor da Moção de apoio = Afrêni Gonçalves (PSDB - GO)

Advogado dos proprietários do P.O.I. = Semy Hungria

Sem-tetos mortos no despejo:

✓ Pedro Nascimento da Silva (26 anos)

✓ Wagner da Silva Moreira (21 anos)

Juizes responsáveis pela ordem de despejo e reintegração de posse:

O mandado de reintegração de posse foi expedido pela juíza substituta da 10ª Vara Civil, Drª Grace Corrêa, em setembro de 2004. Juiz Titular = Dr. Gilmar Luiz Coelho

Relator da CPI da Terra = Dep. Fed. João Alfredo (PSDB - PR)

Representante da Arquidiocese de Goiânia = Frei Marcos Sassateli (Dominicano)

ANEXO E - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

ANEXO F - CLIPPING DA MÍDIA INDEPENDENTE INTERNACIONAL

17 de febrero de 2005 | POLICIA MILITAR COMIENZA DESALOJO VIOLENTO

Inminente masacre en asentamiento de Goiânia (Brasil)

La policía militar de Goiás inició la mañana del miércoles, 16/02, la mega operación de reintegración de propiedad en la ocupación de Sonho Real, donde habitan unas 3.000 familias. Cerca de 2.500 policías iniciaron de forma violenta la desocupación. Por lo menos 10 personas fueron llevadas al hospital y ya fueron confirmadas dos muertes.

Hubo más de 800 detenciones, entre ellas la de dos voluntarios de Indymedia que estaban en el lugar haciendo reportes sobre la ocupación.

La acción fue realizada a pesar de innumerables pedidos de entidades de derechos humanos, parlamentarios goianos y sectores de las iglesias católicas y evangélicas. El propio gobernador, Marconi Perillo, había garantizado que la policía militar no invadiría el lugar.

Fonte: INDYMEDIA URUGUAY

Twée doden bij uitzetting in Brazilië 02/17/2005

Vanmorgen (16 februari) is een grote militaire operatie van start gegaan om de bewoners van de bezette landstreek Sonho Real (Echte Droom) in de stad Goiânia, Brazilië, te verdrijven. Bij deze operatie, waarvoor 2500 soldaten werden ingezet, kwamen twee mensen om het leven en raakten er verscheidene gewond, waarvan vijf zeer ernstig. Meer dan 800 mensen werden opgepakt, waaronder twee Indymedia-activisten; één uit Goiânia en Brad Will van Indymedia New York. [lees meer]

Violente expulsion a Gionia, Bresil

Une importante opération de la police militaire (2500 hommes) a débuté ce matin (16 février) visant à expulser les terres occupées de Sonho Real (Rêve réel) dans la ville de Goiânia au Brésil. 2 personnes ont été tuées, plus 800 ont été arrêtées et plusieurs personnes ont été blessées (5 personnes très grièvement). Parmi les personnes arrêtées, deux volontaires d'Indymedia, un de Goiânia et un d'Indymedia New York.

Fonte: Independent Media Center Belgium

19-02-2005 09:50

Violent Eviction In Goiania, Brazil

A large military police operation took place on the morning of February 16 to evict the land occupation of Sonho Real (Real Dream) in the city of Goiânia, Brazil. Two people got killed, over 800 people got arrested and several people are wounded, five of which severely. Among the arrested there are two Indymedia volunteers, one from Goiânia and one from Indymedia New York. **Fonte:** Indymedia UK

ΒΡΑΖΙΛΙΑ 16 Φλεβάρη

Βίαη εκδιώξη κατάληψη στην Goiania της Βραζιλίας

Μεγάλη στρατιωτική και αστυνομική επιχείρηση με 2.500 άτομα ξεκίνησε το πρωί της 16ης Φλεβάρη για να εκδιώξουν από το Sonho Real (πραγματικό όνειρο) στην πόλη Goiania, της Βραζιλίας, μια κατάληψη 3000 οικογενειών. Δύο άνθρωποι σκοτώθηκαν, πάνω από 800 συνελήφθησαν και πολλοί άλλοι είναι πληγωμένοι (από τους οποίους πέντε πολύ σοβαρά). Ανάμεσα στους συλληφθέντες είναι δύο ακτιβιστές, από το Indymedia Goiania ο ένας και από το Indymedia Νέας Υόρκης ο άλλος. Είχαν πραγματοποιηθεί άλλες δύο επιθέσεις την προηγούμενη εβδομάδα. **Fonte:** Indymedia Athens

ANEXO G - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO

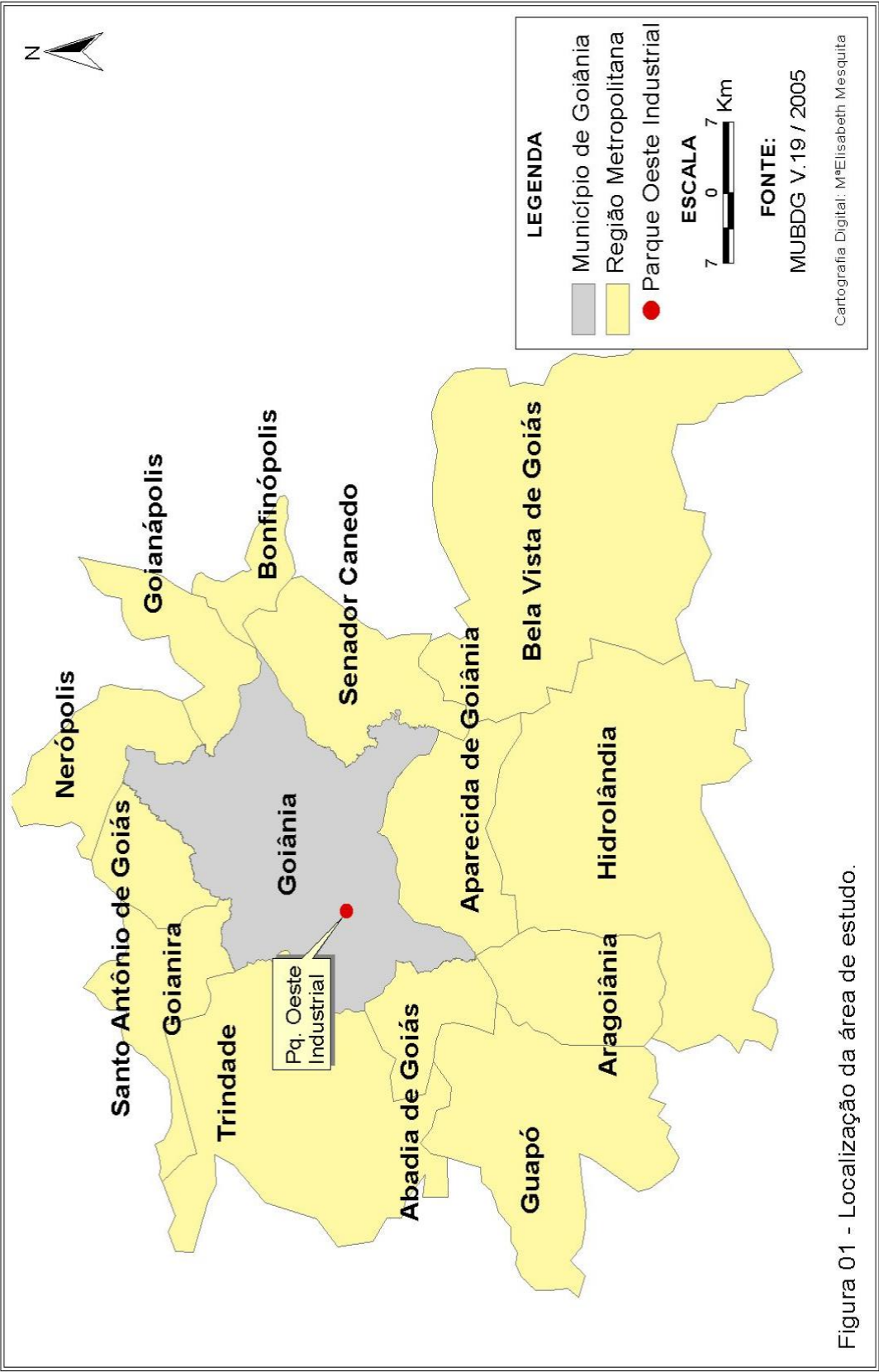
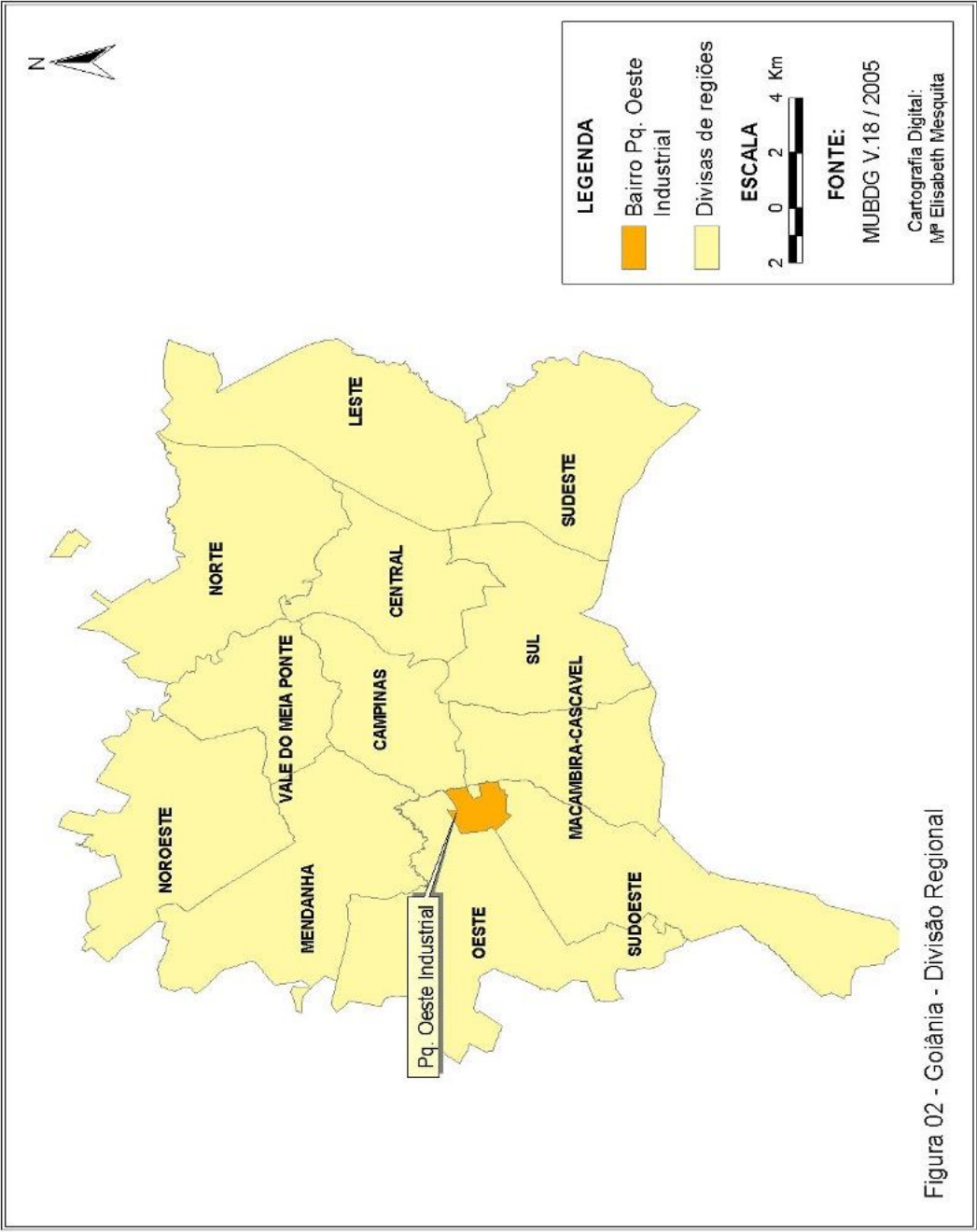


Figura 01 - Localização da área de estudo.

ANEXO H - MAPA DIVISÃO REGIONAL - GOIÂNIA



ANEXO I - ACERVO FOTOGRÁFICO



Saída do Ginásio



Chegada na Área Provisória do Grajaú



Meios de Vida na Área Provisória do Grajaú - informalidade e horta





Fotos dos Sem-tetos

